



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 095 - SÁBADO, 10 DE JUNHO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

<p>MAIORIA (PMDB) – 21</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p>	<p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31</p> <p style="text-align: center;">LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾</p> <p>LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾</p>

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>
---	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 78ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE JUNHO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Parecer

Nº 669, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2006 (nº 2.014/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cotia, Estado de São Paulo..... 19881

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2006, seja apreciado pelo Plenário, tendo em vista o recebimento do Ofício nº 47, de 2006, da Comissão de Educação..... 19884

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos representantes de cada Casa, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 6 e 7, de 2006-CN, sejam apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional. 19884

Recebimento da Mensagem nº 163, de 2006 (nº 433/2006, na origem), de 7 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, destinada ao Financiamento Adicional do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Ceará – PCPR II..... 19884

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Defesa da instauração de sindicância para apurar e punir os responsáveis por texto distribuído pela assessoria da liderança do PT no Senado, contendo insinuações de que cúpula da CPI dos Bingos teria sucumbido ao lobby feito pelos donos de casas de bingo..... 19884

SENADOR GILVAM BORGES – Justificação a projeto de lei de sua autoria, que propõe a extinção do Exame de Ordem da OAB. 19889

SENADOR CRISTOVAM BURQUE – Necessidade de aprimoramento do projeto de reforma universitária anunciado pelo Governo. 19892

SENADOR EDISON LOBÃO – Comentários à recente decisão do Tribunal Superior Eleitoral a respeito das eleições deste ano. Elogios à Marinha do Brasil..... 19894

SENADOR TIÃO VIANA – Apoio aos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que reivindicam a valorização da carreira..... 19896

SENADOR RAMEZ TEBET – Considerações a respeito da decisão do Tribunal Superior Eleitoral que flexibiliza as regras eleitorais. 19898

SENADORA IDELI SALVATTI – Leitura de nota encaminhada por S. Ex^a à imprensa, na qual desautoriza o texto distribuído ontem por assessores da liderança do PT no Senado a respeito da CPI dos Bingos. Anúncio de pesquisa econômica divulgada recentemente pelo Ipea..... 19901

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Realização da oitava edição do Festival de Cinema e Vídeo Ambiental de Goiás. Satisfação diante da exposição, no Senado Federal, da mostra de fotos denominada Imagens da Inclusão, iniciativa que tem por finalidade valorizar os portadores de necessidades especiais..... 19905

SENADOR PEDRO SIMON – Desdobramentos da decisão do Tribunal Superior Eleitoral a respeito da verticalização e coligações para as eleições deste ano. 19906

SENADOR ALBERTO SILVA – Sugestão de programa governamental orientado para os Sem-Terra, visando o cultivo consorciado de feijão e mamoná..... 19911

SENADOR ALVARO DIAS – Encaminhamento à Mesa de requerimento em que solicita a realização de auditoria nos convênios firmados entre a União e a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária – ANARA. 19913

SENADOR *AELTON FREITAS* – Reaquecimento do Turismo em Minas Gerais, em especial na área denominada Circuito das Águas, que compreende os municípios de São Lourenço, Caxambu, Lambari e Cambuquira. 19914

SENADOR *SIBÁ MACHADO* – Elogios à Marinha do Brasil. Início da 17ª Copa Mundial de futebol e a participação brasileira. Ações do Governo Lula. 19916

1.2.4 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2006, de autoria do Senador Gilvam Borges, que altera os arts. 8º, 58 e 84 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para abolir o Exame de Ordem, necessário à inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). 19919

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 661, de 2006, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando que o Tribunal de Contas da União realize auditorias nos convênios firmados entre a União e a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária – ANARA. 19920

1.2.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Registro do editorial publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, intitulado “Falta horizonte”, edição de 28 de maio último. Comentários sobre o artigo intitulado “O futuro de Lula”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 30 de maio último. 19921

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Transcrição da matéria intitulada “TCU aprova contas de Lula, mas vê redução de gastos em segurança”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 2 do corrente. 19923

SENADOR *JOÃO TENÓRIO* – Considerações a respeito da matéria intitulada “CPI vai apontar doação de bingos a Lula”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 22 de maio último. 19925

SENADOR *JUVÊNCIO DA FONSECA* – Análise da matéria intitulada “Delúbio agiu sob delegação”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 24 de maio último. 19926

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Registro da matéria intitulada “Delúbio confirma reunião com Dantas, mas nega propina”, publicada pela **Folha de S.Paulo**, edição de 24 de maio último. 19927

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Transcrição do artigo intitulado “Lula, câmbio e gastos públicos”, de autoria do economista Roberto Macedo, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 25 de maio último. 19928

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Comentários acerca da matéria intitulada “PIB do agronegócio deve cair 1,28% no ano, diz CNA”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 30 de maio último. 19929

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 37, de 2006. 19930

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.015 a 1.028, de 2006. 19931

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

5 – SECRETARIA DE COMISSÕES

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

16 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 78ª Sessão não Deliberativa, em 9 de junho de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Aelton Freitas, Gilvan Borges,
Heráclito Fortes, Edison Lobão, Ramez Tebet,
da Sra. Lúcia Vânia, e dos Srs. Alberto Silva e Sibá Machado*

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 669, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2006 (nº 2.014/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cotia, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

Relator **Ad Hoc**: Senador **Edison Lobão**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 191, de 2006 (nº 2.014, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cotia, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe também pronunciarse sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223, da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante

à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 191, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo

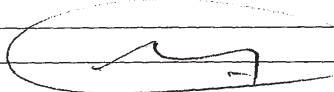
reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2006.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 191/06 NA REUNIÃO DE 25/04/06
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

 (Senador Gerson Camata)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	RELATOR
JUVÊNCIO DA FONSECA	7- EDUARDO AZEREDO
LEONEL PAVAN	8- SÉRGIO GUERRA
(VAGO)	9- LÚCIA VÂNIA
	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------


COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 104 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				GILVAM BORGES				
GERSON CAMATA					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELÍDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 25 / 06 / 2006



SENADOR GERSON CAMATA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*), de 27 de agosto de 1962.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do

art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)
– O Parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)
– A Presidência recebeu o **Ofício nº 47, de 2006**, da Comissão de Educação, comunicando a aprovação em caráter terminativo do **Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2006**, cujo parecer acaba de ser lido.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)
– A Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com as normas constantes da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2003 (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica aberto, a partir desta data, o prazo para interposição de recurso por 1/10 (um décimo) dos representantes de cada Casa, por 5 (cinco) dias úteis, para que sejam apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 6 e 7, de 2006 – CN**, tendo em vista publicação em avulso, nesta data, dos pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Os recursos serão recebidos na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)
– A Presidência recebeu a Mensagem nº 163, de 2006 (nº 433/2006, na origem), de 7 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, destinada ao Financiamento Adicional do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Ceará – PCPR II.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)
– Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

S. Exª dispõe de 15 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL– PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu já devia estar me dirigindo ao meu Estado do Piauí. Porém, ao tomar

conhecimento de nota da Liderança do PT, distribuída por seus assessores na noite de ontem, mudei meus planos e vim a esta Casa. Vim a esta Casa porque, Senador Gilvam Borges, se nós, que somos Senadores, detentores de mandato popular, não tivermos preocupação com a preservação do conceito desta Casa, ninguém mais terá, e será o fim do mundo.

É inaceitável que se utilizem recursos levanos para tentar suplantar a falta de argumentação de teses frágeis que alguns defendem. Estou-me referindo, Senador Gilvam Borges, a uma nota publicada no *site* Primeira Leitura, que diz: “Liderança do PT no Senado distribui texto em que insinua que a cúpula da CPI sucumbiu aos *lobbies* do bingo”. Lerei a nota pela gravidade, Sr. Presidente:

Assessores da Liderança do PT no Senado distribuíram, na tarde desta quinta-feira, no Congresso, um texto em que há insinuações de que a cúpula da CPI dos Bingos teria sucumbido ao *lobby* feito pelos donos de casas de bingos. O Relator da Comissão, Senador Garibaldi Alves (PMDB – RN), incluiu no documento final da CPI a apresentação de um pré-projeto que regularia os bingos e outro que regularia os jogos de azar no Brasil.

“Os dois projetos atendem plenamente às reivindicações dos operadores de loterias e jogos, muitos originados em máfias estrangeiras, que, por intermédio da Abrabin [Associação Brasileira de Bingos] e da Able [Associação Brasileira de Loterias Estaduais], fizeram um grande *lobby* no âmbito da Comissão”, diz o texto.

“O Presidente da Able é da Paraíba, mesmo Estado do Presidente da CPI”, acrescentam os petistas. A Liderança do PT ressalta, no texto, que jogos de azar são contravenção penal no Brasil. Apesar das insinuações, os petistas defendem que, caso haja regulamentação dos bingos, a Caixa Econômica seja responsável por gerenciar o setor, “em razão da experiência e da lisura já comprovada na administração dos concursos de prognósticos em geral”.

Essa visão de lisura [...]

Bom, o restante aqui não interessa.

Ao tomar conhecimento dessa nota, agindo com a maior lealdade, eu liguei para o Senador Tião Viana, não só pela posição de ser primeiro Vice-Presidente da Casa, mas também pela lisura com que o Senador age. Comuniquei-lhe o fato, mostrei a estranheza e a gravidade das repercussões que isso podia gerar.

Sr. Presidente, ontem, durante a leitura do relatório, o Senador Tião Viana, usando de todos os recursos regimentais, argumentou contra o que estava naquele texto. Mas agiu com lisura, com transparência e, acima de tudo, às claras.

A Líder estava lá e não se manifestou, não protestou contra um texto do qual discordava. Portanto, não teria o direito de, ato contínuo, por meio da sua Assessoria, distribuir nota dessa natureza.

Comuniquei ao Senador Tião Viana a minha preocupação, e ele, em seguida, dentro da clareza e da lisura, tomou providências. E, às 22 horas, a Senadora solta uma nota.

A Líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (PT – SC), disse desautorizar e desconhecer a nota distribuída nesta quinta-feira por assessores da própria Liderança do Partido no Senado sobre a CPI dos Bingos. No documento, de duas folhas, sem o timbre da Liderança ou assinatura da Senadora, há insinuações de que a cúpula da CPI tenha atendido a interesses de empresários na sugestão de projetos de lei que regulamentam os jogos de azar e as casas de bingos.

“Eu desautorizo o texto, desconheço esse documento, e o que está escrito não tem a minha concordância”, afirmou a Líder do PT horas depois de distribuído e publicado o texto. A Senadora acrescentou que pedirá explicações aos assessores sobre o teor do texto distribuído à Imprensa.

Sr. Presidente, essa matéria é repercutida numa das colunas mais acreditadas e por uma das jornalistas que mais fontes seguras de informação tem neste País, que é Tereza Cruvinel. E ela coloca aqui, com todas as letras: “O simples fato do desmentido da Senadora é pouco.

Esta Casa tem que tomar providências sérias e graves. Portanto, quero solicitar, Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, a imediata instalação de uma sindicância, por intermédio da Corregedoria, para apurar esses fatos, que são graves. Aliás, a Líder também tinha que explicar a mal contada história de uma correspondência, infelizmente assinada pelo Senador Sibá Machado, que foi bater no Ministério da Justiça, sobre a CPI dos Bingos, na qual se pedia que não se investigasse a atuação e o envolvimento de bingos. E onde? No Estado de Santa Catarina, mais precisamente nas cidades de Florianópolis e Blumenau, porque se temia o envolvimento de familiares do Presidente da República.

Será que, ao concordar e não levar avante aquele questionamento que irritou muito a Comissão, os Senadores que fazem parte da Mesa dos trabalhos daquela CPI fizeram algum conluio com o Presidente da República ou com a Senadora para poupar familiares? Ou agiram no cumprimento do seu dever?

O PT está no banco dos réus, quer companhia. Esta Casa não pode aceitar isso. Não é dado o direito a ninguém, principalmente que exerça uma função de Líder, de agir com essa leviandade. As coisas não podem ser assim, Sr. Presidente.

Essa simples nota não encerra este caso. É preciso que seja apurado. É preciso que os assessores assumam a responsabilidade, se realmente a responsabilidade lhes cabe. É preciso esclarecer se fizeram de moto próprio ou se fizeram orientados. E, se orientados, por quem?

Sr. Presidente, o mais grave de tudo isso é que o documento sai sem timbre do gabinete, mas é distribuído por assessores. E os jornalistas conhecem a tática e imediatamente a identificaram, a tática de guerrilha na imprensa, que é esta: colocar a notícia como fofoca, como versão, para que, depois, o enlameado se vire e procure se defender.

Faço isso na defesa de dois homens honrados nesta Casa, que são o Presidente e o Relator da CPI dos Bingos, Senador Garibaldi Alves Filho e Senador Efraim Morais.

Penso que a CPI cometeu alguns erros, como por exemplo não pedir informações sobre um processo movido em Santa Catarina e presidido pelo Procurador Celso Três. Será que foram coniventes com a Senadora em poupá-la de vexames? Por que não trouxeram o Celso Três aqui, de uma vez por todas, para dizer o que ele apura?

A Senadora precisa amadurecer e ter responsabilidade. Aliás, precisa explicar também por que seu Partido, ontem, produto de investigações feitas pela Polícia Federal, aparece como financiador único e exclusivo da baderna ocorrida na Câmara dos Deputados.

Nunca tive nenhuma dúvida, Sr. Presidente, de que uma ala forte dentro do Partido dos Trabalhadores não quer isto aqui funcionando, acha que é luxo, quer isso aqui para uma praça de espetáculo. Querem governar com a força, sem ter que dar satisfações.

Imaginem que, na plenitude democrática, com esta Casa forte, não respeitam sequer o livre exercício da atividade do Parlamentar. Abusam dos decretos-leis, abusam das medidas provisórias, abusam em não prestar compromissos no prazo regulamentar das atividades que exercem.

É muito grave, Sr. Presidente, o que nós vimos ontem no Jornal Nacional: a promiscuidade das relações entre o dinheiro público e os movimentos de desestabilização do Brasil; entidades com funcionamento no Guará, outras com funcionamento no interior de São Paulo. Essas são as que foram descobertas até agora. Mas, por trás disso tudo, quantos e quantos milhões saíram dos cofres públicos para financiar tais movimentos? O fato é de uma desfaçatez tão grande que, no próprio diário do agitador-mor, nós vamos ver que quem financia isso é a União.

Essas coisas não podem continuar assim. Não podem continuar! E eu venho a esta Casa hoje para pedir providências sobre esse fato. Essa denúncia que envolve colegas Senadores precisa ser apurada. A simples nota não funciona, não serve. É preciso ir mais a fundo. Nós temos que apurar quem são os responsáveis. Acho que a Líder do Partido deve ser movida pela mesma indignação que a moveu quando

pediu que fossem investigados os movimentos do Senador Antero Paes de Barros, quando dele suspeitou no caso do caseiro. Ela tem que agir com a mesma força. Ela tem que agir neste caso presente com a mesma isenção que quis naquele caso. Aliás, já pagou um preço muito alto por querer bisbilhotar o entra-e-sai de gabinetes nesta Casa – e ela sabe muito bem o que estou dizendo.

Portanto, Sr. Presidente, quero deixar a tribuna, desejando ao Brasil felicidade na Copa do Mundo que se inicia hoje. Não quero entrar, como entrou o Presidente Lula, ontem, utilizando a tecnologia, na teleconferência, a dar aulas aos jogadores da Seleção Brasileira, dizendo que o Brasil não está preparado para perder. O Brasil tem de estar preparado é para competir, Sr. Presidente. E competir com garra, com disposição nessa maratona esportiva que se inicia hoje e que é a maior do mundo. Espero... E aí louvo também o equilíbrio do Sr. Parreira, ao rebater, uma por uma, as insinuações do Presidente em matéria de futebol. O medo que eu tenho é que, com a arrogância e a prepotência que domina essa gente, se o Brasil passar das quartas-de-final, o Presidente Lula queira destituir Parreira e assumir o comando da Seleção, para ter o direito de levantar a taça lá. E aí ser cidadão do mundo! Só está faltando isso!

Sr. Presidente, como diz o ditado popular da nossa região: “a coisa está virando de mel a garapa”. Quando vemos nesta Casa, que, com todos os seus erros, é o melhor remédio para a democracia, um membro que ocupa uma posição importante, por meio de manobras não-republicanas, tentar denegrir a imagem de companheiros, esse é um fato grave, e é preciso que esta Casa acorde, porque não é a primeira vez que acontece. Essas denúncias são permanentes. A técnica usada de querer parceria no banco dos réus é – e faz parte – da mesma cartilha que ensina, e de maneira urdida, de maneira preparada, a invadir plenários, invadir Casas da Democracia como a Câmara dos Deputados.

Lamento! Mas espero que seja instalada imediatamente, pela Corregedoria, uma sindicância para apurar e que os culpados sejam punidos, até mesmo para que sirva de exemplo e não tenhamos a repetição de fatos vergonhosos como esse.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM
SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria Inserida:

“Bingos 6: Liderança do PT no Senado distribui texto em que insinua que a cúpula da CPI sucumbiu ao lobby dos bingos”.

Bingos 6: liderança do PT no Senado distribui texto em que insinua que a cúpula da CPI sucumbiu ao lobby dos bingos

18h15 — Assessores da liderança do PT no Senado distribuíram na tarde desta quinta-feira, no Congresso, um texto em que há insinuações de que a cúpula da CPI dos Bingos teria sucumbido ao lobby feito pelos donos de casas de bingo. O relator da comissão, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) incluiu no documento final da CPI a apresentação de um pré-projeto que regulamentaria os bingos e outro que regularia os jogos de azar no Brasil.

“Os dois projetos atendem plenamente às reivindicações dos operadores de loterias e jogos, muitos originados em máfias estrangeiras, que, por intermédio da Abrabin [*Associação Brasileira de Bingos*] e da Able [*Associação Brasileira de Loterias Estaduais*], fizeram um grande lobby no âmbito da comissão”, diz o texto.

“O presidente da Able é da Paraíba, mesmo Estado do presidente da CPI”, acrescentam os petistas. A liderança do PT ressalta, no texto, que jogos de azar são contravenção penal no Brasil. Apesar das insinuações, os petistas defendem que, caso haja regulamentação dos bingos, a Caixa Econômica Federal seja responsável por gerenciar o setor, “em razão da experiência e da lisura já comprovadas na administração dos concursos de prognósticos em geral”.

Essa visão de lisura da Caixa não é compartilhada pelo relator da CPI. No documento apresentado nesta quinta, o relator pede o indiciamento de três ex-presidentes do banco — Sérgio Cutolo, Emílio Carazzai e Jorge Mattoso —, justamente por possíveis irregularidades nas negociações do contrato firmado com a GTech, empresa multinacional que controla os sistemas de loteria.

Bingos 8: Ideli desautoriza texto distribuído por assessores

22h22 — A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (PT-SC), disse desautorizar e desconhecer a nota distribuída nesta quinta-feira por assessores da própria liderança do partido no Senado sobre a CPI dos Bingos. No documento, de duas folhas sem o timbre da liderança ou assinatura da senadora, há insinuações de que a cúpula da CPI tenha atendido a interesses de empresários de bingos na sugestão de projetos de lei que regulamentam os jogos de azar e as casas de bingos (*veja nota das 18h15*).

“Eu desautorizo o texto, desconheço esse documento, e o que está escrito não tem a minha concordância”, afirmou a líder do PT horas depois de distribuído e publicado o texto. A senadora acrescentou que pedirá explicações aos assessores sobre o teor do texto distribuído à imprensa.

CONCLUSÃO:

A assessoria da líder do PT, Ideli Salvati, preparou e divulgou o texto. Mas a assessoria fez isso a pedido de quem?

O Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)
– Com a palavra, o nobre Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta foi uma semana de muitas emoções, quando esta Casa e a da Câmara dos Deputados foram palco de vil manifestação, brutal manifestação. Mas as providências foram tomadas.

O Congresso Nacional, o Senado e a Câmara - tem recebido todos os dias, durante toda a sua existência, inúmeras manifestações justas, retratando um país democrático, onde as leis e as instituições que o sustentam são extremamente sólidas para garantir o bom funcionamento da sociedade.

Emoções fortes, Sr. Presidente, porque, às vésperas das eleições, bem próximas, estamos vivendo ainda momentos de turbulência. O Tribunal Superior Eleitoral atende às demandas dos partidos em julgamentos que ainda nos deixam apreensivos, já que temos poucos dias para executar as nossas convenções em obediência à lei.

O julgamento de ontem feito pelo TSE define e assegura as regras do jogo para que os partidos políticos brasileiros possam definir as suas estratégias, formular os seus entendimentos e fazer as coligações conforme suas conveniências e de acordo com suas identidades filosóficas e doutrinárias.

O País caminha a passos largos, o País funciona, e funciona bem, salvo as turbulências que, apesar da apreensão que causam, com sabedoria são transformadas em lições para que possamos cada vez mais corrigir os rumos. O País vai bem, apesar dos sacolejos que muitas vezes enfrentamos. Avançamos com firmeza.

Este País tem o seu destino e o cumpre com a grandeza de sua gente e com as riquezas de seu território.

Quero registrar, Sr. Presidente, em nome do meu gabinete e no do Senador Sarney – estamos no mesmo prédio, no Anexo –, que recebemos esta semana a visita de representantes de dois Municípios do Amapá.

Do Município de Ferreira Gomes, visitaram-nos o Prefeito Adiel de Campos Ferreira, a Vice-Prefeita Maria Socorro da Costa e os Vereadores Antonio Renildo da Costa, Raimundo Cosmo Darmacia Rodrigues, Benedito Raimundo da Costa, Iranildo da Silva Tavares, Raimundo Souza, Arivaldo dos Santos Serra, Arinaldo dos Santos Serra e Arli César Amoras. Recebíamos a delegação desse Município enquanto os vidros e as porteiros da Câmara dos Deputados eram rompidos

brutalmente. Nesse momento, já estávamos reunidos para discutir o Orçamento de 2007, com os vereadores e os representantes do Executivo municipal.

Do Município de Serra do Navio, o Presidente Sarney recebeu esta semana – e faço esse registro com alegria – os seguintes representantes: a Prefeita Francimar Pereira da Silva Santos, companheira do PT, amiga nossa que apoiamos e militante antiga, que esteve aqui juntamente com os vereadores Romualdo Alves de Souza, Noratinho Conceição Barbosa, Jesaias Silva e Silva, que é o presidente da Câmara, José Soares Pimenta, Ednaldo Pereira de Matos e Jairo Pgnante.

Pois bem, a visita desses representantes de duas Câmaras de Vereadores e seus respectivos prefeitos e outras autoridades se deu, Sr. Presidente, porque estamos fazendo uma política municipalista, com o objetivo de sintonizar a nossa bancada federal com os anseios que vêm da base. Cada idéia trazida e cada reivindicação feita por essas delegações de autoridades municipais já fazem parte de nossa lista de prioridades relativa aos projetos para 2007. Pensar no futuro é trabalhar com antecedência, e, aí, o Amapá sai na frente, pois já recebemos oito delegações aqui no Congresso Nacional, e as portas do gabinete do Presidente José Sarney e do meu gabinete estão abertas. Já estamos tratando também dos projetos de 2006 pendentes da liberação de recursos.

Sr. Presidente, eu não vou me estender porque sei da necessidade de V. Ex^a de se deslocar daqui da capital para o Piauí, e V. Ex^a me alertou para que fosse breve. Pergunto a V. Ex^a o horário do seu voo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)
– Será às 10 horas.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Às 10 horas.

Sr. Presidente, eu hoje vou apresentar um projeto, e vou passá-lo às mãos do nosso competente Secretário-Geral da Mesa, Dr. Raimundo Carreiro, vigilante advogado e atuante soldado universal da lei e do Regimento, guardião desta Casa. Trata-se de projeto de lei que poderá provocar algumas manifestações contrárias, mas o nosso mandato é marcado pela coragem, pela definição e pela posição sempre firme.

O projeto altera o art. 8º, 58 e 84 da Lei nº 8.906, de 4 julho de 1994, e tem como meta abolir o Exame de Ordem necessário à inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil.

Já chegou a hora.

Sr. Presidente, vou passar o texto do projeto às mãos do Carreiro para que sejam adotadas as devidas providências e, em seguida, fazer um pronunciamento

rápido para justificar a abolição do Exame da Ordem dos Advogados do Brasil.

Os profissionais de outras categorias e profissões, quando saem devidamente diplomados pelas universidades em seus cursos específicos, já vêm com o credenciamento das universidades. Por que somente uma categoria é submetida a uma segunda avaliação, categoria que leva mais de cinco anos se aperfeiçoando e buscando seu diploma?

Faço uso da palavra, Sr. Presidente, para comunicar aos meus Pares que, após serena e conseqüente reflexão, decidi apresentar ao Senado – apresentei-o agora – projeto de lei que retira do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil o malsinado Exame de Ordem, que vem prejudicando os interesses de milhões de brasileiros todos os anos.

A advocacia constitui-se em premissa das mais importantes do Estado de Direito, sobretudo porque está na base da administração da justiça brasileira. A Constituição da República reconhece essa primazia da nobre profissão, ao estatuir, em seu art. 133, que “o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.

Essa importância da advocacia seduz e atrai boa parte da juventude, que vislumbra, nas carreiras jurídicas em geral, uma ocupação à altura de suas expectativas profissionais, em prol da sociedade como um todo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a despeito do legítimo direito do cidadão de obter um grau universitário para, em decorrência de seu esforço pessoal, ingressar no mercado de trabalho, a OAB vem se constituindo, nos últimos anos, na mais infundada cláusula de barreira profissional para a juventude brasileira.

Apenas para que se tenha uma idéia da dimensão desse verdadeiro descalabro, o Exame nº 126 da seccional paulista da OAB reprovou nada menos do que 92,8% dos seus mais de vinte mil candidatos, ou seja, somente 1.450 inscritos de todo esse universo obtiveram aprovação naquele certame.

Haverá quem diga que o aumento do número de cursos universitários em todo o Brasil explica o nível elevado das reprovações, porém uma verdade diáfana se impõe aos que observam essa grave situação: o exame da OAB já pode ser considerado um verdadeiro concurso público e está vetando em demasia, porque, em sã consciência, não merece crédito a tese de que, em um Estado progressista como São Paulo, nove em cada dez jovens formados não tenham aptidão ou conhecimento suficiente para o exercício da advocacia.

Sr^{as} e Srs. Senadores, sob nenhum critério poderia um órgão de classe impedir, de modo contumaz

e em grande escala, o ingresso de novos profissionais em qualquer profissão, sobretudo porque os formandos se submeteram a todas as exigências de instituições de ensino superior lícitas, que funcionam graças à autorização oficial formal do Ministério da Educação.

Haverá quem suspeite, até, de mal disfarçadas intenções classistas, pois muitos se indagam atualmente se a pretensão da OAB não teria, na realidade, um fundo “mercadológico”, pois os novos ingressantes na advocacia representariam, na concepção de alguns advogados militantes, uma concreta ameaça para captação futura de clientela.

O discurso oficial na Ordem dos Advogados é que a formação proporcionada pelas faculdades é de péssima qualidade, razão pela qual se justificaria o controle dos formandos **post facto**, pelo órgão de classe.

Ousarei discordar, porque não há previsão legal para que uma instituição auxiliar ao Estado brasileiro substitua o próprio ente estatal na avaliação das Faculdades de Direito. Em nosso País, apenas a OAB vem atuando dessa maneira em nossos dias.

Embora disparatada, essa situação resulta em graves prejuízos aos direitos dos bacharéis, que permanecem em um desconfortável limbo após sua formatura: não podem advogar por impedimento do órgão de classe a que pretendem se filiar, nem podem atuar como estagiários, por não serem mais estudantes da ciência de Rui Barbosa e Pontes de Miranda.

O malsinado exame da OAB, portanto, atingiu a condição de máxima injustiça perpetrada por causídicos que, paradoxalmente, deveriam se ocupar da promoção da justiça em nosso País. A mim me parece inaceitável que a Ordem entenda que uma única prova teria o condão de substituir todas as demais avaliações semestrais a que se submetem os graduandos em Direito, durante os cinco longos anos de sua formação acadêmica.

Em vários Estados da Federação, ademais, não é raro encontrar, na segunda fase dos concursos da OAB, provas subjetivas em que o candidato seja reprovado sem que o seu exame tenha qualquer marcação gráfica que lhe sirva de base para um futuro recurso. Apenas a nota de reprovação lhe é atribuída, sem mais nem por que, fato que a mim se afigura como uma gritante ilegalidade.

O desconforto causado por esse instrumento de controle é tamanho que inúmeros candidatos, em certos Estados da Federação, têm-se submetido a exames em outras unidades federadas, para aumentar suas chances de ingresso na OAB, o que configura um absurdo totalmente injustificável.

Sr^{as} e Srs. Senadores, por essas e outras razões, uma conclusão se impõe: o exame da Ordem

dos Advogados deve ser banido da nossa legislação, por absoluta desnecessidade e também porque se converteu em um instrumento de controle injusto e despropositado.

Por isso, tomei a iniciativa de apresentar um projeto de lei ao Senado, com vistas a alterar o Estatuto da OAB – a Lei nº 8.906, de 1994 –, retirando do nosso ordenamento jurídico esse verdadeiro ferramental de injustiças.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é bem possível que críticas ao meu projeto advenham dos mais diversos setores, dentro e fora do Senado da República, porém a política, desde a Grécia Antiga, é atividade que exige coragem e destemor de quem a abraça, convertendo-a em causa da sua vida.

Por isso, eu proponho, e já propus, com total serenidade, o fim definitivo das provas da OAB, na certeza de que o Parlamento tomará, como senso de responsabilidade, essa sábia decisão em defesa da juventude brasileira.

Sr. Presidente, se assim não for, que, então, todas as entidades que defendem as categorias de profissionais...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Concedo o aparte a V. Ex^a, nobre Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Em caráter de emergência, pois, infelizmente, terei de deixar o plenário para pegar um avião de carreira, que não espera, queria colocar dois pontos. Em primeiro lugar, dirijo-me ao Vice-Presidente da Casa, maior autoridade hoje aqui. Há pouco, fiz um pronunciamento no qual, inclusive, cito sua participação na CPI dos Bingos sobre a acusação de companheiros da Mesa daquela Comissão. Peço a V. Ex^a providências imediatas para instalação de processo eficaz, para que fique esclarecido, o mais rápido possível, o que a imprensa divulga hoje, inclusive, na coluna da acreditada jornalista Tereza Cruvinel, que tem muito cuidado em conferir suas fontes. Faço isso para preservar a Casa. A Senadora Líder do seu Partido, se inocente for, tem oportunidade e possibilidade de demonstrar isso e pedir punição ou punir o assessor que extrapolou as suas funções e, por outro lado, esclarecer esses fatos. Essa dúvida não pode pairar sobre nós, principalmente em se tratando de uma CPI que toda a Nação brasileira acompanhou, chamada pela Base do Governo, desde o início, de CPI do Fim do Mundo. Essa técnica, Senador Edison Lobão, de tentar “radioativizar” as pessoas ou os fatos quando não se concorda com eles é velha, conhecida, mas, ainda hoje, usada. Não podemos aceitar isso. Esta Casa não pode conviver com fato dessa natureza. So-

bre dois homens honrados, o Senador Efraim Morais, Primeiro-Secretário desta Casa, e o Senador Garibaldi Alves Filho, não pode haver dúvida alguma. Peço-lhe permissão para falar ainda sobre outro assunto. “Ronaldinho responde Lula” – Ronaldo, o Fenômeno, aquele que Lula ontem disse que estava gordo. Gostaria de que fosse para os Anais desta Casa a resposta do Ronaldo para o Presidente. Senador Edison Lobão, preste atenção. Palavra do Ronaldinho: “Eu também teria várias perguntas a fazer ao Presidente, mas fomos instruídos a não fazer perguntas, fomos proibidos de perguntar alguma coisa”. Quem diz o que quer ouve o que não quer. Vou repetir o que disse agora, Senador Tião Viana: meu pavor é que o Brasil passe da primeira fase e que o Presidente Lula, com essa sua olímpica fase triunfalista, queira destituir o Parreira e assumir a Seleção, só para ter o direito de levantar a taça e dizer: “Esta Copa é minha”. Muito obrigado.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, antes de encerrar, quero dizer a todo o País que, com o projeto que propus a esta Casa, espero que possamos abrir a discussão e a avaliação por seus representantes legítimos no Parlamento nacional. Se não for desta forma, então, que a Ordem dos Médicos do Brasil proceda da mesma forma como procede a Ordem dos Advogados do Brasil; que a Ordem dos Engenheiros Civis, Elétricos e inúmeras categorias também tenham, então, uma segunda oportunidade de avaliação definitiva, desqualificando as universidades; que a Ordem das Pedagogas do Brasil também possa avaliar os seus profissionais quando as universidades as colocam no mercado de trabalho; que todas as profissões e os profissionais que se inserem no mercado nacional também possam entrar nessa nova avaliação. Aí se desfaz, então, essa condição da Ordem dos Advogados do Brasil de submeter milhares de jovens a um novo exame, já que esses participaram de vestibulares, estiveram na academia durante cinco anos e, portanto, receberam um diploma que, constitucionalmente, já lhes dá o direito do exercício.

Por esse motivo, apelo à Ordem para uma reflexão sobre essa questão da constitucionalidade de submissão e avaliação para que esses profissionais posam, então, entrar no mercado de trabalho.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a ainda dispõe de mais cinco minutos, se tiver outro assunto. Estou aqui para garantir isso a V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quero, mais uma vez, pedir-lhe um aparte.

O GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Por favor.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Anunciei a entrada de um requerimento, mas terei que sair.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sem dúvida, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a. Eu queria apenas encaminhar para o procedimento legal o requerimento, que é dirigido ao Corregedor da Casa e diz o seguinte:

Solicito a V. Ex^a a abertura de sindicância ou processo equivalente para apurar responsabilidades na veiculação de nota atribuída à Liderança do Partido dos Trabalhadores no Senado, com texto ofensivo à dignidade do Presidente e do Relator da CPI dos Bingos e, por extensão, ao Senado da República e ao Congresso Nacional.

Na chamada Nota, há insinuações de que os dirigentes daquela CPI teriam atendido a solicitações de pretensos *lobbies* de bingos.

Para instruir o processo, peço a V. Ex^a que sejam incluídas, como justificativa para a presente solicitação, as notas taquigráficas de pronunciamento que fiz esta manhã no Senado.

Sala das Sessões, Senador Heráclito Fortes.

Sr. Presidente, encaminho o requerimento a V. Ex^a para os procedimentos legais. Muito obrigado.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, encerro este meu pronunciamento. Espero que possamos ter, na próxima semana, uma reflexão sobre a necessidade de uma reavaliação dessas categorias, verificando se há constitucionalidade ou não, para termos esse amparo legal.

Quero mandar um grande abraço à cidade Serra do Navio e a todas as suas autoridades. Quero mandar um grande abraço também aos vereadores de Ferreira Gomes, que já estão agora embarcando e que estiveram aqui nos prestigiando durante duas semanas, tratando dos interesses de nosso querido Estado, por intermédio de seus Municípios.

Por esse motivo, em nome do Presidente Sarney, que os recebeu também gentilmente, ficamos muito felizes em saber que o Amapá caminha, com todos os seus Municípios, trabalhando uma frente, já se programando para 2007, não só na liberação de recursos.

Ao Estado do Amapá, ao resto do Brasil e a todos os advogados e outros profissionais, quero dizer que aguardemos com paciência, porque acredito que essa cláusula de barreira é inconstitucional e haveremos de quebrá-la pela própria lei.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado, e que todos tenham um bom fim de semana.

Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Heráclito Fortes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Edison Lobão e Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Gilvam Borges.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque e, a seguir, ao Senador Edison Lobão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Tião Viana, Presidente desta sessão, dispus-me a falar hoje levando em conta que ontem conseguimos algo fenomenal, que foi terminar esse período de CPIs. Felizmente terminamos tudo isso, e agora talvez tenhamos tempo para discutir outras coisas. Por coincidência, no mesmo momento em que terminamos as CPIs, em que o Senado pode começar a se dispor a discutir outros temas que possam chamar a atenção da opinião pública através da mídia, que sofre de uma sedução muito grande pelas CPIs, deve estar entrando aqui, não no Senado, ainda, mas no Congresso, o projeto de reforma universitária do Governo.

Sei que, talvez, ainda viciados no tsunami das CPIs, haja uma certa passividade e resistência a discutir outros temas, mas gostaria de fazer um apelo à imprensa, à opinião pública, às direções para que esse assunto seja discutido com a seriedade que é preciso, com a consciência de que o futuro do Brasil, que depende de muitas coisas, talvez não tenha nenhum outro vetor mais importante a discutir do que a fábrica de conhecimento, que, no século XXI, será o principal capital.

Houve um tempo em que o capital era físico, material: as máquinas de uma empresa, as edificações de um prédio, as construções de uma represa ou de uma central termoeletrônica. Era a infra-estrutura econômica, eram as máquinas das indústrias, eram os equipamentos agrícolas que faziam um país rico. Mudou o tempo, nas últimas décadas. O que faz, hoje, um país ser considerado rico, forte, dinâmico não é mais a quantidade de prédios, de edificações, de máquinas que tem; é a capacidade de gerar conhecimento, é a capacidade de produzir esse principal capital do século XXI, que é o conhecimento, que é o saber, que são as formas tecnológicas de produzir a partir dos desenhos da massa cinzenta da população. A universidade é a fábrica principal da geração de conhecimento.

Lamentavelmente, a passividade, a falta de apoio, o acomodamento também de nós todos, professores, na universidade – desculpem-me por dizer todos, é um exagero –, de muitos de nós, professores, e a perplexidade diante de um mundo onde o conhecimento muda

fora da universidade e, ao mesmo tempo, é divulgado fora da universidade, fez com que perdêssemos o ritmo. Hoje grande parte desse capital fundamental do século XXI, que é o conhecimento, é produzido em fábricas, em escritórios, em hospitais, como aqui em Brasília, no Sarah Kubitschek, que é uma fábrica de conhecimentos novos na área da Medicina.

Por isso é que precisamos de uma reforma, uma reforma que traga de novo para dentro da universidade o centro de produção do conhecimento que o Brasil vai precisar, se quisermos ser uma Nação de ponta, se não quisermos continuar dependentes do que é produzido lá fora.

Essa velocidade nova, essa revisão vai precisar de uma refundação da universidade. Ela tem que ser refundada. Ela tem que deixar de ter aquela estrutura mais parecida com a época em que foi criada, há mil anos. É preciso criar uma nova, que sirva para o século XXI: mais rápida, mais dinâmica, mais ágil, com mais alunos fora dos seus territórios. Isso porque hoje não é preciso mais estar dentro da sala de aula para aprender.

O que temo, pelas informações recebidas até aqui sobre o projeto de lei lançado ontem pelo Presidente – ainda não conhecemos os detalhes desse projeto, mas, em geral, todo projeto lançado é mostrado na imprensa –, a reforma hoje proposta não traz uma refundação da universidade. Ela se limita a alguns ajustes, Senador Tião Viana. E esses ajustes, esses jeitinhos não vão trazer para o Brasil a universidade fábrica de conhecimento de que nós precisamos. Claro que o problema da universidade é falta de recursos, mas não apenas falta de recursos; é uma estrutura superada, é uma vinculação professor-aluno ultrapassada. Vamos ter de fazer uma reforma muito mais profunda e dar alguns recursos adicionais também à universidade. Porém, mais recursos sem uma reforma na sua estrutura, na sua concepção, na sua maneira de funcionar, não vai trazer para o Brasil a fábrica de conhecimento de que nós precisamos. E sem essa fábrica, o Brasil está condenado a ser um País marginal no cenário internacional.

Mas essa não é minha única preocupação, nem a maior preocupação, porque esse problema nós vamos resolver aqui. Daqui vai sair um projeto alternativo de reforma universitária. O que mais me preocupa é essa percepção equivocada de que é possível mudar a universidade sem mudar a educação básica, de que é possível ter uma fábrica de conhecimento a partir apenas daqueles que estão dentro da universidade, sem levar em conta, Senador Lobão, todos os jovens que estão hoje na pré-escola, no ensino fundamental e na educação média. Não se começa a reformar o topo do

edifício sem se reformar seus alicerces, e é isso que, aparentemente, se quer fazer. Não temos como fazer uma séria reforma universitária sem fazermos uma radical reforma da educação básica no Brasil.

Apenas um terço dos nossos jovens terminam o ensino médio. Desses, apenas a metade sonha em entrar na universidade. Não só por falta de dinheiro, mas também, sobretudo, por falta de preparo, o que não lhes deixa ao menos sonhar com a idéia de um ensino superior.

Se apenas um sexto dos nossos jovens sentem desejo de fazer vestibular pelo conhecimento que adquiriram na educação básica, significa que estamos jogando fora cinco sextos dos nossos potenciais universitários. Quantos gênios não morreram antes de aprender a ler e não puderam desenvolver o seu conhecimento literário? Quantos não morreram antes de aprender aritmética e não puderam desenvolver plenamente o seu potencial científico?

Com a responsabilidade pela educação entregue aos Municípios, Municípios pobres que não têm como levar adiante a educação, não vamos ter uma boa educação. Ou nacionalizamos a educação brasileira, ou a federalizamos, se assim quiserem, ou tornamos a educação de cada criança uma preocupação do País inteiro e não apenas do pobre prefeito. Ou fazemos com a educação básica aquilo que fizemos com a universidade quando a federalizamos, ou fazemos com que a educação de cada criança seja um compromisso do Brasil e não apenas do Município; caso contrário, não vamos ter uma boa universidade.

Quando falo em nacionalizar a educação, não quero dizer que Brasília deve gerenciar 160 mil escolas. Não acredito nisso! Sou favorável à descentralização. Aliás, sou tão radicalmente favorável à descentralização que acho que a escola não precisa nem ser do Município; ela pode ser dos pais e dos mestres e, mesmo assim, ser pública, se ela cumpre padrões mínimos para o Brasil inteiro. E, para isso, terá de haver mais recursos da União.

A reforma universitária que vem por aí, pelo que leio nos jornais, não é uma reforma universitária; é um ajuste de financiamento para resolver a crise emergencial e não a crise estrutural da universidade. E se ela vier limitada à universidade, ela estará condenada ao fracasso.

Há um artigo que diz que o Ministério da Educação está proibido de aplicar mais de 25% dos seus recursos na educação básica, porque está escrito lá que pelo menos 75% do dinheiro do MEC tem de ir para as universidades federais. Isso é um contra-senso, um absurdo! Hoje, 75% ainda é pouco para as universidades; tinha que ser 90%, 110%. Mas, daqui a cinco

anos, quando aumentarmos as verbas do MEC, vamos continuar tendo de mandar 75% para as universidades e 25% para a educação básica? Esse é um contra-senso. Não há boa universidade sem educação básica; não há boa universidade no século XXI sem uma refundação e não apenas um jeitinho na universidade.

Ouçó o Senador Edison Lobão, com muito prazer.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Cristovam Buarque, por todas as razões, foi bom V. Ex^a ter vindo para o Senado da República. V. Ex^a é um Senador que contribui significativamente para o aperfeiçoamento e para o encaminhamento das questões fundamentais que por aqui passam. Mas ressalto a presença de V. Ex^a na discussão do problema educacional no Brasil. V. Ex^a se tornou uma espécie de sentinela dos mais legítimos interesses dos jovens brasileiros que precisam demandar as escolas de primeiro grau, de segundo grau e de terceiro grau. Não tenho dúvida de que ou caminhamos acertadamente na direção do ensino profundo, a partir da pesquisa na universidade de boa qualidade, ou não iremos a lugar nenhum como Nação. Admiro, portanto, a presença freqüente de V. Ex^a na tribuna para nos alertar a todos, especialista que é, educador que é, Ministro brilhante que foi, Governador que aplicou a sua imaginação criadora em fórmulas que ainda hoje estão sendo consagradas no Brasil e até no mundo. V. Ex^a tem, portanto, essa presença animadora para que o Brasil siga o caminho correto, a fim de que possa desembarcar na ilha da prosperidade e da felicidade que todos nós desejamos. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador. Um aparte como esse é gratificante para qualquer um, ainda mais vindo de V. Ex^a.

Como não vamos ter CPIs nas próximas semanas, a não ser que se instale a CPI dos Sanguessugas, espero que possamos ter mais tempo para discutir os projetos. É verdade que agora, depois de concorrermos com as CPIs, vamos concorrer com a Copa do Mundo e, a partir de julho, com as eleições. Talvez isso leve a reforma universitária para o próximo ano, mas espero que não haja desvio de outras atividades no próximo ano e que discutamos o assunto, porque o futuro do Brasil passa por essa lei chamada de reforma universitária, que está vindo não como reforma, mas como um jeitinho para garantir mais recursos para a universidade. São necessários mais recursos, mas mais recursos não bastam para enfrentar os desafios do século XXI.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque e concedo

a palavra ao Senador Edison Lobão. Falará em seguida o Senador Tião Viana.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que me traz à tribuna é um tema ligado à Marinha brasileira. Porém, não posso deixar de iniciar as minhas palavras sem uma manifestação, sem uma exaltação da humildade, da correção, da decência, que todos já esperávamos, do Tribunal Superior Eleitoral, ou seja, de seus Ministros.

O Ministro Marco Aurélio de Mello é uma figura excepcional da Magistratura brasileira. Sou seu admirador desde que ele era Juiz do Trabalho no Rio de Janeiro. Acompanhei sua carreira, sua vida e jamais deixei de tê-lo como um alvo da minha admiração e da minha amizade. O Ministro Marco Aurélio, talentoso, inteligente, elevado, correto a vida inteira, é um Ministro, um juiz, um magistrado que exerce a sua autoridade nos limites da Constituição, mas que tem também a humildade, mais uma vez demonstrada, de rever suas posições quando se identifica no cometimento de, talvez, um equívoco – não sei se a expressão é exatamente esta. O fato é que a revisão feita pelo Tribunal Superior Eleitoral da decisão tomada há dois ou três dias, no que diz respeito às eleições deste ano, é profundamente elogiável. É um gesto bonito por parte dos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, liderados pelo Ministro Marco Aurélio. A exaltação que faço se dirige a todos os Ministros que compõem aquela importante Corte de Justiça do Brasil.

Sr. Presidente, a edição da **Folha de S. Paulo**, do último dia 28, publicou, de autoria do Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, o artigo “Auto-suficiência em petróleo e a Marinha”, cujo texto, ao lado da grande satisfação pelo anúncio oficial da nossa gigantesca produção petrolífera, faz ponderações em torno da insegurança das reservas em alto mar. Lembra o artigo que 85% da produção brasileira de petróleo são realizadas nas águas da nossa “Amazônia Azul”, ampliando-se as perspectivas de descoberta de novas jazidas no mar.

No entanto – e agora quem o diz sou eu –, ainda não se tomou consciência de que estamos despreparados para dar segurança a essa nossa riqueza de alto mar. Não obstante a alta qualificação dos oficiais e demais integrantes da Marinha, cujas realizações em vários dos seus setores usufruem grande prestígio nacional e internacional, essa força não dispõe dos recursos de que necessita para se equipar adequadamente e dar curso à sua relevante missão de defesa das nossas águas jurisdicionais. O território marítimo brasileiro mede-se por cerca de 3,6 milhões de quilômetros quadrados, e o Brasil está pleiteando,

junto à ONU, um acréscimo de 900 mil quilômetros quadrados a essa área, em pontos onde a Plataforma Continental vai além das 200 milhas náuticas. Aceita essa proposta, nossas águas jurisdicionais somarão quase 4,5 milhões de quilômetros quadrados – área maior do que a Amazônia Verde.

Vê-se por aí, Sr. Presidente, a grave responsabilidade que cabe à nossa Marinha.

Como diz o Comandante Roberto de Guimarães Carvalho, é um dever do Estado oferecer à Marinha as condições para o patrulhamento, notadamente das áreas marítimas de exploração de petróleo.

Sr. Presidente, dada a importância e a oportunidade do artigo, insiro a íntegra do seu texto neste meu discurso, que peço seja dado como lido.

O que quero dizer é que o Governo brasileiro tem o dever de dotar a Marinha brasileira dos recursos de que necessita, precisamente para que ela cumpra o fundamental papel de patrulhamento das águas nacionais, sobretudo agora, que a auto-suficiência em petróleo do País se dá exatamente em águas marítimas. Cumpre, portanto, à Marinha patrulhar e proteger as nossas plataformas de alto mar. Se a Marinha não for dotada das condições especiais, ela não terá como cumprir esse papel importante, fundamental, em benefício de todos os brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente
Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR EDISON LOBÃO.

O SR. EDSON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a edição do último dia 28, da **Folha de S. Paulo**, publicou, de autoria do Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, o artigo “Auto-suficiência em petróleo e a Marinha”, cujo texto, ao lado da grande satisfação pelo anúncio oficial da nossa gigantesca produção petrolífera, faz ponderações em torno da insegurança das reservas em alto mar. Lembra o artigo que 85% da produção brasileira de petróleo são realizados nas águas da nossa “Amazônia Azul”, ampliando-se as perspectivas de descoberta de novas jazidas no mar.

No entanto – e agora quem o diz sou eu -, ainda não se tomou consciência de que estamos despreparados para dar segurança a essa nossa riqueza de alto mar. Não obstante a alta qualificação dos oficiais e demais integrantes da Marinha, cujas realizações em vários dos seus setores usufruem grande prestígio nacional e internacional, essa força não dispõe dos recursos de que necessita para se equipar adequadamente e dar curso à sua relevante missão de

defesa das nossas águas jurisdicionais. O território marítimo brasileiro mede-se por cerca de 3,6 milhões de quilômetros quadrados, e o Brasil está pleiteando, junto à ONU, um acréscimo de 900 mil quilômetros quadrados a essa área, em pontos onde a Plataforma Continental vai além das 200 milhas náuticas. Aceita essa proposta, nossas águas jurisdicionais somarão quase 4,5 milhões de quilômetros quadrados – área maior do que a Amazônia Verde.

Vê-se por aí, Senhor Presidente, a grave responsabilidade que cabe à nossa Marinha.

Como diz o Comandante Roberto de Guimarães Carvalho, é um dever do Estado oferecer à Marinha as condições para o patrulhamento notadamente das áreas marítimas de exploração de petróleo.

Dada a importância e a oportunidade do artigo, Sr. Presidente, insiro a íntegra do seu texto neste meu discurso, que passo a ler:

AUTO-SUFICIÊNCIA EM PETRÓLEO E A MARINHA

Roberto de Guimarães Carvalho
Possibilitar que a Marinha possa patrulhar a nossa “Amazônia Azul” é um dever do Estado. Talvez a Petrobras possa ajudar

O BRASIL todo comemora, com fundadas razões, a auto-suficiência na produção de petróleo: enfim, para justo orgulho de todos os brasileiros, produzimos mais do que consumimos! Essa conquista compõe páginas que enriquecem a própria história recente do Brasil. Seja a heróica visão do estadista que decidiu, em contexto de difíceis circunstâncias políticas e econômicas, pelo “O Petróleo é Nosso”; seja a vibrante epopéia da Petrobras; seja a confiança dos governos, que, por mais de cinco décadas, jamais deixaram de investir nesse segmento; ou, por fim, seja pela mística de uma calada torcida de todo o povo brasileiro para que essa meta fosse alcançada. O fato incontestado é que o Brasil venceu. O Brasil conseguiu. A Marinha se junta ao mutirão nacional de orgulho por essa vitória. Contudo, a consciência do dever constitucional a obriga a reflexões de ordem estratégica sobre esse fato, considerando que um percentual bastante significativo da produção de petróleo -cerca de 85%- é realizado nas águas da nossa “Amazônia Azul”, e que visões prospectivas anunciam a descoberta de novas jazidas no mar. O direito do mar (Convenção da Jamaica), ao mesmo tempo em que concede ao Estado costeiro o direito de explorar os recursos vivos e não-vi-

vos do solo, subsolo e da camada líquida da sua zona econômica exclusiva (ZEE), reconhece o direito à livre navegação internacional nas ZEE. Isso significa que qualquer país pode deslocar uma força naval para operar nas proximidades das áreas marítimas onde se localizam as nossas plataformas de exploração de petróleo sem nenhum constrangimento de ordem jurídica, embora possa haver de ordem política. Daí ser o mar, por excelência, o cenário próprio para o surgimento de crises internacionais de natureza político-estratégica. Tais crises, quando mal conduzidas, podem escalar para conflitos armados que sempre interessam aos mais fortes ou, mesmo quando bem manobradas, tendem a sujeitar os mais fracos a aceitar as condições impostas pelos mais fortes. No caso em apreço, ou seja, para evitar crises no cenário marítimo ou para poder enfrentá-las com a cabeça erguida, caso elas ocorram, a existência de uma Marinha com capacidade crível de dissuasão é o único recurso plenamente satisfatório. Outro aspecto que não pode ser negligenciado é o das denominadas “novas ameaças”, entre as quais, além dos crimes transnacionais e ambientais, está incluído o terrorismo internacional. Plataformas de exploração de petróleo são alvos potencialmente tentadores para ações terroristas. Assim, além da capacidade de dissuasão já mencionada, a Marinha necessita ter uma outra capacidade, qual seja, a de poder patrulhar de forma permanente todo o imenso mar que nos cerca, incluindo, prioritariamente, as áreas marítimas de exploração de petróleo. Para tal tarefa, em tempo de paz, o navio-patrolha é o meio adequado. Somente um navio pode, além de detectar e identificar, interceptar as embarcações que estejam navegando nas nossas águas jurisdicionais. Pode ainda, utilizando o Grupo de Visita e Inspeção (GVI) e a Guarnição de Presa (GP), que fazem parte da sua tripulação, inspecionar e, se for o caso, obrigar a demandar o porto nacional mais próximo aquelas que estiverem infringindo as nossas leis, entregando-as às autoridades competentes para as providências posteriores. Prover à Marinha os meios e os recursos necessários para que ela possua uma capacidade de dissuasão com credibilidade é, sem dúvida, um dever do Estado -e para isso existem os royalties. Possibilitar que a Marinha possa, efetivamente, patrulhar a nossa “Ama-

zônia Azul” também é um dever do Estado. Mas talvez a Petrobras possa ajudar. Como? Tornando-se, mais do que já é, uma efetiva parceira da Marinha, celebrando com ela um acordo administrativo que permita o repasse de recursos extra-orçamentários diretos para a Marinha e, portanto, fora do alcance dos contingenciamentos do Orçamento, para que a Força Naval possa implementar o seu projeto de navios-patrolha a serem construídos no país. Tais recursos seriam uma pequena parcela dos pesados investimentos feitos pela Petrobras -e que continuariam a ser investimentos, só que voltados para a proteção e a segurança do imenso patrimônio que não é só daquela empresa, já que também pertence a todo o povo brasileiro. Pode parecer um sonho, mas a vitória que estamos comemorando também era um sonho que se transformou em realidade. Orgulhem-nos e saudemos a auto-suficiência do petróleo, sem descurar, porém, da responsabilidade de protegê-la e defendê-la.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS)

– Com a palavra o Senador Tião Viana, vice-Presidente desta Casa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eminentíssimo Senador Ramez Tebet, Presidente da Casa neste momento, é uma grata satisfação poder fazer um registro de solidariedade aos servidores do Incra, servidores federais que têm uma carreira de Estado reconhecida e respeitada em todos os cantos do Brasil, servidores que partilham um propósito comum do Estado brasileiro, que é o de avançar na consolidação do desenvolvimento rural à altura de seus trabalhadores, daqueles que constroem e garantem a possibilidade de termos em nossas mesas a comida, o alimento.

Nunca deixo de reconhecer, em minha mesa, na hora de um almoço, de uma refeição, que mãos calejadas do campo é que permitem que sejamos valorizados em termos de segurança alimentar. Nunca deixo de considerar também o porquê de o País se dar o direito de não fazer como na Europa, onde quem vive na área rural vive muito melhor do que quem vive na cidade; por que o Brasil ainda permite a dívida de uma questão fundiária tão elevada e tão dramática ao

longo dos séculos; por que o País não considera de maneira mais firme e determinada que o processo de violência e de insegurança urbana que vivemos é fruto da falência de uma política rural. Poderia haver até uma migração inversa, gerando qualidade de vida no campo e garantindo uma mudança de adaptação da vida social brasileira.

Os servidores do Incra estão no meio desse debate, dessa encruzilhada, pode-se dizer, porque eles têm a responsabilidade de construir assentamentos. No ano passado, esses servidores assentaram 127 mil famílias. Trabalharam, alcançaram suas metas e foram reconhecidos por muitos governantes estaduais e municipais e pela própria União. Este ano, eles têm a meta de assentar 154 mil famílias nas áreas rurais, e de garantir esse assentamento.

Observem a importância social disto: multiplicada cada família por 4 pessoas, passaremos de 600 mil pessoas assentadas, meu caro Presidente, em uma nova oportunidade de partilhar da riqueza nacional, tendo a terra para produzir, gerando a riqueza rural.

Esses servidores vivem um momento difícil, um momento de reivindicação junto à União, de reconhecimento da legitimidade, da importância e do valor da sua atividade.

Via de regra, eu não me envolvo em debates salariais, pois entendo que o debate do corporativismo precisa de uma reflexão muito mais ampla; o próprio debate do sindicalismo precisa de uma reflexão muito mais ampla.

Quando olhamos para um País solidário como um todo, com políticas de inclusão social, temos que ter muito cuidado neste debate.

Mas, quando olho para uma categoria como a dos servidores do Incra e da Fundação Nacional de Saúde, não tenho qualquer dúvida em trazer uma palavra de estímulo e apoio a esses servidores, que hoje fazem um movimento reivindicatório junto ao Governo Federal, buscando os canais de diálogo, a fim de que a carreira possa, de fato, ser reconhecida e valorizada.

Existem servidores com curso superior que recebem salário em torno de R\$ 500,00 – o mais são detalhes de complementação de salário, chegando a R\$ 1 mil e pouco, R\$ 2 mil –, quando exercem uma atividade de dedicação tão importante e estratégica.

E qual é a consequência disso? Esses servidores, já cansados, exaustos de uma expectativa de reconhecimento e valorização de sua carreira, recorrem a um concurso público, e trocam de área, deixando enfraquecida, no Incra, a atividade de reforma agrária, o suporte para a reforma agrária.

O momento difícil, incompreensível e desaprovado por todos nós, da invasão irracional à Câmara dos

Deputados, uma instituição, é fruto de um elo que se quebrou, sem dúvida alguma, de um processo de integração e articulação do assentamento rural brasileiro. Há também consequências no debate fundiário deste País. Nada justifica a ação, que julgo de delito e violência graves ao patrimônio público, àquilo que é do povo brasileiro, mas, de certa forma, existe um vínculo.

Trata-se de uma carreira estratégica. E o apelo que faço, neste momento, é para que a Ministra Dilma Rousseff reflita mais a respeito de suas atribuições sobre o significado da incorporação dos pedidos dos servidores do Incra em sua carreira de Estado, a fim de que tenham as gratificações tratadas como salários.

Isso não vai alterar em nada, no momento imediato, a folha de pagamento, as despesas do Governo Federal. Que os funcionários do Incra possam, no seu plano de carreira, já conquistado no Governo Lula – é bom que se diga –, obter ascensão funcional e recuperação salarial efetiva.

Se observarmos o volume de custo financeiro de despesa a ser arcada pelo Governo, veremos que é mínimo, é pequeno. Por essa razão, trago este assunto a debate, ensejando que o nosso Governo possa também estender essa mão, companheira e atenciosa, aos servidores do Incra do Brasil – este Governo que rompeu o ciclo de oito anos de insensibilidade com o servidor público federal, com o funcionário público brasileiro, que, nos primeiros dois anos, teve muita dificuldade de ver valorizada, recuperada sua carreira.

Faço isso por necessidade de consciência, com a maior tranquilidade de estar defendendo com muita justeza uma reivindicação que merece o respeito de todo o povo brasileiro.

O Ministro Paulo Bernardo, conhecedor desse problema, está sensibilizado, e espero que possa avançar mais no sentido de resolvê-lo. Procurei também o Ministro Dulci, um elo aberto de articulação e troca de reflexões com os movimentos sociais brasileiros, que sabe da importância estratégica do assentamento de 154 mil famílias em 2006.

Este tema é muito precioso para a retomada da responsabilidade social dos Governos com a questão agrária brasileira e com a ruptura de um processo de ocupação da área rural, um compromisso a mais com a agricultura familiar no Brasil.

O meu voto, portanto, é de solidariedade a esse contencioso entre os servidores do Incra e o Governo. Espero que eles sejam, sim, tratados com distinção ante uma reivindicação justa, legítima, que não afeta a capacidade financeira do Governo do Presidente Lula.

Concedo um aparte, com muita alegria, à Senadora Ideli Salvatti.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Muito agradeça, Senador Tião Viana. Ao longo desta semana tão conturbada para todos nós, tive oportunidade de manter contato com segmentos da liderança dos servidores do Incra. Naquela ocasião, os servidores fizeram o mesmo apelo que agora V. Exª expõe e enfatiza ao dizer quão necessária, legítima e adequada é a correção da estrutura de carreira daqueles servidores, para que efetivamente possam ter plano de carreira e remuneração dignos, que eles, indiscutivelmente, merecerem. No momento em que presenciamos a invasão e a depredação da Câmara, a reivindicação dos servidores do Incra acaba tendo outro significado. Primeiro, porque os servidores vêm fazer a reivindicação de forma tranqüila, legítima, pacífica, adequada, o que, portanto, dá a eles total razão de forma indiscutível. Em segundo lugar, porque são exatamente esses servidores que têm a capacidade de poder fazer, com o seu trabalho correto e competente, a reforma agrária, que é uma aspiração, acontecer. Se existe alguma unanimidade neste País, é que a reforma agrária precisa ser feita. Quando vão à tribuna falar de qualquer episódio que envolva a questão agrária no Brasil, todos dizem que ela é necessária. O Brasil é um dos últimos Países que ainda não realizou, de forma efetiva, correta, completa e com maior justiça, a distribuição da terra. Portanto, são os servidores do Incra que têm a tarefa de agilizar e viabilizar as operações e as ações do Governo com relação à ampliação e implementação da reforma agrária. Quanto a esse episódio ocorrido na Câmara Federal, que todos repudiamos, estão exigindo da tribuna que nos manifestemos, que tomemos providências. Os manifestos foram de primeira hora. Quero deixar registrado que fui a primeira a vir à tribuna do Senado para repudiar o episódio, enquanto este ainda estava ocorrendo. Parabenizei pela posição firmíssima o Presidente da Câmara, Aldo Rebelo, que determinou que ninguém saísse de lá a não ser preso. Estou ainda mais tranqüila agora por conta de a Polícia Federal estar assumindo as investigações, a apuração. Tenho certeza absoluta de que todos os que estiveram envolvidos, os que tiverem responsabilidade, posso dizer isso com tranqüilidade, seja de que Partido for, inclusive do PT, não terão refresco. É importante dizer isso. Os tais financiamentos para ONGs, felizmente, não fomos nós que iniciamos. Essa abertura para que Organizações Não Governamentais pudessem receber recursos para viabilizar a terceirização do serviço público teve sua grande alavancagem e implementação no Governo que nos antecedeu. Está cada vez mais demonstrado no episódio das ambulâncias – na Operação Sanguessuga vemos exemplos à exaustão – que ONGs foram utilizadas para desviar recurso público. O

destaque que estão dando agora para o financiamento da quebradeira merece de todos nós repúdio e também uma atenção muito especial. Está mais do que na hora de estabelecermos um debate aprofundado sobre o papel, o controle e a fiscalização do Estado nas terceirizações do serviço público, que acabam abrindo brechas e portas para a corrupção, para o desvio do recurso e, como pode ter acontecido aí neste caso, até o financiamento de organização, que, depois, acabou desencadeando aquele episódio lamentável de depredação na Câmara, repudiado por todos nós.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ideli. Dou o meu testemunho, sim, de que V. Exª foi a primeira a assumir a tribuna do Senado Federal, para expressar absoluta desaprovação à atitude de invasão e depredação do patrimônio público, ocorrida na Câmara dos Deputados.

Agradeço muito a V. Exª, pois sei o valor de seu aparte a respeito dos servidores do Incra. Sua solidariedade e compreensão são importantes para que o Governo possa superar esse impasse, buscando uma solução que não seja desgastante, que não traga impacto negativo à capacidade financeira do Estado brasileiro.

Por fim, agradecendo a V. Exª, quero apenas fazer um reconhecimento do Governo do Presidente Lula, que autorizou a criação, por intermédio do Ministério da Educação, do programa de escola técnica federal em mais quatro Estados. Serão incorporados ao programa 75 mil jovens, que terão oportunidade de treinamento e qualificação, o que os deixará aptos ao exercício do trabalho no mercado. É uma atividade libertadora, de reconhecimento, para que, aqueles com nível médio, possam ser inseridos no mercado de trabalho com qualificação e condição salarial muito melhor.

Felizmente, o Acre está entre os Estados beneficiados. Isso tem um significado muito grande para mim, que, em 2000, apresentei uma emenda de comissão, defendendo a criação de cinco escolas técnicas federais para o meu Estado.

Mas não foi possível viabilizar essa emenda, em razão da escassez orçamentária federal. Mas hoje o Governo Lula responde a esse apelo e atende 4 Estados, gerando 75 mil novas oportunidades de vagas para a formação técnica do ensino médio.

Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. Ramez Tebet, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao eminente Senador Ramez Tebet. A seguir, à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, o meu agradecimento à Senadora Ideli Salvatti, que me permitiu antecipar minha fala.

A minha presença na tribuna hoje refere-se à decisão tomada, por unanimidade, na noite de ontem, pelo Tribunal Superior Eleitoral. Sr. Presidente, Srs. Senadores, valeu a pena, sim, valeu a pena observar que, nos instantes mais difíceis, existe a grandeza de homens que exercem função pública. O Tribunal Superior Eleitoral procedeu com grandeza, com elevado espírito público, com elevado espírito cívico, consoante a realidade nacional. Permita-me aqui, Sr. Presidente, no início das minhas palavras, citar uma declaração do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Marco Aurélio, de cuja amizade me orgulho e muito me honra. Disse S. Ex^a: “Sem dúvida, parti de um equívoco e dei a mão à palmatória”.

Sr. Presidente, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral é conhecido por sua invejável cultura, por seu convencimento sobre as matérias, pela maneira convicta com que fala, incisiva quase sempre. Ao proferir uma palavra dessa, com toda a certeza a Nação brasileira percebeu que, entre os ornamentos da personalidade do Ministro Marco Aurélio, ressaltados por todos, existe uma virtude maior: a virtude da humildade. E S. Ex^a foi acompanhado nessa humildade por quase todos os ministros do Tribunal Superior Eleitoral. Na terça-feira, apenas o Ministro Cesar Asfor Rocha afirmou e votara no sentido de que a verticalização que deveria prevalecer era a verticalização já aplicada no pleito eleitoral de 2002.

Por seis a um, na terça-feira, modificou-se todo o processo de verticalização, e a classe política ficou atônita – eu diria até que a classe política ficou atemorizada! Os partidos políticos não sabiam o que fazer diante daquela decisão.

Mobilizou-se a classe política, é verdade, mas isso é da democracia; o entendimento é da democracia. Temos visto e presenciado – e é comum no Poder Judiciário – decisões serem reformadas, porque elas são tomadas por seres humanos, que não são infalíveis. É por isso mesmo que a Justiça permite os recursos no Brasil. É claro que, no meu entendimento, recursos excessivos, que estão paulatinamente sendo limitados, mas, em quarenta e oito horas, uma decisão tão grave, uma decisão tão séria, como a tomada na terça-feira pelo Tribunal Superior Eleitoral, Senador Tião Viana, com toda a certeza, eu ainda não havia presenciado na minha vida pública. Eu não a havia presenciado nem como advogado, nem pelo breve período em que fui Promotor de Justiça, nem durante o tempo em que

me dedico à causa pública, no exercício dos meus sucessivos mandatos.

Esse fato, pois, merece registro, Sr. Presidente, porque, não fora a decisão tomada ontem, os partidos estariam atônitos, a própria população estaria atônita. Uma insegurança jurídica pairava no ar, ameaçando até, eu diria, o pleito deste ano, porque este País, que possui 27 Estados em sua Federação, possui 27 realidades diferentes. Não seria com a verticalização, que combati desde 2002, que aprimoraríamos a regra eleitoral e o exercício da política.

Assim, da minha casa, assisti, pela TV Justiça, aos sucessivos votos. Todos eles baseados praticamente no sentido de garantir a segurança jurídica. Trata-se do reconhecimento de que, se se mantivesse a decisão de terça-feira, haveria uma insegurança tão grande neste pleito, Sr. Presidente, que não sei o que poderia acontecer.

Portanto, vim aqui louvar a grandeza dos sete ministros que compuseram o julgamento na noite de ontem, quinta-feira, restabelecendo um pouco a tranquilidade da classe política, os acordos que vinham sendo feitos.

Quero dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que me ouvem: eu também não consegui explicar, sinceramente, por maiores que fossem os argumentos, como se poderiam mudar as regras a cinco ou seis dias – ou menos até – do prazo do Código Eleitoral, que estabelece que as convenções partidárias devam ser realizadas de 10 a 30 de junho. É preciso mudar isso de uma hora para outra, assim, trazendo intranquilidade?

Que errou o Tribunal na terça-feira, errou; mas acertou ontem, assim desfazendo o erro que havia cometido, só com um ato de muita grandeza mesmo! Os ministros são homens de estirpe, homens de cultura jurídica, homens de responsabilidade extraordinária.

Citei aqui o Ministro Marco Aurélio, porque eu o acompanho e o admiro – como admiro todos os ministros. Mas, Sr. Presidente, quando li o discurso do Ministro Marco Aurélio, no dia de sua posse na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, e, com a decisão de ontem, posso afirmar, tranqüilamente, que S. Ex^a demonstrou à sociedade brasileira uma qualidade entre tantas que ornamentam a sua personalidade, uma qualidade, Senador Pedro Simon, que provavelmente era de todos desconhecida. Já me referi a ela: a humildade, quando S. Ex^a disse que dava a mão à palmatória e voltava atrás, para fazer com que as regras deste ano fossem as mesmas do pleito de 2002.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É muito importante a manifestação de V. Ex^a pela sua autoridade e credibilidade. Também sou um grande admirador do Presidente Marco Aurélio. Pedi, inclusive, a transcrição nos Anais do Senado do seu pronunciamento de posse na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, principalmente da frase do seu discurso que foi manchete nos jornais: “O Brasil parece que é o País do faz-de-conta”. Realmente, se faz de conta que funciona o Judiciário, se faz de conta que funcionamos nós, se faz de conta que as escolas estão funcionando. Esse episódio foi, realmente, muito importante e muito delicado. Em primeiro lugar, ele nos mostra, Sr. Presidente, que é uma vergonha que nós, Congresso Nacional, aceitemos o fato de, entre os países que têm um certo grau de desenvolvimento democrático, o Brasil ser o único País do mundo que, a cada eleição, tem uma lei eleitoral. Quer dizer, a lei eleitoral nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Argentina, é uma só e vigora permanentemente, não há o que mudar. No Brasil, a cada dois anos, se faz ou uma lei para as eleições municipais, ou uma lei para as eleições estaduais, mudando tudo; mudando, alterando, modificando. Isso é ridículo! E o artigo que estabelece que deve ser anual, quando tentamos fazer um esforço, e a Câmara não nos acompanhou, porque já teríamos feito uma reforma eleitoral positiva para esta eleição, mas ela parou na Câmara, e quando chegou a hora de a Câmara votar, o Supremo Tribunal declarou que já estava fora do prazo, já estávamos no ano eleitoral e era proibido legislar sobre o assunto. No entanto, na eleição ocorrida há quatro anos, o Supremo Tribunal determinou a verticalização durante o ano eleitoral. E, agora, a decisão tomada ontem também ocorreu no ano eleitoral. Vi com certa simpatia a primeira decisão do TSE. É confusa? É. Criaria embaraços enormes aos partidos políticos? É provável. Mas ela era o caminho definitivo da consolidação dos partidos políticos, e estamos caminhando para isso. Temos a lei que pela primeira vez vai ser cumprida, que estabelece a limitação, ou seja, os partidos têm de cumprir os percentuais. Quem não cumprir cai fora. Então, pela primeira vez, estamos às vésperas de ter um sistema político em que em vez de ter trinta, quarenta partidos, vamos ter seis, sete, o que é um passo altamente positivo. Não se pode ter uma democracia estável com quarenta partidos políticos. A decisão que ele tinha tomado era neste caminho: obrigar os partidos a terem um clima nacional, e eles que se virassem para obter esse clima. Seria difícil executar essa decisão, como diz V. Ex^a? Concorde que sim. Respeito a decisão de voltar atrás, porque os políticos mostraram a ele a confusão que haveria. Concorde que haveria confusão, mas a conclusão a

que chegaríamos seria a de que deveríamos fazer uma lei eleitoral definitiva para, permanentemente, disciplinar as eleições no futuro e não mudar a cada quatro anos. Por exemplo: o PT hoje está no Governo, pensa de um jeito; o PSDB está na Oposição, pensa de outro jeito. Quatro anos atrás, era invertido: quer dizer, o PT estava na posição do PSDB, e o PSDB estava na posição do PT. Não pode acontecer isso. Não nego a V. Ex^a, Senador, que eu tinha gostado da decisão do Superior Tribunal Eleitoral, porque mudaria o destino do PMDB. Fizemos uma reunião da executiva – e V. Ex^a esteve presente –, a melhor dos últimos tempos, e marcamos outra reunião para segunda-feira, quando todo mundo baixou a cabeça dizendo: “Nós temos de ver o que vamos fazer. Não há vencidos nem vencedores. Essa decisão foi um choque, e vamos ter que encontrar uma solução”. Parece-me que a solução que encontraríamos na segunda-feira seria o entendimento dentro do Partido. Agora voltou ao que era. Hoje há uma manchete no **Correio Braziliense**, em que um ilustre companheiro nosso diz o seguinte: “Eu, no Estado tal, voto na minha filha, chova ou não chova, com lei ou sem lei, aconteça o que acontecer”. É por aí que estão as coisas. Então o PMDB volta a ter o grupo do Lula, o grupo do PSDB, o grupo que quer ter candidatura própria, entre os quais estamos V. Ex^a e eu, e o grupo que quer deixar o Partido ao deus-dará: cada um faz o que faz. Então, para nós, com todo respeito, eu diria a V. Ex^a que foi uma decisão dura – mas não errada; não concordo que digam que ela estava errada –, mas precipitada. Pegou os partidos de surpresa. Haveria uma revolução interna, mas, para o PMDB, apesar de atingir alguns companheiros meus a esta altura estarão dizendo: “O Simon está dizendo uma coisa dessas porque estava com os acordos feitos” –, para o PMDB, nós entraríamos no verdadeiro caminho.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Pedro Simon, com relação ao nosso partido, concordo com V. Ex^a, até porque o meu candidato é V. Ex^a. Acho que teríamos no PMDB um caminho aberto para discutir ou a sua candidatura, que é a que defendo, ou outra que surgisse em nosso Partido, de acordo com as próprias palavras de V. Ex^a, fruto do seu desprendimento. Estou falando como um todo, precisamos realmente disso.

Quando não se exercita o poder, deixa-se o vácuo, e os outros vão tomando conta daquele vazio deixado. Em verdade, diz bem V. Ex^a, o Congresso Nacional já devia ter feito a reforma eleitoral e a reforma política. O interessante é que todos clamamos por isso e não vemos uma atitude concreta nesse sentido, a não ser aquela reforma política, e não eleitoral, que aprovamos no Senado da República e está dormitando na Câma-

ra dos Deputados, que já seria um passo avançado. E diz V. Ex^a, com muito acerto, com a experiência que tem: a cláusula de barreira é o único passo importante dado nesses dez anos que estou aqui.

Senador Pedro Simon, essa legislação eleitoral que está aí, que regulamentou as eleições de 1996, chegou a esta Casa com 48 horas de antecedência para ser votada. Lembro-me de que alguns Senadores me chamaram e disseram: “Vamos deixar para o Tribunal regulamentar as eleições”. Havia até essa ameaça. Quando eu disse que aquilo não era possível, que tínhamos de cumprir a nossa missão – tínhamos 48 horas para isso –, alguém disse brincando o que virou verdade: “Então, por que você não relata? Eu quero ver se vai dar conta”. Eu respondi: do relatório, eu darei conta. Eu não sei se o meu relatório será aceito. E felizmente nós aprovamos aquela legislação a que estou me referindo.

Volto a reafirmar que não podemos deixar esse vazio. Nós temos de compreender as necessidades do que o País precisa, do que o País necessita. Não há reforma mais importante que a reforma política porque, veja V. Ex^a, por um lado, verticalização aos partidos políticos. Mas isso respeita a vontade do eleitor? O eleitor vota em quem ele quiser – sob pena de nós cairmos naquela abominável regra de 1982, quando o voto era vinculado. Ao escolher um candidato, a pessoa teria de votar de vereador a governador no mesmo partido, sob pena de nulidade do voto, o que a mim parece inconcebível, a não ser que chegássemos ao ponto de dizer: você vota nesse ou nesse partido, não preciso enumerar o nome dos candidatos. A motivação do eleitor nem sempre é a motivação do partido que ele representa ou pelo qual ele tem simpatia. Ele, às vezes, vota nas qualidades do homem público, como as qualidades que V. Ex^a dá ao País, como exemplo de dignidade, como exemplo de homem ético, como exemplo de homem preocupado, Senador Pedro Simon. As pessoas votam assim. Muitos não acreditam nos partidos políticos. Nesta Casa, Senador Tião Viana, vejo coisas extraordinárias e nem por isso eu as recrimino, porque a política é dinâmica, a política tem que evoluir.

Ontem ou anteontem, houve uma votação aqui nesta Casa que dizia o quê? Que a pessoa física ou jurídica que reside no estrangeiro pode comprar dólar no País e não pagar Imposto de Renda. Fiquei pensando no meu Estado, Mato Grosso do Sul. Sabem por quê? Porque se o câmbio permanecer desse jeito, o dólar vai baixar, e aí cai a arrecadação do meu Estado.

Às vezes, as razões do Governo Federal ao editar medida provisória está correta, ele quer trazer dinheiro para o Brasil. Eu discordo, porque acho que deve

trazer investimentos para o Brasil. Por exemplo, deve dizer que quem aplicar no setor produtivo terá tais e tais vantagens. Não, o Governo preferiu valorizar cada vez mais a parte financeira e não a parte produtiva. Mas essa é outra questão.

Acho que já ultrapassei o prazo. Teria muito mais a falar, porque venho do Poder Judiciário, não como membro do Judiciário, mas como advogado que fui por longos anos, com uma breve passagem pelo Ministério Público. Permita-me, V. Ex^a, portanto, citar nominalmente os sete ministros que ontem tiveram a grandeza de entender a realidade nacional: o Presidente do TSE, Ministro Marco Aurélio; o Ministro Cesar Asfor Rocha, que, já na terça-feira, havia votado diferentemente dos seus Pares; o Ministro José Gerardo Grossi, tão conhecido aqui no Congresso; o Ministro Cezar Peluso; o Ministro Carlos Ayres Britto; o Ministro José Delgado; e o Ministro Marcelo Ribeiro. Eu diria, Sr. Presidente: não vamos discutir decisão do Poder Judiciário, mas vamos nos colocar no lugar desses ministros, que tiveram de apreciar um pedido de reconsideração em 48 horas. Tiveram ou não tiveram, vestiram ou não vestiram, calçaram ou não calçaram as sandálias da humildade? Eu acredito que sim.

Vim aqui porque faço questão de ressaltar isto: que haja humildade de quem detém o poder, seja no Poder Judiciário, seja no Congresso Nacional, seja no Poder Executivo. Vamos dirigir este País, vamos governar este País com humildade, pensando na sua população, pensando no seu povo. Quando erramos, devemos dar a mão à palmatória, mas tomar medida imediata. Porque não adianta, Sr. Presidente, pedir desculpas e as coisas continuarem do mesmo jeito, pedir desculpas e, no dia seguinte, continuar errando. Aí também não pode.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Ramez Tebet.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. A seguir, à Senadora Lúcia Vânia. Posteriormente, aos Senadores Pedro Simon e Alberto Silva.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^a Senadora Lúcia Vânia, que passa a presidir a sessão, os dias têm sido todos muito tumultuados aqui neste Congresso. Todo dia há sempre muitas novidades, e uma boa parte delas lamentável, como os episódios a que assistimos ao longo nessa semana e tivemos a oportunidade de repudiar, e outros, que não aconteceram aqui, mas repercutiram, como o que foi apelidado de tsunami do TSE, que veio e já foi. Acho que agora vamos conseguir encontrar um pouco de calma e tranquilidade

para dar os encaminhamentos das questões eleitorais que se aproximam.

Mas, além dos tumultos diários, há os tumultos noturnos também. Ontem à noite – eu já estava recolhida –, recebi comunicado de que havia saído uma matéria na **Folha Online**, do nosso querido Felipe Recondo, que tinha como título: “Texto feito pelo PT insinua que CPI atende a *lobby* de bingueiros”. Na matéria, apareciam trechos de um documento que, segundo a nota, teria sido entregue por assessores da liderança do PT no Senado, e falava dos projetos que atendem a interesses dos operadores de loterias e jogos, da Associação Brasileira dos Bingos e da Associação Brasileira de Loterias Estaduais.

A Assessoria me passou pelo telefone o que estava na nota e eu falei, de pronto, com Felipe Recondo, que me atendeu de forma muito atenciosa e, em seguida, já postou na própria **Folha Online** o teor da nossa conversa, que eu faço questão aqui de fazer a leitura:

Ideli desautoriza a nota com insinuações contra a CPI dos Bingos.

A Líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), disse desautorizar e desconhecer a nota distribuída nesta quinta-feira por assessores da Liderança do partido sobre a CPI dos Bingos.

No documento de duas folhas, sem o timbre da liderança do partido ou assinatura da Senadora, há insinuações de que a cúpula da CPI tenha atendido interesses de empresários de bingos na sugestão de projetos de lei que regulamentam os jogos de azar e as casas de bingo.

“Os dois projetos atendem plenamente às reivindicações dos operadores de loterias e jogos, muitos originados em máfias estrangeiras, que, por intermédio da Abrabin (Associação Brasileira de Bingos) e da Able (Associação Brasileira de Loterias Estaduais), fizeram um grande *lobby* no âmbito da Comissão”, diz o texto. O Presidente da Able é da Paraíba, mesmo Estado do Presidente da CPI”, acrescenta o texto.

Esta é a minha fala:

“Eu desautorizo o texto, desconheço esse documento e o que está escrito não tem a minha concordância”, afirmou a Líder do PT horas depois de distribuído e publicado o texto. A Senadora acrescentou que pedirá explicações sobre o teor do texto distribuído à imprensa.

E, não satisfeita com o teor muito pertinente e plenamente de acordo com a conversa telefônica que eu e Felipe Recondo tivemos, ainda recomendei à minha assessoria, que ainda ontem à noite enviou a toda a imprensa a seguinte nota, Senador Tião Viana:

A respeito da matéria intitulada “Texto feito pelo PT insinua que CPI tenha *lobby* de bingueiros” e veiculada no *site* da **Folha Online**, tenho a esclarecer o que segue:

1- Quero esclarecer que desautorizo o texto enviado à imprensa, desconheço o conteúdo do documento e nada do que foi publicado com base na referida nota tem a minha concordância.

2- Em meu nome, mesmo desconhecendo o conteúdo do documento e reafirmando que o publicado, com base na referida nota, não tem a minha concordância, me solidarizo com todos os Senadores que compõem a CPI dos Bingos e possam ter se ofendido com o material publicado.

Portanto, Senador Tião Viana, essa é a minha declaração, é a minha afirmação. É claro que o relatório da CPI dos Bingos, ontem, acabou provocando uma controvérsia muito grande sobre essa questão do jogo, até porque é um assunto controverso. Com exceção daquela vez do salário mínimo, foram as duas únicas vezes que o Senado da República rejeitou medidas provisórias. Não vamos nos esquecer disso, porque foi exatamente esta que proibia o funcionamento dos bingos e que foi rejeitada pelo Plenário. Portanto, é um assunto explosivo por si só. Inclusive, a jornalista me confirmou que, ontem, V. Ex^a, Senador Tião, estava dando uma entrevista, e o Senador Romeu Tuma acabou interrompendo, criando uma espécie de debate junto com os jornalistas.

Aqui quero até apresentar o texto que o Senador Romeu Tuma expôs, que está na matéria do jornal **O Estado de S. Paulo**, em que diz: “Esta CPI foi criada para apurar crimes que envolvem os jogos. O relatório não tem que falar sobre regulamentação. Se o Executivo quiser, que mostre a cara”.

Um pouquinho mais para cima, ele diz assim: “Sem a mesma extensão, seria como a CPI do Narcotráfico recomendar a legalização das drogas”.

Portanto, veja bem, a controvérsia está instalada. Agora, entre a controvérsia, o debate de alto nível, que deve ser feito sobre um assunto como este, que tem implicações e que, desde o primeiro momento, sempre insistimos no fato de que é uma CPI para investigar os bingos, que temos de efetivamente aprofundar a investigação e não sair do fato determinado. Durante

cerca de um ano, colocamos quase como um mantra a importância de se investigar, até para que, ao final dos trabalhos, pudéssemos ter fruto da investigação, alguma posição a ser apresentada.

Portanto, reitero claramente que, se alguma ofensa ou questão tenha pairado, isso não teve a minha concordância e o meu conhecimento e, de pronto, repudiei-a. Tão logo fui informada, busquei desmentir na imprensa, como também tomei a iniciativa de publicar nota oficial na imprensa.

Agora, já sabemos como funcionam essas coisas. Em seguida a isso, vêm os patrulhamentos, as insinuações, a distorção dos fatos, colocações como as que ocorreram no plenário. Quero também dizer, de pronto, que não admito patrulhamento. Ao longo desse um ano de administração de três CPIs, todas as vezes em que fui afrontada, respondi à altura. Quando me senti ofendida, recorri à Justiça, como no caso do Sr. Roberto Jefferson e em outras situações. Não tenho nada a esconder nem a dever.

Portanto, se ainda houver qualquer questão a ser esclarecida, estou, de pronto, colocando-me plenamente à disposição para esclarecer o que for, inclusive insinuações feitas neste plenário esta manhã. Não tenho nenhum problema em esclarecer qualquer assunto, mas penso também que todos, inclusive os que levantam o patrulhamento permanente e as distorções, têm de estar disponíveis para responder a tudo o que está pairando no ar.

Ouçó, com muita alegria, o meu querido sempre Líder Senador Tião Viana, que foi meu Líder na CPI dos Bingos.

O Sr. Tião Viana (PT – AC) – Minha cara Líder, Senadora Ideli Salvatti, fico muito satisfeito de ouvir as explicações dadas por V. Ex^a acerca daquilo que gerou um desconforto à Oposição, na figura dos Senadores Heráclito Fortes e Efraim Moraes – que ligou querendo saber mais detalhes sobre o ocorrido. Acho que V. Ex^a, por meio da nota que emitii ontem, respondeu a todas as dúvidas. Não partiu de V. Ex^a a veiculação de tais informações nem a opinião sobre algo que pudesse subtrair nada da imagem e da moral do Senador Garibaldi ou do Senador Efraim Moraes. A explicação que deu é mais do que suficiente para que V. Ex^a seja tratada com justa consideração e tenha o reconhecimento do mandato que exerce de maneira tão elevada e tão nobre a favor de uma política em que acredita, como eu acredito, que é a defesa do Governo do Presidente Lula. O debate na CPI tem elevado, sim, a temperatura política, porque paixões, partidizações, têm ocorrido. Eu mesmo deixei claro, após a leitura do relatório, para o Senador Garibaldi que mantinha o respeito que tinha por ele antes da leitura

do relatório, mas nem por isso deixei de discorrer sobre todos e tantos equívocos que S. Ex^a cometeu na feitura do relatório. Declarei publicamente à imprensa que foi muito infeliz a defesa da legalização dos bingos dentro do relatório final da CPI.

Eu acho que é um marco legal que precisa ser debatido. Precisa ser devidamente posicionado pelo Parlamento. O nosso Governo do Presidente Lula já deixou clara sua posição contrária, que foi derrotada no projeto de conversão apresentado aqui. E acho que é legítimo que qualquer parlamentar apresente uma lei tentando demarcar o campo. Agora não acho que deveria sair na CPI. Por isso, julguei infeliz o encaminhamento dado naquele momento. Acredito até que o Relator vai rever seu procedimento em defesa da legalização da atividade do bingo, porque muita coisa obscura ficou. Quando o assunto foi jogatina, lavagem de dinheiro pelo jogo, não se investigou a fundo a matéria, que era exatamente o fato determinado da CPI. Então, eu acho que V. Ex^a está coberta de razão na explicação que dá e deixa clara a sua isenção. Em nenhum momento agiu para ofender qualquer membro da CPI. E tem que ter a mais absoluta e sagrada liberdade no exercício do mandato para opinar sobre todo e qualquer assunto, porque isso é prerrogativa constitucional. E V. Ex^a exerce o mandato com elevada responsabilidade e respeito à dignidade de quem quer que seja. Então, acho que a inquietação apresentada pelo meu amigo, também Senador, Heráclito Fortes foi devidamente superada por explicações claras e dignas de V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu agradeço, Senador Tião Viana.

Quero dizer que, muitas vezes, pago um preço elevadíssimo pela postura, pela posição que assumo. Aquilo que eu falo, a opinião que eu emito, eu a assumo plenamente. Por isso, de pronto – de pronto! – tomei imediatas providências, entrei imediatamente em contato com o jornalista da **Folha Online** para desmentir, porque não era a minha opinião e não era documento que eu tivesse tido plena consciência, ciência. E mais: sequer pode pairar qualquer sombra de dúvida que eu tivesse autorizado sua publicação. É isso que eu acho que é importante. Se o documento ou a autorização tivesse sido de minha lavra, eu viria com a mesma tranquilidade à tribuna, como já vim outras vezes, para reafirmar as minhas posições e os meus encaminhamentos.

Mas, Senador Tião Viana, eu tinha outros assuntos, mas essa situação acabou me tomando o tempo. O que eu tinha preparado para trazer a plenário são assuntos importantes para o nosso País. Venho debatendo aqui as perspectivas para este ano de 2006. Não

vou poder utilizar o tempo todo que tinha previsto, mas gostaria de rapidamente apresentar alguns indicadores e algumas matérias publicadas ao longo desta semana, que entendo relevantes neste arremate de sexta-feira. Estou, de forma sutil ainda, Senador Lúcia Vânia, me preparando. Já coloquei a minha bandeirinha do Brasil no meu colar e nos meus brincos, porque acho que todos nós queremos entrar um pouco neste clima aí de torcer pelo nosso País.

É lógico que torcemos também pelo nosso País quando fazemos algumas reflexões a respeito daquilo que está acontecendo na realidade econômica e social. Então, eu queria deixar o registro de alguns indicadores e de algumas matérias. Por exemplo, o faturamento do Pólo Industrial de Manaus cresceu 59% nos primeiros 4 meses deste ano, alcançando a soma de 7,2 bilhões de dólares. E a expectativa é alcançar 22 bilhões de dólares em 2006, segundo análise da superintendente da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Sr^a Flávia Grosso, que atribui o desempenho principalmente ao aumento das vendas exatamente no ano da Copa. Então, vejam como o futebol, além de mexer com nossa auto-estima, de nos colocar – como já foi falado, num refrão meio surrado – como “a pátria de chuteiras”, repercute na economia e no desenvolvimento de nosso País. E o Pólo Industrial de Manaus efetivamente está aí, dando com os indicadores, com os números, uma demonstração inequívoca disso.

Quanto ao agronegócio, de que estivemos aqui durante várias semanas tratando, houve uma série de medidas anunciadas e implementadas pelo Governo Lula. Já foram três pacotes dessas medidas no sentido de tentar minimizar os efeitos da queda do dólar, da diferença, da modificação dos preços significativos em várias *commodities* agrícolas, mas, mesmo o agronegócio, que teve, para vários setores, problemas graves e significativos, vendeu 7% a mais no mercado externo. As exportações de produtos agropecuários somaram 17 bilhões de dólares de janeiro a maio, recorde histórico para esse período, conforme avaliação e pesquisa feitas pelo Ministério da Agricultura. A soma foi 7% maior do que o valor exportado de janeiro a maio de 2005. Agora, é claro que esse acréscimo, esses 7% a mais do que o do ano passado, em termos de exportação dos produtos agropecuários, superou no volume geral, não mascarando, obviamente, setores que tiveram efetivamente prejuízos e que se buscaram atender nas medidas do Governo Federal, como foi o caso da soja, do algodão e de vários outros. Há setores que estão tendo resultados tão significativos que acabamos alcançando um resultado positivo no volume geral das exportações do agronegócio. E os setores que obtiveram esse desempenho extremamente positivo foram:

suco de laranja, papel e celulose, açúcar e álcool e até madeiras. O setor de madeiras e móveis, num primeiro momento, passou por uma situação bastante delicada, mas agora o setor de madeiras está começando a ter algum tipo de recuperação.

Esses setores do agronegócio acabaram compensando o prejuízo de outros setores que efetivamente foram muito atingidos pela queda do dólar e pela mudança de preços das *commodities*.

Mesmo a venda externa da carne, que está sofrendo o embargo de cinquenta países, bateu recorde nesse período. A receita foi de US\$350 milhões, 21,5% mais do que em maio de 2005.

Portanto, mesmo onde sofremos embargo – e Santa Catarina sofre muito por causa do embargo da carne suína – conseguimos ter ainda um resultado positivo.

E, para completar, o Ipea mostra otimismo também. Repercutiu bastante significativamente ainda esta semana...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço mais uns minutinhos.

Segundo estimativa do IPEA, os investimentos crescerão 7,8%. Em termos de PIB, há uma percepção melhor, inclusive no que diz respeito ao aumento da formação bruta de capital, que foi um dos elementos centrais da elevação do PIB no primeiro trimestre de 2006. As perspectivas para o próximo período também estão sendo extremamente bem-avaliadas pelo IPEA, segundo o qual isso se deve à percepção, por parte de setores significativos do empresariado, de que o ciclo de quedas dos juros é sólido e de que a crise política foi superada. Portanto, as perspectivas econômicas, segundo o IPEA, são extremamente positivas.

Por último, uma declaração que vem confirmar o que venho dizendo, tratei deste tema durante quase todos os dias da semana passada e desta. Refiro-me à questão do “crescimento para quem?”. O País volta a crescer e volta a crescer principal e fundamentalmente para aqueles que mais precisam do crescimento: aqueles que constituem as camadas mais pobres da população.

Mais um estudo científico vem corroborar tudo isso. Agora a fonte de que me utilizo é uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, mais precisamente de autoria do Professor Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV, que está divulgando uma pesquisa sobre a desigualdade social brasileira com base na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, o Pnad do IBGE.

O estudo do Professor Marcelo Neri aponta que, em 2004, a desigualdade atingiu...

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Conclua, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou concluir.

... o menor nível desde o censo de 1960 e que a renda dos pobres chegou a crescer 14,1%. Ou seja, nas palavras do Professor Marcelo Neri, nós não estamos tendo o crescimento de vários outros países emergentes. A média do crescimento, quer dizer, o percentual do crescimento geral do Brasil está abaixo do da China, está abaixo do da Índia e do de outros países, mas os pobres do Brasil estão tendo crescimento superior à média de crescimento observada nesses países. O Professor Marcelo Neri diz: “O grosso do bolo cai, mas o bolo dos pobres cresce”.

Eu queria deixar esse registro, porque é mais um pesquisador que comprova esse aspecto positivo de nossa economia, e o Professor Marcelo Neri tem bastante respaldo e reconhecimento.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pela Sra. Lúcia Vânia e pelo Sr. Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB – PI) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

S. Exª dispõe de 15 minutos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar os alunos do Centro de Ensino Fundamental de Brazlândia-DF, que se encontram aqui: a todos vocês o meu abraço, o meu carinho e, acima de tudo, que esta visita proporcione a cada um de vocês novos entendimentos a respeito do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para falar de um tema que me traz muita alegria. Trata-se da oitava edição do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental de Goiás, que se encerra este domingo. É motivo de orgulho para todos nós, goianos, a realização deste evento internacional, cujo público estimado está em torno de duzentas mil pessoas.

O Fica é, realmente, uma mostra que merece toda a divulgação possível e cuja importância faço questão de ressaltar para todo o Brasil através dos órgãos de comunicação do Senado Federal, a nossa TV Senado, o Jornal, a Rádio Senado e a Agência.

Este grande evento, na verdade, é mais do que um festival de cinema e vídeo. O público tem entrada franca para assistir ao que de melhor é produzido em filmes com vocação ambientalista, num momento em que o mundo tanto precisa se lembrar das questões ecológicas e ambientais. O festival é um importante momento de reflexão, conjugado com o que existe de melhor na arte do cinema e do vídeo, produzido tanto no Brasil quanto nos demais países que participam deste evento cujas repercussões extrapolam as fronteiras de nosso País.

Este ano, por exemplo, competiram 27 filmes dos mais de 350 inscritos. O total em prêmios é de R\$ 240 mil, a maior premiação da América Latina.

A mostra competitiva principal trouxe longas do Brasil, da Rússia, dos Estados Unidos, do Chile e da República Tcheca. Também competiram filmes da Suíça, da Alemanha, do Reino Unido, da Espanha, do Japão, da França e da Áustria.

Uma novidade tornou o evento ainda mais importante: a premiação denominada Festival dos Festivais, já chamada de Oscar Ambiental, que irá premiar o melhor entre os melhores do cinema ambiental do mundo. Estão concorrendo a um troféu confeccionado com capim dourado extraído da região do Jalapão, no Tocantins, e a mais R\$30 mil, filmes do Brasil, Portugal, Itália, Espanha e Grécia.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, considerado um dos maiores festivais temáticos do mundo, o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental, que desde terça-feira tomou conta da histórica cidade de Goiás, tem ainda outras manifestações artísticas que merecem destaque.

Estão acontecendo shows de artistas goianos, exposições de fotografias e pinturas, recitais de poesia e peças teatrais. Mesas-redondas, oficinas, palestras e cursos cuja temática é o cinema e suas inúmeras variantes também atraem o extenso público que lota a cidade de Goiás, patrimônio histórico da humanidade.

Antes de encerrar este breve pronunciamento, gostaria de convidar os senhores parlamentares a visitar a cidade de Goiás neste final de semana para que possam entender por que ela tanto orgulha o povo goiano.

Tenho certeza de que os senhores e senhoras não de se sentir em casa, porque os goianos são acolhedores, principalmente na cidade de Goiás, que tanto se orgulha da realização deste Festival.

Estendo este convite a todos os que assistem à TV Senado e que sabem o que significa o Festival de Cinema e Vídeo de Goiás, que divulgo neste momento com tanto orgulho nesta Casa.

Sr. Presidente, quero também aproveitar esta oportunidade para parabenizar o Senado Federal pela inauguração da mostra “Imagens da Inclusão”, que desde esta semana ocupa o Salão Nobre desta Casa.

É uma exposição que retrata momentos de alegria, superação e beleza, vividos por pessoas com deficiência em várias atividades, como trabalho, esporte e lazer. Ali estão brasileiros anônimos no seu cotidiano ou em atividades especiais, como o deficiente visual que escala uma montanha. Há também imagens de deficientes conhecidos do público, como atletas, artistas, modelos e outros tantos que inspiram a todos, deficientes ou não, a lutar pelos direitos básicos de todo cidadão.

Mas não é só isso. A Secretaria Especial de Editoração e Publicações edita a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Código de Proteção e Defesa do Consumidor em Braille. Sua distribuição é feita para entidades de deficientes visuais e bibliotecas públicas de todo o País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta semana também foi inaugurado, com adaptações, o elevador especial que vai da chapelaria até o Salão Negro.

Essas realizações vêm ao encontro da iniciativa do Senador Flávio Arns, que, no começo desta legislatura, se comprometeu a tornar o Senado acessível aos funcionários e visitantes portadores de deficiência. Seu exemplo levou à criação da Comissão Especial de Acessibilidade por um grupo de trabalho formado por funcionários desta Casa.

Neste momento tão tumultuado no Congresso Nacional, Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar ainda a Comissão de Valorização da Pessoa com Deficiência e a Comissão Especial de Acessibilidade, que, mesmo com toda essa dificuldade na nossa agenda, promoveram, ontem pela manhã, mais uma audiência pública para discutir formas de inclusão social dos deficientes.

A audiência pública contou com a participação de consultores e especialistas no tema e serviu para enriquecer ainda mais esse debate tão importante para a consolidação da democracia no País. Tanto a audiência quanto a Mostra têm o apoio do presidente do Senado, senador Renan Calheiros e de sua esposa, Verônica, grande incentivadora do Programa de Valorização da Pessoa com Deficiência que esta Casa executa.

Os trabalhos da Comissão ainda estão em fase de implantação, mas já demonstram que o Legislativo, esta Casa, tem também uma agenda positiva, caminha em direção àquilo que está determinado pelo Decreto Presidencial nº 5.296, de 2004, qual seja garantir a

promoção da acessibilidade da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

É preciso salientar ainda a importância dos meios de comunicação do Senado. A TV Senado criou o Programa Inclusão, que conta com a participação de uma intérprete da Língua Brasileira de Sinais.

Portanto, Sr. Presidente, os passos que o Senado Federal está dando são pequenos, se pensarmos no universo de brasileiros que necessitam ser incluídos em nossa sociedade. Mas é importante dizer que esse passo está sendo dado com persistência e, acima de tudo, com muita dedicação de todos os Srs. Parlamentares e, de forma muito especial, do Presidente desta Casa, o Senador Renan Calheiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Agradeço a atenção de V. Ex^a e aproveito para cumprimentar os novos grupos de alunos que nos visitam durante esta manhã. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva. PMDB-PI) – A Mesa associa-se às palavras da Senadora Lúcia Vânia com relação aos alunos que nos visitam.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é muito importante o discurso do Senador Ramez Tebet. S. Ex^a é uma das pessoas mais lúcidas e de maior dignidade na história deste Congresso. É impressionante a biografia do Sr. Tebet, advogado, promotor, prefeito, governador, ministro, presidente do Senado. S. Ex^a tem uma linha de comportamento baseada no princípio da seriedade no trato com a coisa pública, o que o faz uma figura profundamente respeitável.

O Senador Tebet vive um instante de luta pela manutenção de sua saúde com muita garra, espírito público, capacidade; vence, está vencendo e vencerá mais esse obstáculo.

S. Ex^a faz uma análise que me chama a atenção. Claro que é bonito ver o Tribunal Superior Eleitoral, na sua unanimidade, baixar a cabeça, reconhecer que errou e alterar o voto.

Esqueço a figura do Dr. Sarney, do Dr. Renan, do Senador Antonio Carlos e companhia, durante a noite toda e durante o dia, na cabeça dos Ministros, mostrando um quadro não sei até que ponto verdadeiro. Esqueço a manifestação firme.

Quero muito bem ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Quero bem mesmo, porque acho que S. Ex^a vem tendo um desprendimento, uma firmeza de atuação. E acho que é o Ministro cujos pronunciamentos mais vezes eu tenho vindo a esta tribuna transcrever,

porque nas horas mais difíceis ele tem tido a coragem de defender a verdade, a justiça e o bem comum.

Achei muito enérgico, muito firme, quando S. Ex^a antecipou, com o voto anterior, que estávamos a iniciar uma nova vida político-partidária, que era a vida dos casamentos efetivos e não dos acasalamentos, das uniões que tanto existem por aí, de concubinato. Fiquei na expectativa do impacto que isso causaria. A primeira mágoa que senti foi a vergonha de ver o Congresso Nacional deixar um assunto dessa natureza para o Tribunal Superior Eleitoral decidir na última hora. E nós aqui... Se bem que nós do Senado, vamos fazer justiça, fizemos a nossa parte. Votamos no momento exato uma reforma política e uma reforma eleitoral que, se não é a perfeita, é a melhor que poderíamos ter votado. Votamos a reforma política, a organização dos partidos políticos, a reforma eleitoral como deveria ser feita, e isso ficou na gaveta da Câmara. E ficou, e ficou, e ficou, e ficou... Então, perdemos a credibilidade.

É verdade que o Supremo foi muito duro ao nos advertir que não poderíamos mudar as regras no ano eleitoral, porque a lei diz que um ano antes da eleição não se pode mudar. Mas quatro anos atrás eles mudaram, quando, no ano eleitoral, eles criaram o voto vertical. Eles mudaram. E agora estariam mudando novamente.

Eu só digo o seguinte: no fundo, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral está certo, no futuro é o que vai acontecer. Ele pode ter precipitado, mas, se der certo, se a cláusula de barreira funcionar, se nós ficarmos com sete ou oito partidos, se nós pudermos ter uma vida partidária organizada, nós vamos partir para que o partido seja um a nível nacional e que não haja essa história de o MDB unir-se com o PT no Pará, com o PFL em Alagoas, com o PSDB no Rio Grande do Norte e com não sei quem em tal lugar. Isso não é unidade partidária, não é vida partidária; é anarquia. Pode-se entender por que o cidadão termina pulando de partido, de galho em galho.

A reforma eleitoral que o Senado votou tem a fidelidade partidária. Muda de partido, perde o mandato. O mandato é do partido, não é do cidadão.

Não nego que a decisão do Tribunal Superior Eleitoral – não vou mentir – foi recebida com um sentimento muito interessante no MDB. A melhor reunião que fizemos, há muito tempo, no MDB, foi depois dessa decisão, a anterior, onde todos os setores portaram-se com humildade. Inclusive o ilustre ex-Líder de Bancada, o Deputado Jader, que, na reunião anterior, tinha sido impulsivo, dentro da paixão pela tese, nessa reunião, dizia, com humildade, que tínhamos que reconhecer que a decisão atingiu a todos, ninguém ia

sair ganhando; que, não havendo uma solução ótima, teríamos que buscar o que pudéssemos fazer. E esse foi o pensamento geral.

Tinha caído, no dia anterior, a decisão da última convenção, decidindo que o Partido não teria candidato. O Tribunal derrubou essa convenção. E tinha caído a outra decisão, em que a Executiva Nacional transferia a reunião da Convenção Nacional do dia 11 para o dia 29. Uma decisão absurda, porque o dia 29 é véspera do dia 30. Então, o que eles queriam era que a hora da decisão nacional fosse feita depois de todos os Estados já terem decidido. Assim não haveria mais o que fazer.

A convenção nacional existe para traçar a norma nacional. Vamos ter candidato próprio? Vamos apoiar o Lula? Vamos apoiar o PSDB? O que vamos fazer? Não vamos ter candidato? Depois da decisão da Convenção Nacional, as convenções estaduais se reúnem para cumpri-la. Agora, o que eles queriam é que se realizassem, até o dia 29, todas as convenções estaduais, e no dia 29 a convenção nacional, que não teria mais nada a fazer. Caiu na Justiça.

Então, estávamos ali tranquilos. Os que queriam a candidatura própria haviam conseguido duas vitórias: aquela convenção em que se votara por não apresentar candidato caiu e a convenção que estava marcada para o dia 11, domingo agora, também.

Em um clima do maior entendimento, nós concordamos, primeiro, que não poderíamos fazer a convenção domingo agora. Não que imaginássemos que o Tribunal fosse suspender, mas julgávamos que a decisão do Tribunal tinha sido muito radical, e todo mundo tinha que conversar com todo mundo. Então, marcamos uma reunião para segunda-feira, para a qual convidamos todos os Governadores, todos os presidentes do Partido, todos os candidatos a Governo de Estado, juntamente com a Executiva, para, na segunda-feira, às 11 horas, chegarmos ao entendimento.

Senti que havia um movimento muito positivo, no sentido de encontrar uma solução. Falei novamente e deixei muito claro que minha candidatura não estava em jogo.

Há quatro anos, fui candidato à Presidência da República, briguei e andei pelo Brasil afora. Na hora da convenção, nem olharam para o meu nome. Já tinham feito um acordo com o Serra e o PSDB, e eu fiquei olhando. Em vez de votarem, primeiro, a candidatura própria, se haveria ou não candidato, votaram a aliança com o PSDB e não votaram meu nome. Mas ali eu estava discutindo.

Desta vez, o MDB do Rio Grande do Sul apresentou a candidatura do Governador Rigotto. Houve um debate entre Rigotto e Garotinho. Na convenção

que realizamos, o Garotinho retirou a candidatura dele e me apresentou como candidato. Eu não ia aceitar, mas aceitei por uma razão muito simples: se eu não aceitasse e não registrasse a candidatura; se os governistas reunissem a Executiva, transferindo a convenção do dia 11 para o dia 29; e se não houvesse candidato registrado, o Partido não teria mais candidato. Então, mantivemos e registramos a candidatura.

Sempre deixei claro que, para mim, seria uma honra muito grande ser candidato à Presidência da República. Mas sei que não posso obrigar o Senador José Sarney, nem o Senador Renan Calheiros, nem o Senador Ney Suassuna a quererem o Pedro Simon.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo o aparte, com o maior prazer, ao Senador José Jorge.

Ainda não tive a oportunidade de felicitar V. Ex^a pela sua escolha como candidato à Vice-Presidência. Mas digo, com toda sinceridade, que fiquei muito feliz com a sua escolha porque V. Ex^a, neste Congresso Nacional, principalmente aqui no Senado, talvez nestes anos tenha sido a pessoa mais competente. Basta lembrar que V. Ex^a foi o Relator de todos os projetos significativos que passaram pelo Congresso, pela Câmara dos Deputados, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Como Relator, V. Ex^a teve competência e capacidade para conseguir representar a média do pensamento. Havia pontos de vista absolutamente antagônicos, mas V. Ex^a conseguiu uni-los. V. Ex^a é um nome da maior dignidade e por quem tenho o maior respeito.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Pedro Simon, agradeço as suas palavras. Sinto-me premiado por, ao pedir o aparte, ouvir essas palavras de um Senador tão respeitado que é V. Ex^a nesta Casa. Com a presença de V. Ex^a numa eleição majoritária, sem dúvida, a eleição ficaria enriquecida. Essa questão da verticalização, que tivemos na eleição passada e teremos agora nesta eleição, cuja idéia era fazer com que as coligações estaduais acompanhassem a coligação nacional, na prática, retirou candidatos nacionais. Terminamos repetindo nacionalmente a política de São Paulo, que é PSDB contra PT. Os outros Partidos tiveram de se aliar ou ficar sem candidato. Essa situação não interessa ao País. Se a eleição é feita em dois turnos, deveríamos ter sete ou oito candidatos no primeiro turno para, no segundo, escolhermos dois. Assim a eleição ficaria muito mais aberta. Penso que, com a emenda à Constituição que aprovamos no Senado e que foi aprovada fora de prazo na Câmara, voltaremos, na próxima eleição, a uma situação normal, em que todos os partidos que quiserem poderão ter

os seus candidatos a Presidente, sem que as eleições estaduais sejam obrigadas a seguir as coligações nacionais. Porque a política, por exemplo, de Pernambuco é completamente diferente da Bahia; em Pernambuco, somos aliados do PFL; na Bahia, somos adversários. E, assim, em cada Estado, há uma situação diferenciada. Mas não tenho dúvida de que o Brasil perdeu ou perderá – porque não está decidido ainda – se V. Ex^a não for candidato. Realmente é uma perda para o Brasil, que ia ter oportunidade de ouvir os seus pensamentos, as suas idéias – que nós ouvimos sempre, aqui, no Senado –, que certamente ampliariam o debate eleitoral no nosso País. Era só isso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

A minha candidatura não tinha a obrigação de se dividir ou se somar em torno dela. Fiz questão de dizer isso na última reunião. E apresentei um nome, o de Jarbas Vasconcelos, por exemplo, e um nome do meu coração, que eu consideraria ótimo, que é o do ex-Presidente Itamar Franco. Nomes que unissem o Partido.

Foi a reunião mais importante que realizamos. Convocamos todo mundo, saímos a discutir, a pensar, a refletir. E, de repente, acontece: o Tribunal muda de novo, por unanimidade. Sou obrigado a dizer que, para o MDB, não foi bom – pelo menos, essa é a minha posição. É claro que, se perguntarem para o Sarney, ele dirá que foi extraordinário; para o Renan, ele dirá que foi fantástico; para o Suassuna, ele dirá que foi monumental; para mim, penso que não foi bom.

Volto a dizer o que tenho dito: nós vivemos uma hora muito difícil! Cada dia há um fato novo.

A invasão no Congresso já foi um ato absurdo. Mas, ontem, vendo a gravação de como ela foi preparada, juro por Deus que nunca tinha visto nada igual. Juro que não. Uma invasão coordenada por um membro da Executiva Nacional do PT, o homem encarregado para a ligação com as entidades sociais! Aonde vamos chegar? Como esse homem que convive com o Presidente da República, que participa das reuniões da Executiva Nacional do Partido, que recebe da Executiva a missão de ser encarregado pela coordenação dos órgãos não-governamentais age como agiu? E ficou provado que foi com dinheiro público. O que isso quer dizer? O que isso significa senão a tranquilidade de que nada lhes vai acontecer? Agora vêm as palavras rígidas: “puna-se, doa a quem doer, mesmo sendo do PT! Puna-se, doa a quem doer!” É a isso que estamos assistindo há não sei quantos anos neste País, que é o país da impunidade. E estamos caminhando num crescendo.

Vim a esta tribuna para dizer que o que aconteceu em São Paulo não foi um levante penitenciário, mas, sim, a primeira manifestação organizada de uma máfia oficializada, como na Itália e nos Estados Unidos. Ali existe um grupo cujos chefes não estão na favela. Os chefes são gente importante: pode haver político, militar, advogado de montão, homem de imprensa... É um sistema organizado, esquematizado, que a Itália só derrubou com a Operação Mãos Limpas. Na verdade, a Itália não derrubou o sistema, apenas o diminuiu.

É por isso que eu, que sou um apaixonado pela CPI, acho que as CPIs desenvolveram um trabalho fantástico, porque, durante 40 anos – o Brasil é o país da impunidade –, só quem aponta nomes e aponta fatos é a CPI. Tirando a CPI, se formos olhar para o Supremo Tribunal Federal, veremos que não acontece nada, que nunca aconteceu nada. Só que agora os fatos adquiriram tal relevância, quer dizer, a organização, o esquema da violência, do arbítrio, da corrupção adquiriu uma tal organização que não vai ser a CPI que vai resolver. Aliás, cá entre nós, nas últimas CPIs nós sofremos o vexame do deboche de quem vinha depor, querendo nos ridicularizar. Via-se que era gente preparada, esquematizada, que, antes de vir para a CPI, teve a preparação de um profissional sobre como responder.

Penso que temos que partir para criar um movimento como a Operação Mãos Limpas, da Itália, ou como o Programa Tolerância Zero, do Prefeito de Nova Iorque. Mas para fazer isso, o Governo tem que ter autoridade, respeitabilidade, credibilidade e não pode ter compromisso com ninguém, principalmente com o seu próprio Partido.

Esses movimentos estão deixando uma grande certeza de impunidade à sociedade brasileira. Os Parlamentares da Oposição fazem seus pronunciamentos, mas a repercussão lá fora é pequena, quase nenhuma.

Com todo o respeito, é ruim para um país como o Brasil, com tantas diferenças ideológicas, ter uma campanha reduzida a dois candidatos, os dois de São Paulo, um do PT, que significa continuar esses quatro anos que estão aí, e o outro do PSDB, que significa retornar aos oito anos que tivemos antes.

Será que o Brasil não pode apresentar uma terceira perspectiva, independente do PT, independente do PSDB, para discutir, para debater? Eu não defendo um governo do MDB. Não penso que, como tivemos um Governo do PT e um do PSDB, agora devemos ter um do MDB. Não, eu defendo a possibilidade de o MDB apresentar uma candidatura para fazer uma transição em conjunto com a sociedade, um verdadeiro Pacto de Moncloa, defendendo a convocação de toda a sociedade,

Igreja, sindicatos, trabalhadores, homens, mulheres, jovens, para fazermos uma caminhada a favor da moral, da dignidade, da seriedade, a favor de uma transição em que cada um cumpra sua parte, um governo que abra suas portas para mostrar o certo e o errado.

Penso que deveríamos abrir uma oportunidade nesse sentido, sem compromissos fechados e estruturados de um grupinho de intelectuais, de líderes partidários ou de banqueiros, grupos que estão formados aqui para defender interesses próprios. Nós nunca poderíamos imaginar que o PT teria como Presidente do Banco Central um homem como este que está aí, um homem que veio da Presidência do Banco de Boston, que foi denunciado por corrupção pelo Procurador-Geral da República, sendo que o Supremo Tribunal Federal aceitou a denúncia. Ele está sendo processado e continua na Presidência do Banco Central. Em que país do mundo isso aconteceria? O Presidente do Banco Central é a pessoa que, em qualquer lugar do mundo, tem que ter toda credibilidade, tem que ter toda seriedade, tem que ser um homem a que o país inteiro se dobre pela sua responsabilidade. Mas o homem foi denunciado por corrupção pelo Procurador-Geral da República e o Supremo Tribunal Federal aceitou a denúncia. Tudo isso aconteceu e ele continua na Presidência do Banco Central.

Não sei se os senhores repararam que, desde que o Palocci deixou o Ministério da Fazenda, quem fala agora é o Presidente do Banco Central. É raro se ver um pronunciamento do novo Ministro da Fazenda.

Aliás, este é o único caso que sei que o Presidente do Banco Central está diretamente ligado ao Presidente da República. Ele não está mais ligado ao Ministro da Fazenda. Nós temos duas fontes de normas financeiras neste País: o Ministro da Fazenda – normalmente era ele a única fonte – e o Presidente do Banco Central, que tem autonomia e está diretamente ligado ao Presidente da República. Ele não passa pelo Ministro da Fazenda, não fala com o Ministro da Fazenda, não deve nada ao Ministro da Fazenda! É por isso que, nos jornais, ultimamente, há uma entrevista do Ministro da Fazenda para dez entrevistas do Presidente do Banco Central, um homem que está sendo processado por corrupção no Supremo Tribunal Federal. Aliás, nesse sentido, é fantástico! Nós tínhamos um Ministro da Previdência que foi denunciado por corrupção pelo Procurador-Geral da República. O Procurador-Geral da República denunciou por corrupção, e o Supremo Tribunal Federal aceitou. Está na mão do Relator, Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Vim a esta tribuna e perguntei: “Mas pode um Ministro que está sendo denunciado por corrupção ser Ministro?”. O Governo disse: “Não pode”. E demitiu o

Ministro. Um Ministro que está sendo processado por corrupção, no Supremo Tribunal Federal, foi demitido do Ministério. Hoje, é Líder do Governo nesta Casa, está no lugar do Mercadante. O Mercadante saiu para ser candidato, e ele é o Líder do Governo. Processado pelo Procurador-Geral da República. Denúncia aceita pelo Supremo. Não pode ser Ministro, pode ser Líder do Governo. Líder do Governo pode. É o Líder do Governo nesta Casa.

Essas são as coisas com as quais estávamos convivendo. Primeiro, foi o Presidente do PT, que foi afastado por estar metido em todas essas coisas; depois, o Secretário-Geral; depois, o Tesoureiro.

Pensamos: agora terminou, agora fizeram um remanejamento. Está aí o homem da Executiva – reparem que cargo importante – encarregado de fazer a ligação do PT com os movimentos não-organizados da sociedade. Está comandando a invasão no Palácio. É isso que está aí.

Do outro lado, quem não quer isso tem que voltar para o antigo PSDB. Tem que voltar, porque essas são as duas opções. Aliás, as duas paulistas. O Rio Grande do Sul fez uma revolução, em 1930, para acabar com a política do café-com-leite – quatro anos São Paulo, quatro anos Minas Gerais; quatro anos São Paulo, quatro anos Minas Gerais. Agora não tem mais isso. Graças a Deus, isso terminou. Agora é: quatro anos São Paulo, quatro anos São Paulo; quatro anos São Paulo, quatro anos São Paulo; quatro anos São Paulo, quatro anos São Paulo. Pode até mudar de partido, mas tem que ser de São Paulo. Ao Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, restou um cargo honroso, uma função muito importante. O Presidente Tasso Jereissati, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Governador Aécio Neves foram os três que escolheram, entre o Serra e o Alckmin, quem deveria ser o Presidente. Quer dizer, não dá para dizer que Minas Gerais foi posta de fora. Não foi posta de fora. Ele participou da escolha. Mas da candidatura não; a candidatura tem que ser paulista.

Não sei até que ponto o PMDB não deveria ter escolhido um candidato de São Paulo. Temos aí o Presidente do Partido, que está em uma bela posição, respeitável, imparcial, conduzindo com grande competência. Ele é a favor da candidatura própria, mas conduz com respeito, e todos o respeitam. Talvez – isso vou falar na segunda-feira –, se lançarmos a candidatura do nosso Presidente do Partido, muda tudo, porque ele é de São Paulo. É um fato novo: ele é de São Paulo. E ele, sendo de São Paulo, pode ser que tenha chance. Esta é a Federação, é o pacto federativo que tem de mudar. Temos que mudar o pacto federativo, onde Presidente mais medida provisória fazem o que querem

neste País, onde este Congresso Nacional não legisla; finge, como diz o Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, faz de conta. O Brasil é o País do faz-de-conta: o Presidente da República faz de conta que é um democrata, o Congresso Nacional faz de conta que legisla, e o Poder Judiciário faz de conta que bota na cadeia os ladrões; e não acontece nada disso.

Da candidatura que apresentamos, meu Presidente, é este o objetivo: apresentar uma opção. É interessante salientar que, no momento em que se fala numa terceira candidatura, o PPS, pelo seu Presidente, candidato, concorda em apoiar; o PDT, que tem candidato, concorda em apoiar; há movimento de vários Partidos no sentido de apresentar uma outra solução.

É uma pena, Sr. Presidente. Eu estava em um otimismo enorme, pensei que a reunião de segunda-feira seria sensacional, mas, com os Ministros mudando, os governistas voltaram ao que era, e segunda-feira vai ser uma reunião muito triste, porque eles voltarão embalados na decisão, e o PMDB dará um passo muito grave com relação ao seu esvaziamento.

O PMDB que o destino lhe ofereceu, não fomos nós que procuramos. Em primeiro lugar, foi o PSDB, os puros do PMDB, os notáveis, que saíram desse partido cheio de coisa errada e formaram o “partido dos homens extraordinários”, e que, no Governo, não fizeram nada. Depois, foi o PT, o “partido dos anjos”, que, na sacristia, se prepararam para ocupar o Governo, e deu no que deu.

Era a vez do MDB. O MDB que fez a liberdade democrática, o MDB que conduziu esse povo e com o qual lutou contra a ditadura, estabeleceu a democracia, ganhou e elegeu o Presidente. Mas o Presidente não podia ter feito o que fez. Tancredo não podia ter nos deixado naquela hora. E olha que o MDB escolheu o que tinha de melhor: um homem com história, com biografia, Primeiro-Ministro do Jango, Ministro do Getúlio, Governador de Minas Gerais, um homem com experiência mineira, preparado para desempenhar o cargo, e termina morrendo. E assume o Sr. Sarney, que fez um Governo até respeitável, não discuto, mas não era do MDB, e não era o Tancredo. E o MDB caiu fora. Se o PSDB tivesse dado certo, o MDB não tinha mais o que fazer. Não deu certo, veio o PT. Se o PT tivesse dado certo, estaríamos num caminho espetacular, que era o que imaginávamos. Não deu certo.

MDB, o povo quer isto. As pesquisas de opinião pública dizem que, hoje, 27% das opiniões públicas do Brasil colocam o MDB como o primeiro partido. O PT tinha 24 e baixou para 12 pontos. E o terceiro é o PSDB, com 5 pontos.

Eu tenho andado por universidades, e não consigo atender a todos os convites que me vêm do Brasil

inteiro. Não se vê uma estrela do PT nem atrás da lapela. Há mágoa, há desilusão. E eu não vejo ninguém pensando na volta do PSDB. Eu vejo gente confiando que seria a vez do MDB. Mas quis o destino que no comando das decisões do MDB não tivesse alguém com o espírito do velho MDB. Alguém como Tancredo Neves, alguém como Teotônio Vilela, alguém como Ulysses Guimarães, alguém que representasse o sonho do velho MDB. José Sarney, Ney Suassuna e Jader Barbalho estão no MDB, ocupam posições importantes no MDB e tomam as decisões do MDB. Mas não têm nada a ver com o MDB. E nós pagamos o preço daquilo que não merecemos.

Que Deus tenha piedade do MDB e nos ajude a atravessar mais esse momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Alberto Silva, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pela Sra. Lúcia Vânia e pelo Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Esta Presidência agradece a todos os visitantes pela presença, em especial aos meus conterrâneos Lourival Ferreira da Costa, o Panela, de Uberaba, e o meu irmão Ricardo Alexandre Moura.

Passo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva, grande Governador do Piauí.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, as palavras do Senador Pedro Simon nos levam a uma reflexão. Para chegarmos ao ponto indicado pelo Simon, seria necessário um novo movimento, um pacto como ele diz, de toda a sociedade para que traçássemos um rumo ao País. Ninguém com mais autoridade que Simon para dizer isso aqui. Somos companheiros há vários anos, eu sou Senador pela segunda vez, ele, terceira vez.

Neste momento, chamo a atenção para um outro fato que vem ao encontro do que o Simon acabou de dizer. Afinal, o que está acontecendo no País? Um grupo de fanáticos invade a Casa, quebra vidros, depois, trata-se de puni-los.

Mas, de onde vêm? Eu queria separar o que se está chamando como um grupo de fanáticos, que não tem nada a ver com os sem-terra, e os sem-terra mesmo. Como fui prefeito duas vezes, governador duas vezes, senador já pela segunda vez e deputado também, sempre senti, e toda sociedade sabe, que a fome é má conselheira. Quem está desempregado,

quem não tem o que comer e vê os seus filhos chorando, quem está assim não está disposto a aceitar nada, ele fica revoltado. Tenho a impressão de que, neste exato momento, uma das ações mais positivas que poderíamos tomar era acalmar a fome dos que estão com fome e dar emprego aos desempregados. Se isso ocorrer, digamos, aos milhares, depois aos milhões, se a população se sente participante e não isolada, ou excluída, como é o termo usado, ela não ajuda a sociedade brasileira a encontrar a unidade de que o partido tanto precisa.

Não estou aqui fazendo nenhuma divagação filosófica. Quero ser prático como engenheiro que sou. Ao longo de minha vida, sempre, os nossos sonhos se transformaram em realidade porque aprendi em uma escola a não misturar problemas. Quando os problemas existem, se temos capacidade, devemos equacioná-los e resolvê-los. Qual é a solução para os sem-terra?

Alguém já pensou exatamente o que se deveria fazer? Reforma Agrária, Incra, assentamentos... Segundo explicação dada, os sem-terra aqui vieram, de maneira violenta, porque o Governo não cumpriu a promessa de arranjar dinheiro para a Reforma Agrária.

E nós, que conhecemos isso de perto como Governador, que encontramos já vários assentamentos no Brasil, perguntamos: o que querem os sem-terra, que são um grupo organizado, como acabou falar Pedro Simon aqui, eles querem a baderna? Querem o tanto pior, melhor? Mas nós pensamos de maneira diferente e podemos encontrar uma saída. Por isso, vou aproveitar esse pedaço de tempo que me é dado aqui na tribuna do Senado – a TV Senado é assistida em todo País e até no exterior, tenho certeza – para reunir alguns elementos e colocá-los à disposição daqueles que pensam no País e que podem juntar-se a nós, para levarmos ao Presidente uma proposta.

Vamos ver. Diz-se que são tantos milhões os assentados e que já foram atendidos. Mas, na verdade, ao se visitar um assentamento desse, chega-se à conclusão que eles não têm uma renda fixa e que as verbas do Governo vêm e vão ajudando de alguma maneira, através do Incra, a manter esses assentados quase que como hóspedes. Eles recebem dinheiro da Nação, mas não produzem algo consistente que possa ser considerado como emprego e renda.

Então, fiz umas continhas aqui, que vou submeter à opinião pública brasileira, que vê a TV Senado. Se, no próximo Governo, partíssemos para dar emprego a 150 mil famílias, por exemplo. De que precisamos para dar emprego a 150 mil famílias? Terra, porque emprego público não tem para todos. O Presidente Lula está dando uma ajuda com o Bolsa-Família, que contribui para sair daquela situação terrível de não ter

o que comer. Mas essa não é a solução, nunca será. Creio que Presidente sabe que isso não pode ser a solução.

A solução pode ser tirada da terra generosa do Brasil, que Deus nos deu, com sol, água, terra. E não temos capacidade de tirar da terra o sustento de milhões de desempregados? Vamos aos números: são 150 mil famílias. Vamos dar quatro hectares para cada família e não 30. Quem inventou essa história de o In-cra dar 30 hectares?

No meu Estado, acompanhei um desses assentamentos. Alguém recebeu um diploma de 30 hectares de mata. Ele recebeu o diploma e disse: “Bom, eu tenho 30 hectares. O que eu vou fazer? Eu vou cortar essa madeira, faço carvão, vendo o carvão e vou vivendo”. Quando a madeira acabar, acabou a terra, e ele larga, vai embora.

Isso não é solução, pelo amor de Deus!

Agora, vamos pensar de uma outra maneira. O Governo quer gastar dinheiro gerando emprego? Então, vamos comprar terra? Vamos ver os números: o Governo compra quatro hectares para dar emprego a 150 mil famílias – anotem bem, são quatro hectares somente; para 150 mil famílias, são 600 mil hectares; o Governo pode comprar 600 mil hectares, por exemplo, em oito Estados do Nordeste, no semi-árido lá. Ele compra 600 mil hectares distribuídos em oito Estados – isso não vale nada –, mas ele vai aproveitar aqueles lavradores que vieram do campo e que estão morrendo de fome nas cidades. Eles, hoje, vivem de uma roça, moram na cidade, não precisam de casa, não precisam gastar dinheiro com casa, porque eles já têm casa, e trabalham numa roça que não lhes dá nada. Então, se o Governo comprar nas diferentes cidades, nos Municípios de todos os Estados nordestinos, por exemplo – vamos ficar por enquanto só no Nordeste –, ele compra 600 mil hectares, mas prepara a fábrica para os homens trabalharem. Chamo a isso de fábrica de grãos. Há fábrica de colchão, há fábricas de roupa, de eletrodoméstico, de bicicleta, de automóvel... Por que não há fábrica de grão? O que é uma fábrica de grão? Bem, o Governo compra 600 mil hectares e os prepara, isto é, desmata, destoca, trata, faz a aração da terra, coloca o adubo e pronto. Aqui, há uma terra pronta e plantada. Vamos ficar só em um hectare. Três são reservas. Vamos ver o que acontece com um hectare?

São 600 mil hectares e 150 mil famílias. Um hectare para cada família, distribuídas. Não precisam estar juntas. O que isso pode render? Vamos ver? Está plantado um hectare, o Governo já plantou, e isso é investimento. Quanto custou o investimento? Vamos aos números: 600 mil hectares a R\$500,00 o hecta-

re, R\$300 milhões. Para destacar, desmatar etc, mais R\$500,00 por hectare, são outros R\$300 milhões. Aí já são R\$600 milhões. Esse terreno já está plantado. Nascerão mamona e feijão. Vamos consorciar os dois. Temos experiência nisso. Assino embaixo. Na Embrapa, meio-norte de Teresina, já treinamos essa prática em um hectare por cinco anos seguidos. Não há erro.

Tira-se uma tonelada por hectare de mamona e uma tonelada, no mínimo, de feijão, também em um hectare. Com a chuva. Só que se precisa de uma boa semente e de adubo. É claro! Mas isso já está inserido nos R\$500,00 ou R\$600,00 que se gastam por hectare. Então, o Governo gastou R\$600 milhões ou R\$650 milhões e preparou 600 mil hectares. Serão gerados 150 mil empregos a um custo muito baixo.

Continuemos. O que isso rende? Um hectare de mamona dá uma tonelada de baga de mamona e uma tonelada de feijão. Então, 600 mil hectares produzirão 600 mil toneladas de feijão.

Vejam bem: não se pode deixar 150 mil famílias ao léu, abandonadas. Não! Vamos organizá-las. Cada 5.000 famílias farão parte de uma associação e terão uma diretoria contratada. Por quê? Porque terão usina própria. Portanto, eles não poderão, soltos e abandonados, dirigir um projeto dessa envergadura. Por isso, para cada 5.000 famílias, uma associação. No caso de 150 mil famílias, é claro que serão formadas 30 associações de 5.000 famílias. Estão organizados? Sim. O dinheiro do Pronaf pode ser entregue a eles, que abrem uma conta no banco e só tiram R\$250,00 por mês.

Qual é a renda de um hectare plantado de mamona e feijão? De feijão, dá uma tonelada a R\$2,00. Tenho R\$2 mil. Uma tonelada de mamona dá 450 litros de óleo, dá 450 litros de *biodiesel*. Se, em vez de eu vender o *biodiesel* para a ANP ou para Petrobras, a R\$1,89 ou R\$1,90, eu montar um grupo gerador, devidamente combinado com a Petrobras e com a Eletrobrás, digamos, de meio megawatt em cada associação, vendo energia para a rede brasileira. Por que vender? É mais caro o quilowatt e o megawatt térmicos, mesmo o *biodiesel* é mais caro. Mas, diluído, permite que o *biodiesel* do lavrador possa valer mais do que R\$2,00. Se vou colocar só 2%, posso considerar que esse *biodiesel* valha R\$5,00 o litro. E não pesa nada.

Somando-se, vamos aos números: 600 mil toneladas dão 300 mil toneladas de óleo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, eu queria concluir o meu raciocínio.

Seiscentas mil toneladas de mamona ou 300 mil litros de *biodiesel*. Se eu vendesse só a R\$2,00 o

biodiesel, eu teria R\$600 milhões. Mas 600 mil toneladas de feijão a R\$2,00 dão R\$1,2 bilhão. São 150 mil famílias que receberão R\$1,2 bilhão, o que significa R\$650, por mês, em um hectare. E há R\$650 milhões de lucro com o *biodiesel*.

Então, o Governo pode perfeitamente pegar 30% desses R\$600 milhões e colocar mais mil reais na conta do lavrador. Aí a renda mensal vai ser de R\$700,00 por mês em um hectare. Assino embaixo sobre isso, porque temos experiência a respeito.

Portanto, se há 150 mil famílias ganhando R\$700,00 por mês, em quatro anos, haverá 600 mil famílias. Mas, se tudo estiver dando certo, podemos triplicar isso.

O Governo investiu quanto? Oitocentos milhões de reais. Mas, só com o *diesel*, ele já tem R\$350 milhões de renda. Em três anos, ele pagou o investimento que garantiu os 150 mil empregos.

Creio que isso é só para levantar o véu. É possível? É! Cada hectare produz sete toneladas de matéria seca de celulose: o pé da mamona, a casca do feijão, a casca da mamona e a torta. Alguém pergunta: “E onde é que se produz esse *biodiesel*”? Dez usinas, Sr^{as} e Srs. Senadores, de 100 toneladas/dia dão 1.000 toneladas/dia. Dez usinas garantem os números aos quais acabei de me referir.

Por isso, vai aqui uma lembrança: Senhor Presidente, em vez de os sem-terra invadirem terras por aí, arme um programa: com 150 mil, em quatro anos, Vossa Excelência emprega 600 mil famílias, ganhando R\$700,00 por mês, em um hectare. Se colocarmos dois hectares, vai para R\$1.400,00. Quem está dizendo isso já testou, já viu e já fez.

Como conselheiro, Presidente Lula, se Vossa Excelência quiser, posso ajudá-lo. Podemos formar um grupo de trabalho.

Em vez de os sem-terra invadirem terras por aí, quebrando tudo, vamos ordenar a vida deles e empregá-los, como brasileiros sérios e honestos que são, que querem trabalhar e que só precisam de alguém para organizar suas vidas, organizá-las da maneira que estou propondo, para que produzam, sejam cidadãos, com conta no banco, com os filhos na escola e com esperança neste grande País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Nobre Senador Alberto Silva, quero congratular-me com V. Ex^a pelo seu discurso, pelo seu pronunciamento e pelo seu raciocínio. Venho acompanhando os números divulgados por V. Ex^a e observo que realmente são redondos e perfeitos.

Concedo a palavra ao grande ex-Governador do Paraná, o nobre Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Aelton Freitas, muito obrigado; caro Senador Sibá Machado, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago um relatório dos repasses efetuados pelo Governo ao MLST durante a gestão do Presidente Lula.

O MLST é um braço do MST, com lideranças hoje detidas em função da violenta invasão à Câmara dos Deputados nesta semana.

Do ano de 2004 até esta data, o Governo repassou mediante a Fundação Nacional do Meio Ambiente, o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a soma exata de R\$5.658.038,70. São convênios celebrados pelo Governo. E destaco duas coincidências incríveis: no dia 9 de julho de 2004, o Presidente Lula recebeu os membros do MLST no Palácio do Planalto, chegou a usar o boné e agitar a bandeira do movimento. Pois bem, logo após, alguns dias depois, no dia 5 de agosto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), empenhou R\$1.122.394,50 e, no dia 25 de agosto, liberou essa quantia. Um Governo que tem enorme dificuldade de aplicar os recursos orçamentários e que libera com morosidade, que emperra na burocracia e na incompetência de gerenciamento financeiro, neste caso é ágil, é veloz, repassa com muita eficiência.

Não foi a única coincidência; a outra se deu quando da invasão do Ministério da Fazenda. No dia 14 de abril de 2005, cerca de 1.400 integrantes do MLST invadiram o prédio do Ministério da Fazenda em Brasília.

Somente seis dias após a invasão, no dia 22 de abril, o Governo Federal liberou R\$1,9 milhão à Anara, associação ligada a esse movimento. A ordem bancária refere-se ao pagamento de convênio celebrado entre o Incra e a Anara “objetivando a capacitação e formação de trabalhadores rurais em projetos de assentamentos do Incra”.

Ora, Sr. Presidente, havia um empenho, antes da invasão, no valor de R\$1,5 milhão; após a invasão, houve um adicional de mais R\$445 mil, pagos no mesmo dia, totalizando R\$1,9 milhão.

Portanto, é inusitado, é surpreendente ver como o Governo se relaciona com lideranças desses movimentos que agridem, que afrontam constantemente a legislação.

Não é dessa forma que se implementa no País um programa de reforma agrária capaz de distribuir a riqueza. Esse é o caminho oposto. Nós nos afastamos do objetivo final de implementar a Reforma Agrária à medida que aceitamos a desordem, a violência e o desrespeito à Lei.

Estou requerendo hoje ao Tribunal de Contas da União que realize auditorias nos convênios firmados

com a Anara. É preciso investigar esses convênios. A fiscalização não é feita pelo Governo.

Durante a CPMI da Terra, nós investigamos e constatamos irregularidades. E solicitamos ao Tribunal de Contas da União que realizasse auditoria, e o TCU apontou um desvio de cerca de R\$20 milhões dos R\$42 milhões repassados ao MST, Anca, Concrab e do Iterra – esse instituto é localizado em Veranópolis, no Rio Grande do Sul –, que se constituem em braços operacionais do MST.

Nós constatamos – e o Tribunal de Contas também – fraude nos convênios, desvio de finalidade, aplicação indevida de recursos e, inclusive, como disse ontem, desta tribuna, utilizando-se do mesmo expediente praticado no valerioduto e no mensalão: o saque de somas significativas em dinheiro vivo na boca do caixa, feitos por pessoas denominadas “laranjas”, que buscavam os recursos e os transferiam, já que não os declaravam à Receita Federal. Convocados para depor na CPMI da Terra, informaram que esses recursos eram transferidos a dirigentes daquelas cooperativas. Portanto, é necessário que se faça agora nova auditoria.

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senador Sibá Machado. Estou concluindo.

É necessário, portanto, realizar nova auditoria específica para a Anara, que é o braço do MLST, a exemplo do que foram a Anca, a Concrab, o Iterra e outras cooperativas não investigadas. Essas instituições foram investigadas e houve a constatação do desvio de cerca de mais de R\$20 milhões.

Isso tudo aconteceu em função dessa relação de cumplicidade do Presidente, que partidariou os órgãos públicos, com responsabilidade de implementação do programa de reforma agrária.

Aqueles que ocupam cargos públicos no Governo nesse setor possuem uma relação estreitada com as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, uma vez que muitos deles eram militantes do movimento, a exemplo de Bruno Maranhão, que é membro da Executiva Nacional do PT e liderou a invasão à Câmara dos Deputados, sendo que nada tem a ver com o trabalhador sem terra. Filho de rico usineiro, ele vive com um padrão de vida elevado, confortavelmente, sem problemas financeiros; portanto, está agindo em nome de trabalhadores sem terra, sem autenticidade para representá-los.

O que há é a instrumentalização política, é a transformação de um movimento que teve, na origem, os aplausos da sociedade porque naquela época o

seu objetivo, absolutamente sincero, era o de lutar pela Reforma Agrária. Mais tarde, houve um desvio de finalidade, porque determinadas lideranças, com objetivos políticos, apropriaram-se do movimento, da sua popularidade, do seu bom conceito e, lamentavelmente, destruíram o bom conceito dele e o transformaram em ferramenta política para alcançar objetivos eleitorais.

Neste caso, ficou evidente a conotação partidária, pois, conforme as gravações fornecidas à polícia, atacaram o PSDB e o PFL, dizendo que eram os responsáveis pelo retardamento da votação do Orçamento, como se fosse essa a motivação para a invasão do Congresso Nacional.

Dependemos de um Governo competente para a reorganização razoável do sistema fundiário brasileiro, que é peça essencial num projeto de desenvolvimento econômico. E, como estamos no período eleitoral, será muito bom que os candidatos à Presidência da República assumam compromissos com clareza de restabelecer a autoridade e de impor o rigoroso cumprimento da legislação vigente no País, impedindo que a anarquia se instale e se institucionalize no campo, comprometendo o progresso econômico que tem sido alavancado, de forma especial, pelo agronegócio no nosso País. Trata-se do futuro do Brasil, e nós temos de ter visão estratégica de futuro a qualquer momento. Mas, especialmente no ano eleitoral, aqueles que postulam presidir o País devem demonstrar possuir essa estratégia de futuro para merecer a confiança da população.

Enfim, vou encaminhar à Mesa, no dia de hoje, Sr. Presidente, este requerimento propondo auditoria do Tribunal de Contas da União, relativamente aos convênios, que chegam a R\$5.658.000,00, celebrados pelo Governo Federal com esta associação chamada Anara, que é ligada ao MLST.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – A Mesa atenderá V. Ex^a, na forma do Regimento.

Com a palavra o nobre Senador Aelton Freitas, de Minas Gerais.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Sibá Machado, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Senador Alvaro Dias, quero parabenizá-los pela medalha e pela comenda recebidas na

manhã de hoje pela Marinha do Brasil, onde estavam os nobres Senadores Sibá Machado, Alvaro Dias, José Jorge, Sérgio Zambiasi e, com muita satisfação, tive oportunidade também de compor este grupo.

Venho a esta tribuna na manhã de hoje, Sr. Presidente, para manifestar a minha satisfação em comemorar a saída do papel de ações fundamentais para o reaquecimento da exploração turística no Circuito das Águas, um dos mais belos cartões postais de Minas Gerais, Sr. Presidente, Senador Sibá Machado, que, nas duas últimas décadas, havia perdido a condição cativa de região turística entre os destinos turísticos mais procurados do nosso País e dos quais sempre fez parte.

Os Municípios que integram o Circuito das Águas, encabeçados por São Lourenço, Caxambu, Lambari e Cambuquira possuem nas suas águas propriedades medicinais um verdadeiro tesouro, carente há muitos anos de exploração adequada e consciente para geração de emprego e renda na região. Identificamos essa demanda por meio de autoridades locais e, por isso mesmo, abracei a defesa dessa causa junto aos órgãos do Poder Público Estadual. De tal maneira que só posso aplaudir a decisão da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) em investir um total de R\$5,6 milhões para a recuperação dos parques das águas de Cambuquira, Lambari e Caxambu.

Conforme demonstrou reportagem publicada pelo Jornal **O Tempo**, da nossa Capital, Belo Horizonte, no último domingo, o compromisso da Codemig está devolvendo a esperança às populações e lideranças locais de que o turismo novamente se transformará em uma fonte considerável de divisas para cada Município aqui descrito.

Segundo a direção da Codemig, no parque de Caxambu novos funcionários estão sendo contratados, em Lambari já se iniciou o processo de licitação e, em breve, serão iniciadas obras em Cambuquira e na cidade da minha região, a nossa querida Araxá. Ou seja, a perspectiva de efetiva recuperação é muito boa e o Circuito das Águas merece ter desenvolvido o **status** de grande atração turística não só de Minas, mas nacional, o que, aliás, nunca deveria ter perdido.

As lideranças municipais, as entidades envolvidas no projeto, devem ter em mente que os erros do passado, às vezes por falta de divulgação ou de incentivo turístico, não podem se repetir, pois potencial e atrativos naturais não faltam, de maneira nenhuma, àquela região, não faltam a todo o Circuito das Águas. Todos devemos nos unir para o sucesso da empreitada.

É evidente que os recursos anunciados pela Codemig (Companhia de Desenvolvimento Econômico

de Minas Gerais) só serão devidamente potencializados caso a destinação esteja acompanhada de outras ações, como, por exemplo, a melhoria das estradas de acesso àquela região que possui muitos trechos em estado muito crítico.

Justamente para solucionar essa questão, tenho defendido, junto ao Ministério do nosso Partido, junto ao Ministro dos Transportes, junto ao DNIT, desde o ano passado, a realização de obras emergenciais em BRs que passam pelo sul de Minas. Mediante as nossas indicações, por exemplo, a BR-460, no trecho entre Lambari e São Lourenço, e a BR-267, no trecho entre Caxambu e Juiz de Fora, foram incluídas no programa emergencial de recuperação das rodovias lançadas pelo Governo. De tal forma, Sr. Presidente, que continuamos vigilantes e empenhados para que essas intervenções sejam concluídas com o melhor êxito e no menor curto espaço de tempo.

Tenho também buscado viabilizar recursos para o balizamento noturno dos aeroportos de Caxambu e São Lourenço – os dois principais daquela região –, o que, somado à recuperação das estradas, poderá melhorar bastante as condições de acesso e locomoção de passageiros, com vistas a reaquecer o turismo regional e fazer com que esta atividade reassuma papel fundamental no fortalecimento da economia dos Municípios.

Outra notícia importante para o Circuito das Águas, que também apoiamos, é a disposição da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) em assumir o processo de exploração comercial das águas minerais de Caxambu, Lambari, Cambuquira e, também de Araxá – uma das águas mais gostosas e mais leves de se tomar, que tem a sua produção na minha região do Triângulo Mineiro –, suspenso após a empresa Superágua ter pedido a concessão em junho de 2005. Na época, cerca de 180 pessoas perderam seus postos de trabalho, mas a expectativa agora é de que sejam recontratadas.

Pelos planos da Copasa, somente em Caxambu – primeira unidade de exploração a ser reativada – 130 novos empregos devem ser gerados e o Município receberá ainda mais de R\$ 300 mil por ano de *royalties*.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores em qualquer Estado do nosso País existem brasileiros que já foram beneficiados pelo *poderoso* poder de cura das águas do sul de Minas Gerais. As águas minerais envasadas na região são sinônimo de qualidade e têm mercado em todo o território nacional e em boa parte do mundo.

Nós, mineiros, temos certeza de que, com a revitalização da estrutura turística naquela região e

o aumento da divulgação em todas as propagandas que lhe cabem, o Circuito das Águas poderá voltar a receber com encanto e conforto os visitantes de todo o Brasil e de boa parte do exterior em busca de curas ou de aconchegantes descansos.

Sr. Presidente, ainda este ano tive oportunidade de me reunir com vereadores, prefeitos, lideranças de todas as cidades desta região tão privilegiada de Minas Gerais e estou convencido de que com parlamentares, com prefeitos, com lideranças, com o Governo do nosso Estado trabalhando juntos, será possível devolver ao querido Circuito das Águas o seu charme tradicional. E, mais importante, acompanhado de outros benefícios econômicos e sociais para a população.

Quero aqui, ainda em tempo, Senador Sibá, voltar a comentar sobre a comenda que V. Ex^a, juntamente com outros Senadores e a nossa pessoa, recebemos na manhã de hoje e o quanto é importante ter o reconhecimento do nosso trabalho. Quero parabenizá-lo pelo que vem desenvolvendo nesta Casa e dizer que, sempre que estiver ao nosso alcance, conte com este Senador, com este companheiro, com este parceiro.

Nesta tarde de sexta-feira, quero agradecer aos meus dois companheiros de viagem, os meus conterrâneos que se fazem presentes, o meu amigo Panelo, o meu amigo Ricardo, e desejar a todos os brasileiros um bom final de semana.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador Aelton Freitas, agradeço as palavras elogiosas de V. Ex^a e também aproveito para dizer da admiração que tenho por V. Ex^a.

Peço que assuma a Presidência para que eu possa fazer o meu pronunciamento.

O Sr. Sibá Machado, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Aelton Freitas, a homenagem de hoje, estendida a V. Ex^a, ao Senador José Jorge, ao Senador Alvaro Dias, a mim e – é claro – a todas as autoridades e personalidades que estavam naquele momento sendo condecoradas, é símbolo do apreço que os senhores têm aqui com o Estado brasileiro. Não foi apenas a instituição Marinha do Brasil ou apenas as pessoas que receberam a comenda, mas a responsabilidade que nós temos com a nossa Nação, com o nosso País.

Sei dos esforços que a Marinha tem empreendido não só na defesa nacional, mas também na pesquisa, como é o caso da Antártida, onde, com esforço, apesar de todas as dificuldades, a Marinha tem mantido sua presença firme. Pelo tratado internacional, os países que poderão ter acesso à Antártida são apenas aqueles que mantiverem lá campos de pesquisa. Aliás, fui convidado para visitar as instalações várias vezes, mas nunca tive oportunidade. Espero poder, no final deste ano, se tiver condição, acompanhar essa missão e satisfazer a minha curiosidade, o que será, para mim, um prêmio de vida. Um prêmio de vida, porque estudei, na Geografia, os oceanos, os continentes, principalmente aquela região inóspita e desabitada, e é saciar uma curiosidade tamanha poder ir até o que significa um campo de estudo para mim. Espero contribuir com a Universidade Federal do Acre em uma viagem dessa natureza.

Mas, Sr. Presidente, como hoje, dia 09 de junho, é a abertura da 17ª Copa Mundial de Futebol, eu gostaria, antes de tudo, de fazer um breve raciocínio sobre o que considero o mais fantástico e maior espetáculo na Terra. Penso que já supera as Olimpíadas, criadas há muitos anos na Grécia Antiga, momento em que os povos reuniam-se para brindar entre si por meio do esporte.

Sr. Presidente, o futebol brasileiro tem gerado verdadeiros líderes mundiais. Foram muitos, como Leônidas, na década de 30, nas primeiras Copas do Mundo. Tivemos várias outras personalidades, como Zagalo, Amarildo, Didi, Vavá, nas Copas de 58 e 62. Pelé, que foi a revelação, disputando três copas mundiais, sendo tricampeão. Depois, Zico e tantos outros.

A juventude brasileira de classe média alta e a de classe alta não vão para os esportes, Sr. Presidente. São crianças que, desde cedo, são levadas à escola, às melhores faculdades, sendo treinadas e preparadas para suceder os pais na direção de empresas e de grandes negócios. Quanto a filhos e filhas das classes mais pobres, estas, por não encontrarem condições de estudar em boas escolas, têm seguido o caminho natural de seus ídolos, que é o futebol.

O Brasil, nas décadas de 60 e 70, quando pude acompanhar melhor o futebol brasileiro, tinha uma das mais belas técnicas de jogo do mundo. Era chamado futebol arte, e gerou um impacto para quem, hoje, admira o futebol. São essas pessoas que saem de nosso País para abrilhantar o futebol, principalmente, europeu. Esses jovens mais pobres, Sr. Presidente, formam-se nas escolas das ruas em primeiro lugar, depois são descobertos pelos cartolas do futebol e passam a figurar em grandes clubes, mas, se analisarmos bem, considero injusta a premiação pelo esforço de cada um

desses jovens, quando chegam a ter um faturamento de US\$500 milhões ao longo de suas carreiras.

Os salários exorbitantes têm feito com que o futebol seja um dos investimentos que considero injusto; injusto com todas as outras carreiras. Não sei se um cantor, músico ou ator teria, ao longo de sua carreira, condições para chegar a esse porte financeiro.

Tem havido um prejuízo muito grande, no meu entendimento, para o futebol brasileiro, porque se tornou um celeiro de exportação desses jovens. O futebol brasileiro está em bancarrota, Sr. Presidente, do ponto de vista do equilíbrio financeiro dos grandes clubes, sem falar dos pequenos clubes, situação que considero até vexatória.

Aprendi a admirar o futebol carioca desde criança. Ainda em Teresina, eu morava próximo da sede social do Flamengo do Piauí e aprendi a ser flamenguista. Depois, vi a nacionalização do futebol pela televisão.

Apenas os clubes pertencentes ao Clube dos Treze – Rio, São Paulo, um pouco do Rio Grande do Sul e Minas Gerais – dominam a característica do futebol nacional. Em raras exceções, há torcedores locais. Há um pouco em Minas Gerais porque o mineiro torce pelos seus clubes Atlético, Cruzeiro e América de Minas Gerais. Os gaúchos também não arredam o pé, torcendo pelo Grêmio, Internacional e Juventude. São Paulo e Rio de Janeiro centram a liderança do futebol brasileiro.

Quando se sai desse eixo, encontramos verdadeiros oásis: um pouco em Goiás, um pouco no Pará. Os paraenses são muito ligados ao seu próprio futebol, torcendo para o Clube do Remo e o Paysandu. É um Estado que foge a todas as regras, tendo maior presença de público em todas as etapas do futebol local ou quando disputa o nacional.

Estou muito preocupado com isso. Toda criança pobre passa a ter agora um ideal de vida nas esquinas das ruas das grandes ou pequenas cidades. Sonham em, um dia, ser um Ronaldo, um Ronaldinho Gaúcho, um Pelé, um Zico. Não é nem para jogar futebol, Sr. Presidente, é apenas pensando no faturamento.

Soube que Ronaldinho Gaúcho foi descoberto pelo dono da siderúrgica Gerdau, que investiu R\$400 mil ao longo da preparação da carreira do jogador e, depois de quatro anos, vendeu o passe dele por R\$6 milhões. Foi um dos maiores investimentos da Gerdau proporcionalmente, num curto espaço de tempo.

Ronaldo é um líder mundial – é claro que honra a todos nós. Na Seleção Brasileira, dos 23 escolhidos, somente 2 jogam em clubes brasileiros; os outros 21 jogam no exterior. Acho que está na hora de chamarmos a atenção para esse fato.

O que marca o futebol brasileiro é o descompromisso com a organização dos clubes e do futebol como um todo. Estou muito triste com aquilo a que assistimos hoje no Rio de Janeiro. É deprimente a situação do futebol carioca. Tudo virou empresa. O aspecto empresarial é violento. Como um jogador pode suar a camisa, chorar pela bandeira de um clube este ano, e, no ano que vem, estar em outro clube, às vezes, no principal adversário daquele anterior? Como pode vender uma imagem de amor? Isso não existe. Não posso acreditar que isso seja verdadeiro. Essas preocupações têm chamado a minha atenção.

Voltando a falar da Seleção Brasileira, quero dizer que, se ganharmos o hexacampeonato este ano, tenho até medo do desequilíbrio e da perda do interesse pelo futebol, porque todas as seleções mundiais ficarão numa situação em que é praticamente impossível equipararem-se ao Brasil. Se o Brasil se tornar hexacampeão, as duas seleções mais próximas do Brasil serão a Itália e a Alemanha, que são tricampeões. Só que, na melhor das hipóteses, isso só poderá ocorrer em 2016, ou seja, mais três Copas do Mundo para tentarem empatar com o Brasil. O hexacampeonato, no meu entendimento, criaria um certo desinteresse pelo futebol – é um desequilíbrio das coisas.

Por outro lado, o brilhantismo do nosso futebol vai salientar a marca do verde-amarelo. Aonde forem os turistas brasileiros, as pessoas viajando ou em visita a outros países, por força disso tudo, vão ser muito bem recebidas. Eu viajo muito pouco, Sr. Presidente, mas há pouco tempo estive no Chile. Apesar de não saber jogar capoeira, vesti uma calça de capoeirista branca tendo o verde-amarelo dos lados. Andando pelas ruas de Santiago, era abordado por pessoas que diziam “Brasil, Brasil, Brasil”; elas queriam puxar assunto, conversar. É muito forte o nosso verde-amarelo lá fora.

Eu desejo o maior sucesso à nossa seleção. Não estou nem um pouco preocupado se os dois tricampeões um dia vão alcançar o Brasil, se nos próximos dez, doze, vinte anos vão empatar com o nosso País. O importante é marcar, carimbar, mais uma vez, o selo do futebol e, é claro, através do futebol, alçar a bandeira da respeitabilidade do Brasil mundo afora.

Sr. Presidente, gostaria ainda de, rapidamente, falar sobre algumas ações do nosso Governo, do Governo do Presidente Lula.

Tenho aqui dados do Ministério dos Transportes relativos às ferrovias. Quando a agricultura nacional atingiu a meta dos 120 milhões de toneladas de grãos, fiquei muito preocupado, porque o transporte de cargas no Brasil se resume praticamente ao chamado transporte de pneu, de caminhão. Não são levados em considera-

ção os rios, não se leva em consideração a cabotagem e não se leva em consideração a ferrovia.

Agora, o Governo Lula investe pesadamente no setor ferroviário, e isso pode ser mostrado com os números que rapidamente apresentarei.

Vejam o caso da Ferrovia Norte-Sul, iniciada no Governo de José Sarney: construção de 1.550 Km interligando e integrando as Regiões Centro-Oeste, Norte e Sudeste do Brasil. Isso significará ligar, de imediato, as cidades de Belém, São Luís, Palmas, Goiânia e Brasília. Os cerca de dois milhões de quilômetros quadrados de terras produtivas contam agora com uma capacidade de transporte à altura das necessidades das exportações brasileiras.

Há também investimentos na Ferrovia Norte Brasil, que é a Ferronorte, na Ferrovia Bandeirantes, a Ferroban, e na Ferrovia Novoeste, investimentos da ordem de 1,2 bilhão de reais com a participação do BNDES.

Temos a Ferrovia Transnordestina – o Presidente recentemente lançou a pedra fundamental da expansão dessa ferrovia. Essa ferrovia vai ter uma extensão, Sr. Presidente, de 1.800 Km e vai interligar os Estados do Piauí, do Ceará e de Pernambuco. Os investimentos são da ordem de 4,5 bilhões de reais.

Assim sendo, no meu entendimento, haverá um barateamento do custo final das cargas, o que significará maior competitividade para os preços da agricultura brasileira no mercado internacional.

Sr. Presidente, pediria mais um pouco de sua paciência para que eu possa apresentar alguns dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que tem buscado fazer pesquisas sobre o impacto do Bolsa-Família e dos programas sociais do Governo junto a seus verdadeiros interessados.

1. Dados da pesquisa sobre segurança alimentar dos beneficiários do Bolsa-Família, que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) divulgou nesta terça-feira (06/06), em Brasília, demonstrou informações importantes para os trabalhos voltados para o combate à pobreza e à fome no Brasil.

2. O levantamento, feito para avaliar o impacto do Bolsa-Família, foi encomendado pelo MDS ao Núcleo de Pesquisas e Informações da Universidade Federal Fluminense (DataUFF) e os dados foram analisados por especialistas em nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Entre 1º e 18 de março deste ano, a pesquisa colheu informações junto a três mil responsáveis por famílias beneficiárias do programa de transferência de renda em todas as

regiões. Os entrevistados estão inscritos no programa há 12 meses ou mais.

3. Uma das informações identificadas pela pesquisa é o percentual do consumo de leite, que chega a 70% dos lares com crianças atendidas pelo Bolsa-Família. É um índice superior às residências sem o público infantil, onde a utilização desse produto atinge, no máximo, 48%. Nas moradias que têm crianças, as pessoas comem mais frutas e biscoitos desde que a família passou a receber os recursos do programa de transferência de renda do Governo Federal.

4. Independente do valor do benefício recebido, quando a família tem crianças, o consumo de leite é maior (entre 65% e 70%) em comparação ao consumo naqueles domicílios onde elas não estão presentes (entre 38% e 48%). Em relação ao público infantil, a pesquisa registra ainda que 94,2% das crianças fazem três ou mais refeições por dia. Entre as beneficiadas pelo Bolsa-Família, 84% têm pelo menos uma refeição na escola.

5. A principal notícia dessa pesquisa é que as famílias estão comendo mais, comendo melhor e, sobretudo, que as crianças são as mais beneficiadas. Acrescenta-se que o levantamento indica que as famílias estão utilizando com sabedoria os recursos. Quando as famílias têm oportunidade de ter um aumento de renda, elas alocam principalmente nos alimentos, e os beneficiados são principalmente as crianças. Estes são dados do Bolsa-Família que demonstram que o programa está cumprindo seu objetivo, que é aliviar a pobreza de maneira imediata.

6. A melhoria na qualidade da alimentação e o aumento na quantidade de produtos consumidos pelos beneficiários do programa são outras constatações do levantamento. Dos entrevistados, 85,6% afirmaram que a qualidade das refeições melhorou ou ficou muito melhor. Na avaliação de 59,2%, há mais alimentos para o consumo diário. Pelas informações colhidas na pesquisa, 85% dos jovens e adultos fazem pelo menos três refeições diárias.

7. Na visão das famílias ouvidas pela pesquisa, a variedade dos alimentos consumidos também melhorou muito após o recebimento do recurso do Bolsa-Família. Esta mudança foi mencionada por 73,3% dos entrevistados. Eles consideraram que os principais alimentos que faltavam para melhorar a qualidade

da alimentação eram as frutas (26,4%) e as carnes (26,2%), seguidos de legumes e verduras (16,3%).

8. Para o MDS, o valor único do Bolsa-Família para todo o Brasil tem feito bastante diferença nas regiões mais pobres, não só para a família, mas para a comunidade, pois tem propiciado o desenvolvimento local. Algumas pesquisas mostram, por exemplo, que o varejo na Região Nordeste cresceu mais do que no restante do País e creditam isso ao Bolsa-Família.

9. O Bolsa-Família está presente em 9,2 milhões de lares pobres, com benefício de R\$64,00 em média. A meta do programa é elevar o número de beneficiários, ainda este não, para 11,1 milhões de famílias, ou seja, todas com renda mensal de até R\$120,00 por pessoa. O orçamento do Bolsa-Família para 2006 é de R\$8,3 bilhões.

10. A pesquisa realizada pelo DataUFF, segundo Rômulo Paes, faz parte de um painel de acompanhamento do Bolsa-Família que visa atualizar as informações. “Queremos sempre fazer alocação de recursos de forma inteligente. Não basta aumentar o investimento, mas que ele seja de ótima qualidade”, afirma o secretário.

Os principais resultados dessa pesquisa:

- A maioria das crianças brasileiras (94,2%) realiza três ou mais refeições ao dia, sendo café da manhã, almoço e jantar as refeições mais citadas.

- Entre as crianças beneficiárias do Programa Bolsa-Família, 84% delas fazem pelo menos uma refeição na escola.

- Oitenta e cinco por cento dos jovens e adultos têm acesso a três ou mais refeições por dia.

- Independentemente do valor do benefício recebido, quando a família tem crianças, o consumo de leite é maior quando comparado com o consumo daquelas que não têm crianças.

- Identificou-se que, para 85,6% das famílias integrantes do Bolsa-Família, a qualidade da alimentação melhorou muito depois que começaram a receber o recurso financeiro do Programa.

- A percepção de que a quantidade de alimentos consumidos aumentou foi afirmada por mais de 59% das pessoas entrevistadas.

- Considerando a diversidade dos alimentos, na avaliação das famílias entrevistadas, a variedade melhorou muito para 73% delas.

- As famílias beneficiárias consideraram que os principais alimentos que faltavam para melhorar a qualidade da dieta eram as frutas e as carnes, seguidos dos legumes e verduras.

Portanto, Sr. Presidente, isso mostra que o Governo brasileiro está no caminho certo, quando levanta a bandeira de que a questão da fome tem de ser encarada de frente, com responsabilidade. E isso, hoje, passa a ser um programa observado por países tanto mais pobres quanto mais ricos que nosso País.

Muito obrigado pela tolerância para com a minha pessoa. Agradeço aqui ao nosso guerreiro, incansável orientador e guru desta Casa, companheiro Raimundo Carreiro, que é um cérebro inteligente, emprestado pelo Estado do Maranhão para ajudar nos trabalhos desta Casa, e a todos os funcionários.

Bom futebol, boa Copa do Mundo e que o Brasil seja hexacampeão!

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2006

Altera os arts. 8º, 58 e 84 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para abolir o Exame de Ordem, necessário à inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 44 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44.

II – promover, com exclusividade, a representação, a defesa e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados o inciso IV e o § 1º do art. 8º, o inciso VI do art. 58 e o art. 84 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

Justificação

A advocacia é a única profissão para cujo exercício a respectiva entidade de classe – a saber, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – exige aprovação em exame de proficiência.

A despeito de o aspirante à carreira haver sido diplomado, necessariamente, em instituição de ensino superior oficialmente autorizada e credenciada pelo Ministério da Educação (Lei nº 8.906, de 1994, art. 8º, II), a qual o submete, com frequência, durante pelo menos cinco longos anos de estudos acadêmicos, a avaliações periódicas, ele é compelido a submeter-se a essa espécie de certame, que, decerto, não tem o condão de avaliar, de modo adequado, a capacidade técnica de quem quer que seja.

A um simples exame não se pode atribuir a propriedade de avaliar devidamente o candidato, fazendo-o, dessa forma, equivaler a um sem-número de exames aplicados durante todos os anos de curso de graduação, até porque, por se tratar de avaliação única, de caráter eliminatório, sujeita o candidato a situação de estresse e, não raro, a problemas temporários de saúde.

Se, por outro lado, tentar-se argüir que a intenção do assim chamado Exame de Ordem seria avaliar o desempenho das instituições de ensino, não nos parece razoável que o ônus recaia sobre o aspirante a advogado, ainda mais porque o Ministério da Educação já se responsabiliza pela aplicação do Exame Nacional de Cursos (Provão), com esse exato objetivo.

Pelas razões expendidas, cremos poder contar com amplo apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei, com o que estaremos todos promovendo uma alteração judiciosa e pertinente na carreira advocatícia, a que tantos bacharéis em direito graduados no País têm aspirado.

Sala das Sessões, 9 de junho de 2006. – Senador **Gilvan Borges**.

LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994

Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO III Da Inscrição

Art. 8º Para inscrição como advogado é necessário:

IV – aprovação em Exame de Ordem;

§ 1º O Exame da Ordem é regulamentado em provimento do Conselho Federal da OAB.

Art. 58. Compete privativamente ao Conselho Seccional:

VI – realizar o Exame de Ordem;

Art. 84. O estagiário, inscrito no respectivo quadro, fica dispensado do Exame de Ordem, desde que comprove, em até dois anos da promulgação desta lei, o exercício e resultado do estágio profissional ou a conclusão, com aproveitamento, do estágio de Prática Forense e Organização Judiciária, realizado junto à respectiva faculdade, na forma da legislação em vigor.

Brasília, 4 de julho de 1994; 173º da Independência e 106º da República. – **ITAMAR FRANCO – Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 661, DE 2006

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União que realize auditorias nos convênios firmados entre a União e a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária-Anara, cujos valores totais sejam superiores a R\$1 milhão.

Justificação

Segundo levantamento realizado no Siafi, o Governo Federal, na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, repassou mais de R\$5,5 milhões para a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária-Anara, entidade criada pelo Movimento de Libertação dos Sem-Terra-MLST para receber recursos públicos.

Grande parte desse recebimento, R\$3 milhões, ocorreu justamente após as invasões do movimento ao Ministério da Fazenda e da reunião de integrantes do MLST com Lula com Palácio do Planalto.

No dia 14 de abril de 2005, um grupo de cerca de 1400 integrantes do MLST invadiu o prédio do Ministério da Fazenda em Brasília. Somente seis dias após a invasão, no dia 22 de abril, o Governo Federal liberou cerca de R\$1,9 milhão à Anara, associação ligada ao movimento.

A ordem bancária refere-se ao pagamento de convênio celebrado entre o Incra e a Anara “objetivando a capacitação e formação de trabalhadores rurais em projetos de assentamentos do Incra”.

Ressalta-se que já havia um empenho datado do dia 24 de março no valor de cerca de R\$1,5 milhão. No entanto, a invasão ao prédio da Fazenda surtiu tanto efeito que no dia 20 de abril além de ter sido emitida a ordem de pagamento dos R\$1,5 milhão, ainda foram empenhados mais R\$445 mil, pagos no mesmo dia, de modo a totalizar os cerca de R\$1,9 milhão recebidos pela associação.

Já no dia 9 de julho de 2004, o presidente Lula recebeu os membros do MLST no Palácio do Planalto. Chegou a usar boné e agitar a bandeira do movimento.

Por sua vez, no dia 5 de agosto de 2004, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Incra empenhou R\$1.122.394,50. No dia 25 de agosto de 2004, foi emitida ordem bancária para pagamento da Anara no valor total do empenho (R\$1.122.394,50).

Cabe destacar que, dos cerca de R\$5,5 milhões repassados à Anara, mais de R\$3 milhões são destinados a convênios com objeto amplo e duvidoso. Segundo o Siafi, o objetivo desses convênios seria a reestruturação sócio, cultural e econômica de assentamentos beneficiados.

Somente o assentamento “Paulo Faria”, localizado em Uberlândia e de onde veio grande parte dos integrantes do MLST que invadiram o Congresso Nacional, foi contemplado com cerca de R\$2,2 milhões destinados à Reestruturação Econômica, Sócio e Cultural do Assentamento “Paulo Faria”, no período de janeiro de 2005 a junho de 2006.

A CPI “da Terra” já havia detectado inúmeras fraudes em convênios firmados pelo Governo Federal com entidades ligadas ao Movimento dos Sem-Terra-MST. Essas irregularidades foram confirmadas pelo TCU, que identificou desvios de recursos públicos da ordem de R\$20 milhões em auditorias realizadas em convênios firmados com três entidades ligadas ao MST, Anca, Concrab e Iterra.

Diante do exposto, torna-se de fundamental importância solicitar ao Tribunal de Contas da União que realize auditorias nos convênios firmados pelo Governo Federal com a Anara, especialmente naqueles de valores superiores a R\$1 milhão, bem como naqueles cujo

objeto não é bem definido, caso das reestruturações econômica, cultural e social dos assentamentos.

Diante do exposto, solicito a aprovação do presente requerimento.

Sala da Sessão, 9 de junho de 2006. – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – O Requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Quero agradecer ao nobre orador, em nome da Secretaria-Geral da Mesa, e desejar a todos os telespectadores da TV Senado um bom fim de semana.

Os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, João Tenório, Juvêncio da Fonseca, Antero Paes de Barros, Leonel Pavan, e a Sr^a Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de 28 de maio de 2006, intitulado “Falta horizonte”.

O editorial trata do desempenho do governo Lula e destaca que a ampliação de capacidade na geração de eletricidade não decola, as taxas de juros são mantidas em patamares absurdos e a volatilidade do câmbio reduz a previsibilidade da economia. Segundo o editorial, “a economia brasileira pouco aproveitou a conjuntura internacional mais benigna em décadas”.

Como segundo assunto, gostaria de fazer o registro do artigo intitulado “O futuro de Lula”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de 30 de Maio de 2006.

Segundo o artigo, de autoria do escritor Carlos Heitor Cony, mostra o “fim melancólico para ex-metalúrgico e líder sindical. A cada dia, é obrigado a engolir tudo o que pensou e disse no passado”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que as referidas matérias passem a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

“Falta horizonte”; **Folha de S. Paulo**.

“O futuro de Lula”; **Folha de S. Paulo**.

Falta horizonte

CRESCE A LISTA de empresas estrangeiras que anunciam reduções de investimentos no país. O destaque é a venda da distribuidora de energia Light, que atende à região metropolitana do Rio e era controlada pela EDF francesa, para um consórcio de capital nacional.

Se é verdade que o Brasil reduziu seu grau de vulnerabilidade externa mediante o aumento do superávit comercial e a redução da dívida pública, o país ainda não equacionou seu problema de falta de dinamismo.

As taxas de juros são mantidas em patamares absurdos, que inibem o consumo e o investimento. O renitente superávit fiscal, sustentado na elevação da carga tributária a nível intolerável e preservando de corte os gastos correntes, limita a capacidade de investimento público em infraestrutura e sufoca o setor privado. Os portos, as rodovias e as

ferrovias seguem a se deteriorar.

A ampliação de capacidade na geração de eletricidade não decola. O mecanismo concebido para financiar a infra-estrutura, as Parcerias Público-Privadas, não deslancha. Os instrumentos de regulação estão paralisados nos segmentos de saneamento, gás e energia elétrica. A volatilidade do câmbio reduz a previsibilidade, afastando investidores.

O país precisa rediscutir seu modelo macroeconômico. Insistindo em rotas equivocadas, como em taxas de juros totalmente fora do esquadro mundial, a economia brasileira pouco aproveitou a conjuntura internacional mais benigna em décadas. Resta torcer para que esse ciclo externo favorável ainda perdure por alguns anos e que da campanha presidencial surjam idéias e quadros capazes de superar a maldição do crescimento baixo.

CARLOS HEITOR CONY

O futuro de Lula

RIO DE JANEIRO - Apesar do naufrágio do Partido dos Trabalhadores, Lula dispara nas pesquisas e, à falta de concorrentes categorizados eleitoralmente, é quase certa a sua reeleição.

O problema agora é saber com quem ele governará. Normalmente, seria com o seu partido de origem e seus naturais aliados. Mas o PT está de tal forma bichado que ele terá de apelar para uma estrutura partidária que, entre mortos e feridos, é ainda a maior do país: o PMDB.

Nada contra o partido, versão fisiológica do combativo MDB dos tempos da ditadura militar. Um PMDB que se recusa a ter candidato próprio para melhor se arrumar no tabuleiro nacional, lembrando aquela frase de Pinheiro Machado, que desdenhava a Presidência da República, preferindo continuar soba dos gaúchos por quase 30 anos e dizendo: "Na política, o prato principal do banquete é na província. Cargo federal é sobremesa e ca-

fezinho". Foi assim que despachou Getúlio Vargas para o Ministério da Fazenda no governo de Washington Luiz. Guardou para si o poder estadual e livrou-se do rival, mandando-o para esfera aparentemente superior.

Daí que o futuro governo Lula não terá outra solução senão se aliar em unha e carne com o partido que detém o maior número de colégios eleitorais. Do ponto de vista da votação, será uma goleada: preferência compacta na figura física de Lula e na figura jurídica do maior partido nacional.

Na parte administrativa, será a negação de tudo o que Lula representou até a sua eleição, em 2002. Diz ele que seu lema será o mesmo: "Paz e amor". Com o indispensável adendo: "e todas as vantagens a que teremos a direito".

Fim melancólico para o ex-metalúrgico e líder sindical. A cada dia, é obrigado a engolir tudo o que pensou e disse no passado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "TCU aprova contas de Lula, mas vê redução de gastos em segurança", publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 2 de Junho de 2006.

Segundo a matéria, relatório do Tribunal de Contas da União sobre as contas de 2005 do atual governo petista apresenta críticas ao aumento da carga de impostos sem contrapartida nos serviços públicos, à redução de gastos em segurança pública e ao não cumprimento do limite mínimo de investimento no combate ao analfabetismo.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

"TCU aprova contas de Lula, mas vê redução de gastos em segurança"; **Folha de S.Paulo**.

TCU aprova contas de Lula, mas vê redução de gastos em segurança

Relatório com 30 ressalvas diz que governo investiu R\$ 34 mi a menos com analfabetos

MARTA SALOMON
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Com críticas ao aumento da carga de impostos sem contrapartida nos serviços públicos, à redução de gastos em segurança pública e ao não cumprimento do limite mínimo de investimento no combate ao analfabetismo, o TCU (Tribunal de Contas da União) aprovou ontem por unanimidade as contas de 2005 do governo.

A primeira das 30 ressalvas feitas pelo relator das contas da gestão petista, ministro Valmir Campelo, nota que o governo deixou de cumprir o percentual mínimo de gastos com a erradicação do analfabetismo e o ensino fundamental.

No ano passado, foram aplicados nessa área R\$ 3,1 bilhões dos impostos. Ficaram faltando R\$ 34,4 milhões, calcula o TCU.

Entre as recomendações, o relator sugere mudanças num dos principais instrumentos de que o governo dispõe — desde o início do Plano Real — para equilibrar as contas públicas.

A revisão da DRU (que libera 20% dos tributos de aplicações impostas pela Constituição) “propiciaria melhorias substanciais na qualidade dos serviços de saúde, assim como maiores benefícios previdenciários e assistenciais para a população”.

O texto destaca que o governo lançou mão de despesas do Bolsa-Família para atingir o percentual mínimo de impostos que a Constituição manda gastar na área de saúde. O Ministério da Saúde pagou parcela de R\$ 2 bilhões do programa de transferência de renda.

Questionável

O “desvio”, revelado pela Folha em março de 2005, é considerado “questionável”, mas não consta da lista de ressalvas.

O relatório também critica o desempenho do governo em segurança pública. Diz que a fatia dos impostos aplicada na área em 2005 (0,27% do total) foi menor que em 2004. Por isso, ficou no papel parte dos programas de policiamento, defesa civil, informação e inteligência.

O relatório do TCU segue agora para o Congresso, a quem cabe aprovar ou rejeitar formalmente as contas. Ainda estão pendentes de votação os relatórios referentes ao último ano de mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e aos dois primeiros anos do governo Lula.

A aprovação das contas não



Governo diz que gastos cresceram

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Em reação às críticas do TCU, o Ministério da Educação informou que vem aplicando volumes crescentes de recursos na educação básica e que tem uma metodologia diferente para calcular o limite mínimo de gastos.

Para o Ministério do Planejamento, o pagamento de parte da conta do Bolsa-Família pelo Ministério da Saúde se justifica porque as contrapartidas exigidas da população beneficiada nessa fatia do programa são o acompanhamento médico de gestantes e a frequência dos menores de seis anos aos postos de saúde.

A alternativa à manobra, segundo o Planejamento, seria suspender o pagamento de parte dos benefícios do Bolsa-Família.

O ministro Paulo Bernardo não se manifestou em relação às críticas à DRU, mecanismo que libera 20% dos tributos arrecadados de despesas obrigatórias impostas pela Constituição.

vale por um atestado de probidade do governo. No futuro, o TCU poderá detectar desvios referentes a 2005 e condenar gestores, insiste Campelo.

Ao longo do relatório aprovado ontem, o ministro-relator reclama da dificuldade de analisar as contas. Classifica de “preocupante” o fato de ONGs, municípios e Estados continuarem recebendo verbas federais sem prestar contas.

De um total de R\$ 9,7 bilhões de convênios vencidos em 2004, R\$ 5,9 bilhões (61%) ainda não haviam sido objeto de prestação de contas. “Os demonstrativos contábeis da União não têm sido suficientemente claros e transparentes”, diz o relatório, que também chama a atenção para um volume de contas pendentes de pagamento, que ultrapassam R\$ 57 bilhões.

AS CRÍTICAS DO TCU

» EDUCAÇÃO

R\$ 34,4 milhões deixaram de ser aplicados na erradicação do analfabetismo e no ensino fundamental

» SEGURANÇA

União investiu menos que em 2004; os programas consumiram 57% dos gastos autorizados por lei

» SAÚDE

O governo se valeu de uma parte das despesas do Bolsa-Família (R\$ 1,6 bi) para cumprir o limite mínimo de gastos com saúde

» RECEITAS

O relatório pede revisão da Desvinculação das Receitas da União, que reduz recursos públicos para saúde, previdência e assistência social

» FALTA DE TRANSPARÊNCIA

Mais de 60% dos convênios vencidos em 2004 e que transferiram dinheiro para ONGs, Estados e municípios ainda não prestaram contas

» CONTAS PENDENTES

TCU classifica de preocupante saldo de gastos comprometidos e não pagos, no valor de R\$ 57,6 bilhões

» CARGA TRIBUTÁRIA

Aumentou 1,58 ponto percentual em 2005, sem “aumento da aplicação de recursos na área social”

» CORRUPÇÃO

“Os efeitos da corrupção se propagam nas mais diversas áreas, atingindo a imagem do país, merecendo providências urgentes”

Planalto pede autorização para divulgar ações

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Palácio do Planalto pediu ontem autorização do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para divulgar, no período eleitoral (1º de julho a 29 de outubro), a marca do governo em ações patrocinadas por ele. O tribunal vai analisar o pedido.

A marca reproduz a bandeira nacional e a expressão “governo federal”. Segundo o governo, ela não apresenta nome, símbolo ou imagem que possam implicar promoção pessoal, referindo-se à candidatura Lula. A Lei Eleitoral proíbe a publicidade institucional nos três meses que antecedem as eleições.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “CPI vai apontar doação de bingos a Lula”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** do dia 22 de maio do corrente.

A matéria destaca que “o relatório final da CPI dos Bingos deverá afirmar que a campanha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Planalto recebeu R\$1 milhão de empresários de bingos em troca da regulamentação da atividade no País”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

CPI vai apontar doação de bingos a Lula

Baseada em indícios, afirmação estará no relatório final, que deve ir a votação no plenário do Senado no início de junho

IMPRENSA

Para editor-chefe, denúncias motivaram ataque ao jornal

ADRIANA CHAVES
DA AGÊNCIA FOLHA,
EM SÃO SEBASTIÃO

O editor-chefe do “Imprensa Livre”, Igor Veltman, 48, relacionou o ataque à gráfica e à redação do jornal, sofrido na madrugada da última quinta, em São Sebastião (litoral norte de SP), a denúncias veiculadas nos últimos meses de supostas irregularidades envolvendo a administração municipal.

Veltman voltou a descartar que o ataque tenha sido feito por integrantes da fac-

ção criminosa PCC.

Na ação, ao menos três homens encapuzados e armados destruíram parte da edição e queimaram uma das máquinas de impressão.

Outro lado

A Prefeitura de São Sebastião informou que não se manifestará em relação às declarações do editor-chefe do jornal “Imprensa Livre”. Segundo a assessoria, o editor está “jogando no campo das suposições, de forma leviana, e reforçando sua característica de jornal de oposição”.

Garibaldi Alves, relator da comissão, deve propor no texto aplicação de referendo popular e liberação desse jogo sob controle da União

MARTA SALOMON
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O relatório final da CPI dos Bingos deverá afirmar que a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Planalto recebeu R\$ 1 milhão de empresários de bingos em troca da regulamentação da atividade no país. O texto deverá propor a liberação dos bingos sob controle da União e submetida a um referendo popular marcado para 2008, antecipou o relator Garibaldi Alves (PMDB-RN).

Ele pretende fechar a versão preliminar do relatório na quinta. O texto deve ser submetido à votação em 8 de junho.

Sem ter obtido provas do pagamento dos bingueiros, o relatório se baseará em indícios e sobretudo no testemunho do advogado Rogério Buratti, ex-assessor do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto.

Buratti declarou à CPI que empresários ligados a bingos teriam doado R\$ 1 milhão à campanha de Lula. O dinheiro seria de angolanos que exploravam jogos e teria sido captado pelo empresário Roberto Kurzweil, em nome de Palocci.

No primeiro ano de governo, Lula encaminhou a liberação dos bingos, que atuavam, como hoje, por conta de liminares concedidas pela Justiça ou de forma clandestina. Em janeiro de 2004, estava pronta a proposta de um grupo de trabalho interministerial, mas a regula-

mentação foi atropelada pelo escândalo Waldomiro Diniz.

Depois que o então assessor de José Dirceu na Casa Civil foi flagrado cobrando propina do empresário de jogos Carlos Cachoeira, Lula se viu forçado a baixar medida provisória proibindo bingos e máquinas caça-níqueis no país. A MP acabou rejeitada no Congresso.

Apesar de o Supremo Tribunal Federal considerar que a legislação não libera o jogo, haveria hoje cerca de 400 casas de bingos, segundo a CPI.

O senador Garibaldi Alves disse ontem que tende a propor a regulamentação dos bingos no relatório final. Para evitar sonegação de impostos ou lavagem de dinheiro, o relatório deverá propor que os jogadores sejam identificados. “Essa é a tendência, mas preciso ouvir mais a comissão”, disse ele.

DELÚBIO SOARES

» A CPI dos Bingos tentará ouvir amanhã o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares sobre as doações dos bingueiros à campanha.

» O ministro Marco Aurélio Mello, do STF, decidirá hoje se Delúbio terá de ir à CPI e se poderá se negar a responder às perguntas.

10 DIAS

Foi o prazo pedido pelo amigo de Lula e presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, na última quinta-feira, para explicar na CPI como pagou a dívida de R\$ 2,4 mil do presidente da República com o PT. Okamoto assumiu a responsabilidade pelo pagamento em agosto de 2005

TENSÃO ENTRE VIZINHOS

Amorim encontra Morales para ‘restabelecer’ diálogo

FABIANO MAISONNAVE
ENVIADO ESPECIAL DA LA PAZ

O chanceler Celso Amorim faz sua primeira visita a La Paz após o decreto de nacionalização dos hidrocarbonetos com o objetivo declarado de “restabelecer a interlocução de Estado”. Mas evitará debater os vários impasses entre Brasil e Bolívia em torno do gás, apesar de ser este o epicentro da recente crise diplomática e do governo Evo Morales querer tratá-lo como assunto entre governos.

“Não vim discutir especifi-

camente o gás porque isso tem o seu caminho próprio, estabelecido pelos presidentes, em Puerto Iguazú (Argentina), e depois entre os ministros de Energia do Brasil e de Hidrocarbonetos da Bolívia. Mas, obviamente, se alguém falar, vou escutar”, afirmou o ministro das Relações Exteriores após desembarcar em La Paz.

Amorim disse querer “tirar o contorno emocional” da crise recente e fazer a relação “voltar ao campo da racionalidade”. Ele se reunirá hoje à tarde com Morales.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Delúbio agiu sob delegação”, publicada no jornal **Correio Braziliense** de 24 de maio do corrente.

A matéria registra que o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, admitiu, em novo depoimento à CPI dos Bingos, que recorreu ao valerioduto com a anuência de alguém acima dele na estrutura partidária.

Sr. Presidente, solicito que a matéria em tela seja considerada como parte integrante deste pronuncia-

mento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

CRISE ÉTICA

Ex-tesoureiro do PT escorrega e diz à CPI dos Bingos que recebeu incumbência para resolver problemas, mas não revela de quem teria partido a ordem. Ex-petista nega tentativa de extorquir Opportunity

Delúbio agiu sob “delegação”

UGO BRAGA
DA EQUIPE DO CORREIO

Protagonista do escândalo do mensalão, ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares depois ontem na CPI dos Bingos e admitiu pela primeira vez que recorreu ao valerioduto com a anuência de alguém acima dele na estrutura partidária. “Recebi delegação política para resolver os problemas”, afirmou. Pressionado pela senadora Heloísa Helena (PSol-AL) sobre quem delegou tal missão, Delúbio negou-se a aprofundar a declaração.

Mesmo diante da aparente inconsistência da fala, o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PPL-PI), foi categórico ao comentar a declaração do ex-tesoureiro: “ele disse que tinha delegação. Só pode ser do Zé Dirceu ou do Lula, porque o Genofão não mandava em nada”, afirmou. “Mas do que isso, só se ele se lesse L-U-L-A”, disse.

Vista por este ângulo, a nova versão fornecida por Delúbio amega toda a estratégia de defesa que vinha sendo construída pelos aliados do Palácio do Planalto. Até então, dizia-se que o esquentado do mensalão fora político e pessoalmente pelo próprio Delúbio e pelo ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira, ambos em contínuo com o publicitário Marcos Valério de Souza. Tanto os dois últimos presidentes do PT, José Genofão e José Dirceu, quanto o líder de todos eles, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, se dizem ignorantes quanto aos malabarismos financeiros feitos nos últimos anos para pagar contas do partido.

Desmentidos

Delúbio Soares também não quis explicar quem deu ordem para ele quitar dívidas de campanha dos partidos aliados do governo, como o PP e o PTB. Este último defendeu a candidatura de Ciro Gomes à presidência em 2002. Ciro declarou apoio a Lula tão logo foi anunciado o resultado da votação em primeiro turno. A CPI dos Correios descobriu que este apoio custou ao PT alguns milhares de reais em despesas de campanha — como os serviços de Elvair Jacome da Paz, ex-cunhado e marqueteiro de Ciro —, quitadas com dinheiro sacado das contas da DNA Propaganda e da SMPB Comunicação, empresas de Marcos Valério.

O caso do PP é ainda mais intrigante. O partido não teve candidato a presidente. Entrou para a base de aliados do governo Lula depois da eleição. Mesmo assim,

Delúbio mandou que Marcos Valério entregasse milhões aos dirigentes do partido — os deputados José Janene (PR) e Pedro Corrêa Neto (PE). Uma das versões contadas pelos pepistas é que o dinheiro serviu para quitar honorários advocatícios de um dos integrantes da bancada. Mas o Ministério Público investiga enriquecimento ilícito de Janene e supõe que ele usou esse dinheiro para adquirir um terreno e erguer sobre ele uma mansão nos arredores de Londrina (PR), onde mora.

A despeito desta única informação relativamente nova, o depoimento de Delúbio foi marcado por uma série de negativas e desmentidos. Ele negou ter montado um caixa 2 para o PT, argumentando ter contabilizado a entrada do dinheiro no caixa do partido. Negou também que tenha recebido US\$ 1 milhão como doação de campanha dos bingueiros angolanos investigados pela CPI, como informou o advogado Rogério Bu-

ratti, ex-assessor do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci.

Delúbio negou ainda que tenha planejado amealhar R\$ 1 bilhão para o PT, intermediando negócios no governo, conforme declaração de Sílvio Pereira dada em entrevista ao jornal *O Globo*. E mesmo que tenha tentado extorquir o banco Opportunity em abril de 2003, como diz o dono da instituição, Daniel Dantas, que na época brigava com os grandes fundos de pensão brasileiros pelo contro-

le da Brasil Telecom e, portanto, dependia do apoio do governo. Os senadores saíram do depoimento inflamados. “É claro que ele está protegendo alguém, não tem a menor dúvida. E sabemos muito bem quem é”, contrariou-se Alvaro Dias (PSDB-PR). A senadora Ideli Salvati (PT-SC), da tropa de choque do Planalto, voltou a reclamar do fato de o depoimento não ter nada a ver com a investigação sobre bingos, para a qual a CPI foi criada.

PT também acusa Lupion

A exemplo do que havia sido feito pelo PSol, o PT protocolou uma representação contra o deputado Abelardo Lupion (PT-PR). As duas representações são baseadas em reportagem publicada pelo *Correio* que mostrou ligações do parlamentar com fabricantes de agrotóxicos.

Publicada no dia 8 de maio, a reportagem revelou que a Monsanto, a gigante mundial dos transgênicos, transferiu para o nome de Lupion uma fazenda no Paraná. A fazenda foi oficialmente vendida por R\$ 690 mil e, segundo corretores de imóveis da região, vale entre R\$ 2,3 milhões e R\$ 2,9 milhões. Outra empresa, a Nortox, doou R\$ 50 mil para a campanha de Lupion. Depois da doação e da transferência da fazenda, o parlamentar apresentou uma proposta para licitar a comercialização do agrotóxico glifosato para uso em soja transgênica. A Monsanto e a Nortox são as únicas fabricantes no país do princípio ativo desse herbicida. Tanto Lupion quanto as empresas negaram irregularidades e afirmaram não haver relação entre a doação, a fazenda e a proposta do deputado.

Em sua representação, o PSol afirma ter havido “procedimento incompatível com o decoro parlamentar. Já o líder do PT na Câmara, deputado Henrique Fontana (RS), disse haver indícios “gravíssimos” contra Lupion. A secretaria-geral da Mesa encaminhou na terça-feira a representação do PSol para o corregedor da Câmara, Ciro Nogueira. A representação do PT também será mandada para Nogueira.

TRECHOS

“O PT estava presente em duas mil e poucas cidades. Fizemos um plano para atingir cinco mil municípios. Precisava (sic) de dinheiro para ampliar o partido.”

“Há uma diferença entre Caixa 2 e o que aconteceu no PT. Pegamos recursos contabilizados para pagar

despesas não-contabilizadas.”

“Eu tinha delegação política, minha função era resolver os problemas financeiros do partido”

“Não pedi recursos ao Opportunity e não recebi recursos do Opportunity. Tive uma reunião com o Carlos

Rodemburg, a pedido do Marcos Valério, onde (sic) ele perguntou por que o PT não gostava do Opportunity. Respondi que o PT não gostava ou deixava de gostar, mas que o PT não tinha nenhuma restrição ao Opportunity.”

“Fizemos a prestação de contas e descobrimos umas

pendências do presidente Lula. Ele tinha sido eleito e não poderia mais ser funcionário do partido — ele recebia do PT. Na época, ele não concordou e ficou pendente. Depois, o TSE nos cobrou isso. Aí eu cobrei do procurador de Lula, que era o Paulo Okamoto, e ele resolveu. É isso que eu sei”.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria da **Folha de S. Paulo** de 24 de maio do corrente, intitulada “Delúbio confirma reunião com Dantas, mas nega propina”.

Segundo a matéria, “Delúbio Soares vem a público pela 3ª vez, desde a denúncia do esquema do mensalão, para dar explicações sobre suspeitas de corrupção da época em que era tesoureiro do PT”.

Ainda segundo a matéria, “Delúbio confirmou ter participado de uma reunião no início da tarde de 22 de julho de 2003 com o banqueiro Daniel Dantas e seu então sócio no Opportunity, Carlos Rodenburg,

junto com Marcos Valério, um dos pivôs do escândalo do mensalão”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:.

DELÚBIO EM TRÊS VERSÕES

Delúbio Soares vem a público pela 3ª vez, desde a denúncia do esquema do mensalão, para dar explicações sobre suspeitas de corrupção da época em que era tesoureiro do PT

CPI DOS BINGOS

Convocado para falar sobre ter pedido US\$ 50 milhões ao Opportunity, em 2003, e sobre doação de angolanos em 2002, entre outros, Delúbio negou as acusações e negou até ter feito caixa dois para o PT

“[Marcos Valério] me procurou dizendo que o PT não gostava do Opportunity. Eu disse que o PT não tinha nenhuma restrição. (...) Assumo aquilo que fiz. Não pedi dinheiro ao Opportunity. Não recebi dinheiro do Opportunity”

CPI DOS CORREIOS

Em 20 Jul, sob efeito de medicamentos, se negou a falar os nomes dos sacadores do valerioduto. Protegendo-lhe, havia liminar que impedia que ele fosse preso caso se recusasse a responder a alguma pergunta

“O PT não paga mesada a parlamentares de nenhum partido. (...) Utilizei o dinheiro não contabilizado para pagar dívidas de campanha. (...) Fui ex-quem fez [o caixa dois do PT]. Eu assumo”

NO PT

Em 8 Jun, dois dias após a entrevista à Folha em que Roberto Jefferson denunciou o mensalão, Delúbio concede entrevista na sede do PT, em SP, quando nega o esquema e diz que o PT é vítima de chantagem

“O PT não se vende e não se vende. O PT não tem medo. E eu, em particular, também não. Não aceitamos nenhum tipo de chantagem. (...) O conteúdo da entrevista [de Jefferson] (...) é uma chantagem política”

ESCÂNDALO DO MENSALÃO / GUERRA DAS TELES

Delúbio confirma reunião com Dantas, mas nega propina

Segundo ex-tesoureiro, encontro tratou sobre restrições do PT ao Opportunity e aconteceu a pedido de Marcos Valério

Ex-petista não assinou o termo de só dizer a verdade à CPI e provocou riso quando declarou desconhecer como se dava o caixa dois da sigla

MARTASALOMON
ADRIANO CEOLIN
DA SU CURSAL DE BRASÍLIA

O ex-tesoureiro petista Delúbio Soares negou ontem, durante depoimento à CPI dos Bingos, ter pedido ou recebido dinheiro do Opportunity, mas admitiu que se encontrou com Daniel Dantas, dono do banco.

Numa das raras novidades em relação às três vindas anteriores ao Congresso, Delúbio confirmou ter participado de uma reunião no início da tarde de 22 de julho de 2003 com o banqueiro Daniel Dantas e seu então sócio no Opportunity, Carlos Rodenburg, junto com Marcos Valério, um dos pivôs do escândalo do mensalão.

A reunião no hotel Blue Tree, em Brasília, foi anotada na agenda de Karina Somaggio, ex-secretária de Valério. Teria ocorrido na sequência de outra reunião na sede do PT, entre Valério e Delúbio.

Segundo o ex-tesoureiro, a reunião teria acontecido a pedido de Marcos Valério. “O

conteúdo foi que o Partido dos Trabalhadores não gostava do Opportunity. Eu não disse que gostava nem que não gostava, o PT não tinha nenhuma restrição”, contou. “E o pedido de dinheiro?”, questionou o senador Álvaro Dias (PSDB-PR). “Não solicitei, nunca houve pedido de recursos para o PT”, declarou Delúbio. “Conversei com muitos empresários. Não tem ninguém que diga que eu pedi dinheiro”, afirmou adiante.

Uma versão bem diferente foi apresentada por Carlos Rodenburg. O ex-sócio de Dantas afirmou ter sido procurado por Delúbio com a cobrança de algo entre US\$ 40 e US\$ 50 milhões.

Negativas

Durante mais de quatro horas de depoimento, Delúbio voltou a poupar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, insistiu em que era o único responsável pelas finanças do PT e chegou a provocar risos ao afirmar desconhecer como funcionava o caixa dois dos partidos.

No começo da sessão, o ex-tesoureiro se recusou a assinar o termo em que se comprometia a só dizer a verdade.

Orientado pelo advogado César Vilardi, que se disse pago pelo PT, Delúbio não colaborou com as investigações, na opi-

nião do relator Garibaldi Alves (PMDB-RN). “Eu tenho de botar um ponto final nisso. Ninguém fala mais nada”, reclamou o senador.

Delúbio Soares também negou ter recebido ou tomado conhecimento de doação feita por empresários de jogos de bingos à campanha de Lula em troca de regulamentação da atividade. O advogado Rogério Buratti, ex-assessor do ex-ministro Antonio Palocci (Fazenda), afirmou à CPI e ao Ministério Público que a campanha do presidente teria recebido R\$ 1 milhão de bingueiros.

“Nunca tive relacionamento com pessoas ligadas a jogos. Nunca entrei em casa de bingo. Nem em quermesse eu jogava bingo. Nunca recebi recursos de bingos. Não conheço o assunto, não conheço ninguém. Me declaro incompetente”, afirmou Delúbio sobre o tema que deu origem às investigações da CPI.

Uma das expressões mais repetidas por Delúbio Soares foi “eu não tenho conhecimento”. Aplicou a fórmula, por exemplo, ao responder sobre supostos negócios do publicitário Marcos Valério para arrecadar R\$ 1 bilhão. A operação foi mencionada pelo ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Lula, câmbio e gastos públicos”, de autoria do economista Roberto Macedo, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 25 de maio do corrente.

O economista, em seu artigo, destaca as discussões sobre a política econômica do atual governo e as declarações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que “não haverá mudanças no câmbio e nos gastos públicos”. Ao tratar das alternativas para a economia brasileira buscar taxas de crescimentos mais elevadas, o autor comenta que “A dificuldade maior é a do referido passo inicial, o da contenção dos gastos públicos

correntes, pois aí persiste uma enorme distância entre o discurso e a prática do governo”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

Lula, câmbio e gastos públicos

Roberto Macedo

No primeiro caderno de ontem, este jornal cobriu nova excursão eleitoral do presidente Lula, desta vez a Aguiarnópolis (TO). Uma das matérias teve como título *Claque teve ônibus e marmitta de graça e subtítulo População formou longa fila para receber arroz, feijão, farinha e frango, o que ilustra o caráter da visita.*

Outra matéria, no caderno de *Economia*, se ocupou de declarações que o presidente fez então sobre a política econômica do seu governo, quando afirmou que não haverá mudanças no câmbio e nos gastos públicos. Mas, no mesmo caderno, veio notícia que desmente o que foi dito sobre esses gastos, pois ela novamente mostra que a política fiscal já mudou, e para pior. E mais: nos últimos dias surgiram várias informações de que a política cambial também pode mudar. Isso, entretanto, sem tocar no que é mais importante, o “fogo amigo” que ela recebe das políticas de juros e fiscal, ambas ingredientes do dólar barato que prejudica a economia como um to-

Em matéria de confundir e iludir, ele é realmente um mestre

do, já com sinais devastadores, como nos agronegócios.

Quanto ao câmbio, afirmou que continuará “flutuante”, mas o que há mesmo é um submerso cujo reduzido valor deixa excessivamente baratos os preços internos de produtos que o Brasil vende ao exterior, como o frango distribuído à claque e o óleo vegetal utilizado no seu preparo, desestimulando agricultores e industriais que os produzem e, assim, prejudicando o produto interno bruto (PIB) brasileiro. O câmbio atual também muito barateia as importações e favorece não o nosso PIB, mas o de países onde têm origem. Mesmo se o arroz das marmittas tiver sido produzido no Brasil, seu preço não seria tão barato na ausência de importações do produto.

Como o câmbio submerso diminui o custo da cesta básica, ele também é eleitoralmente conveniente, com a economia pagando a conta via menor taxa de crescimento. O novo ministro da Fazenda, Guido Mantega, sabe disso e, coerente com suas ideias – o que é raro no governo –, vem ensaiando medidas para tirar a taxa de câmbio de seu afundamento. Entre as que a imprensa divulgou, haveria a permissão para que exportadores retivessem parte do seu faturamento em moedas estrangeiras, sem ter de vendê-las ao governo, o que hoje é obrigatório. E, também,

uma redução do limite de capital exigido dos bancos para realizarem operações de câmbio, e para manter posições em moedas estrangeiras, o que ampliaria o número das instituições envolvidas nessas operações. Ambas as medidas contribuiriam para reduzir a oferta dessas moedas no mercado local e para aumentar suas taxas de câmbio em reais.

Essas taxas, contudo, são hoje muito baixas, dado o grande influxo de moedas estrangeiras associado ao quadro atual das nossas contas externas, em que há grande superávit comercial e nas transações correntes, reservas ampliadas e dívida pública externa reduzida. Os juros muito elevados no Brasil também atraem investidores em busca de melhor remuneração. Assim, entre os analistas a expectativa é de que as medidas cogitadas, conquanto necessárias e importantes no contexto de uma revisão da falsamente alardeada “liberdade cambial”, seriam insuficientes para trazer um aumento significativo da taxa cambial em reais por dólar.

Para esse aumento o caminho seria outro, cujo passo inicial seria conter os gastos públicos correntes (não os investimentos, como em infra-estrutura) e o crescimento da dívida pública, preferivelmente mediante déficit final nulo, com o que cairia o risco dessa dívida, um dos ingredientes da alta taxa básica de juros. Outro ingrediente, a política de metas para a inflação, do Banco Central, teria a sua dosagem diminuída em face da menor pressão que os gastos do governo exercem sobre os preços. E, também, pela articulação de outras políticas de forma coerente com essa menor dosagem, entre as quais a política de rendimentos, que inclui os reajustes do salário mínimo.

Com a redução da taxa básica de juros e com a contenção do endividamento público o governo reduziria sua captação de recursos do setor privado e este passaria a ter dinheiro adicional e a taxas mais adequadas para ampliar investimentos e consumo. Com isso a economia cresceria mais, ampliaria suas importações e demandaria mais moeda estrangeira, assim pressionando a taxa de câmbio para cima. Essa taxa seria também impulsionada pela menor atratividade, para os investidores externos, dos juros locais.

Não desprezo as dificuldades desse caminho, mas hoje não vejo alternativa para a economia brasileira buscar taxas

de crescimento mais elevadas. A dificuldade maior é a do referido passo inicial, o da contenção dos gastos públicos correntes, pois aí persiste uma enorme distância entre o discurso e a prática do governo, distância essa novamente evidenciada pelo que disse o presidente em Aguiarnópolis. “A minha tese é a mesma de sempre: nós só gastaremos aquilo que temos, não inventaremos gastos...”

No mesmo caderno, outra manchete deu merecido destaque a um fato grave que contrasta com essa afirmativa: *Deficit da Previdência cresce 25%*, em abril, relativamente ao verificado no mesmo mês do ano passado, prevenindo-se que o déficit final do INSS crescerá de R\$ 38 bilhões no ano passado para R\$ 45,8 bilhões este ano, impulsionado principalmente pelo forte e eleitoralmente reajuste do salário mínimo, de R\$ 300 para R\$ 350, que teve grande impacto sobre o valor dos benefícios previdenciários.

Ou seja, o governo gastou o que não tinha, mediante um reajuste cujo inventor foi a um lugar longínquo para iludir ou confundir os que o ouviram, ao dizer que não inventará o que já inventou. Em matéria de confundir e iludir, é realmente um mestre.

Roberto Macedo, economista (USP), com doutorado pela Universidade Harvard (EUA), pesquisador da Fipec-USP e professor associado à Faap, foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “PIB do agronegócio deve cair 1,28% no ano, diz CNA”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 30 de maio de 2006.

A matéria destaca que “Se persistir a crise no agronegócio brasileiro, o PIB (Produto Interno Bruto) do setor deve diminuir 1,28% neste ano”. A matéria destaca também que dados divulgados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA indicam impacto zero do pacote de socorro para a agricultura anunciado na semana passada pelo atual governo.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

agrotolha

FOLHA DE S. PAULO

TERÇA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 2006 ★ B12

Produtor invade agência em MS em protesto contra pacote >>

PIB do agronegócio deve cair 1,28% no ano, diz CNA

Queda do dólar e das commodities e custos maiores explicam o resultado

No 1º bimestre, recuo foi de 0,24%, concentrado na pecuária; entidade prevê que a renda do setor diminua 3,42% neste ano

JURIDANTAS
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Se persistir a crise no agronegócio brasileiro, o PIB (Produto Interno Bruto) do setor deve diminuir 1,28% neste ano, com queda já verificada de 0,24% no primeiro bimestre. Os dados, divulgados ontem pela CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), indicam impacto zero do pacote de socorro para a agricultura anunciado na semana passada pelo governo federal.

A queda mais acentuada se concentra na pecuária, com redução de 0,38% nos dois primeiros meses deste ano. Os principais motivos, para a CNA: restrições à carne bovina por mais de 50 países depois de foco de febre aftosa descoberto em Mato Grosso do Sul no ano passado; a suspensão de compra de carne suína pela Rússia e temor da gripe aviária.

Na agricultura, a queda do dólar, a redução do preço das commodities e os altos valores dos custos explicam o desempenho do setor.

“Os preços de comercialização das principais praças não cobrem os custos de produção”,

CRISE NO AGRONEGÓCIO

-1,28%

é a previsão da CNA para a queda no PIB do agronegócio neste ano, se mantidos os níveis atuais de preços e custos

-0,24%

foi a queda do PIB do agronegócio no primeiro bimestre deste ano

-0,58%

foi a queda do PIB da agropecuária no primeiro bimestre deste ano

diagnosticou Getúlio Pernambuco, do Departamento Econômico da confederação.

As projeções da CNA para o resto do ano indicam uma retração do Produto Interno Bruto do agronegócio brasileiro para R\$ 530,77 bilhões neste ano, contra os R\$ 537,63 bilhões do ano passado.

A estimativa foi feita em parceria com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo e difere da do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Além do valor produzido e da renda obtida na comercialização da safra, a CNA também tenta aferir os custos da lavoura, como fertilizantes, combate à ferrugem asiática, combustível, frete e outros.

Empobrecimento

Levando em conta esses indicadores, a confederação calcula uma queda de 3,42% na renda do setor neste ano, em comparação com 2005 — R\$ 147,81 bilhões ante R\$ 153,04 bilhões, respectivamente. “Os produtores estão empobrecendo na hora de comprar insumos”, disse Ricardo Cota, superintendente técnico da CNA.

Como exemplo das dificuldades dos agricultores, Cota citou o caso da produção de soja em Mato Grosso. Na safra 2004/2005, eram gastos US\$ 50 no combate à ferrugem asiática e US\$ 129,83 em fertilizantes por hectare. No biênio 2005/2006, os valores subiram para US\$ 70 e US\$ 148,52, respectivamente.

Os problemas do setor estariam na soma dos menores preços do grão no mercado externo com a valorização do real contra o dólar.

Cálculo

Para calcular o agronegócio, a CNA contabiliza os resultados da indústria de fertilizantes e insumos além do faturamento da lavoura.

A participação do agronegócio na balança comercial brasileira deve ser reduzida de 36,4%, no ano passado, para 33,8% sempre levando em consideração a continuidade do cenário —taxas de juros, câmbio, custos e preços—, até o mês de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL

– MG) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL

– MG) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 51 minutos).

ATO DO PRESIDENTE
Nº 037 , DE 2006

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares, e com fulcro no Ato nº 10, de 2004, da Comissão Diretora, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar para compor a Comissão Única de Licitações os servidores efetivos do Quadro de Pessoal do Senado Federal: o advogado José Ausnemburgo dos Santos Sobreira Machado, na qualidade de Presidente; o engenheiro Luciano Freitas de Oliveira, representante da Primeira-Secretaria; a administradora Denise Terezinha Resende Pessoa, representante da Diretoria-Geral; o engenheiro Aloysio Novais Teixeira, representante da Diretoria-Geral Adjunta; o advogado José Expedito de Andrade Fontes, representante da Advocacia-Geral; a contadora Maria das Graças Costa Coelho, representante da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade; o administrador Luis Fernando Veiga Avalone, representante da Secretaria de Administração de Contratações; o contador Marcos José de Campos Lima, representante da Secretaria de Controle Interno; o engenheiro Luis Ignácio Moreno Fernandez, representante da Secretaria de Patrimônio; o arquiteto Marcos Tadeu Gomes Carneiro, representante da Secretaria de Engenharia; o jornalista Helival Rios Moreira, representante da Secretaria Especial de Comunicação Social; o economista Evaldo Gomes Carneiro Filho, representante da Secretaria Especial de Informática; e o administrador Wesley Gonçalves de Brito, representante da Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

Art. 2º Este ato entra em vigor a partir do dia 15 de junho de 2006.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 08 de junho de 2006.



Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1015 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, tendo em vista o disposto na Lei n.º 9.506, de 30 de outubro de 1997, regulamentada pela Resolução do Congresso Nacional n.º 1, de 16 de dezembro de 1997, bem como na delegação de competência instituída pelo Ato da Comissão Diretora n.º 1, de 1999, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 008212/06-6,

RESOLVE, fundamentado no art. 1º da Lei n.º 9.506/97, combinado com o art. 28, inciso I, primeira parte, e seu § 4º, e art. 38, da Lei n.º 7.087/82, conceder pensão de dependentes, vitalícia, a LADISLAS BOBANY, na condição de cônjuge, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), correspondendo a 50% (cinquenta por cento) do que percebia a pensionista segurada, o ex-servidor THEREZINHA DE MELLO BOBANY, ERGON 519, a partir de 17/04/2006, dia seguinte ao óbito.

Senado Federal, 09 de Junho de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1016 , DE 2006


O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 32454, e JOÃO JOSÉ CÂNDIA NETTO, matrícula nº 49776, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 008971/06-4 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 09 de Junho de 2006.

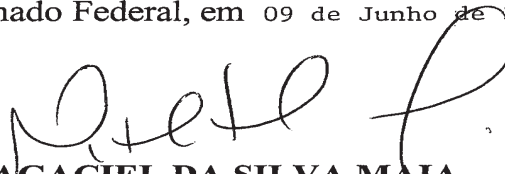

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1017, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004.083/06-7,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 809, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3475, de 09/05/2006, que nomeou **IZABELA JATENE DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flexa Ribeiro, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do artigo 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 09 de Junho de 2006

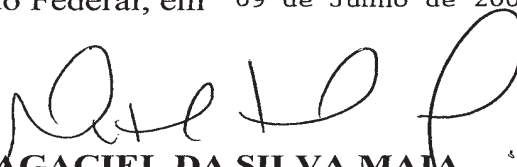

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1018, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009087/06-0,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MAX ANDERSON REGO SOUZA**, matrícula n.º 191131, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete da Senadora Roseana Sarney, a partir de 07 de junho de 2006.

Senado Federal, em 09 de Junho de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1019 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009084/06-1,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FRANKLIN AGUIAR DOS SANTOS**, matrícula n.º 190163, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete da Senadora Roseana Sarney, a partir de 07 de junho de 2006.

Senado Federal, em 09 de Junho de 2006

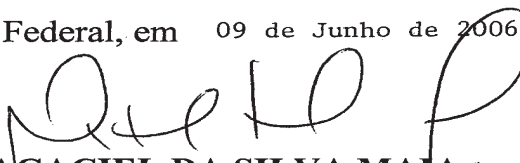

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1020 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009050/06-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **THIERES PINTO DE MESQUITA FILHO**, matrícula n.º 194818, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-07, do Gabinete do Senador Gilvam Borges.

Senado Federal, em 09 de Junho de 2006

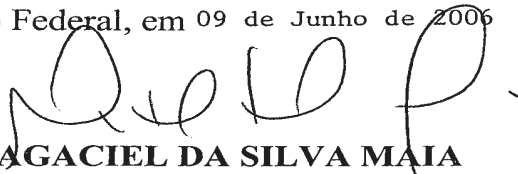

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1021, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009074/06-6,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **SILVAINY RODRIGUES DA SILVA MORAES**, matrícula n.º 186974, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-03, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 09 de Junho de 2006



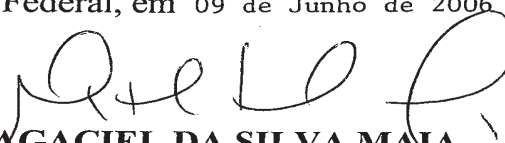
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1022, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009074/06-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SANEIA SANTANA FERREIRA HADDAD** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 09 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1023 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009062/06-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCILIA ALVES DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marcos Guerra.

Senado Federal, em 09 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1024 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008975/06-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTÔNIO CARLOS DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marcos Guerra.

Senado Federal, em 09 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1025 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009017/06-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALEX SANTOS DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marcelo Crivella.

Senado Federal, em 09 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA,
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1026 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009051/06-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PEDRO DE PAULA RODRIGUES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilvam Borges.

Senado Federal, em 09 de Junho de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA -
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1027 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009085/06-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CAROL MENDONÇA DE ABREU** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Roseana Sarney.

Senado Federal, em 09 de Junho de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1028 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009086/06-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LARISSA LENZA GRATÃO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Roseana Sarney.

Senado Federal, em 09 de Junho de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Iris de Araújo*^S
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – João Tenório**^S

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PTB – Antônio João**^S
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	(VAGO) ²	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso

² Vaga ocupada por Daniel Koslowsky Herz, falecido em 30.5.2006.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.

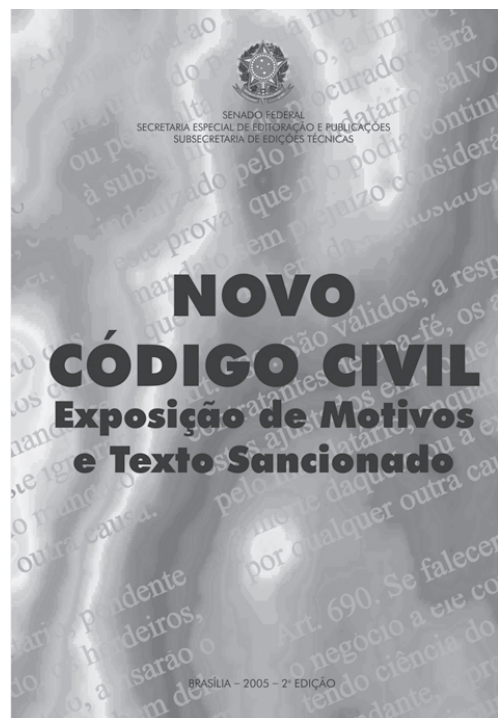


SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Novo Código Civil Brasileiro

Texto da Lei nº 10.406, sancionada pelo Poder Executivo em 12 de janeiro de 2002, acompanhado da respectiva Exposição de Motivos, datada de 1975.

Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 102 PÁGINAS